

cadernos do

terceiro mundo

MOÇAMBIQUE
O terrorismo
do «apartheid»

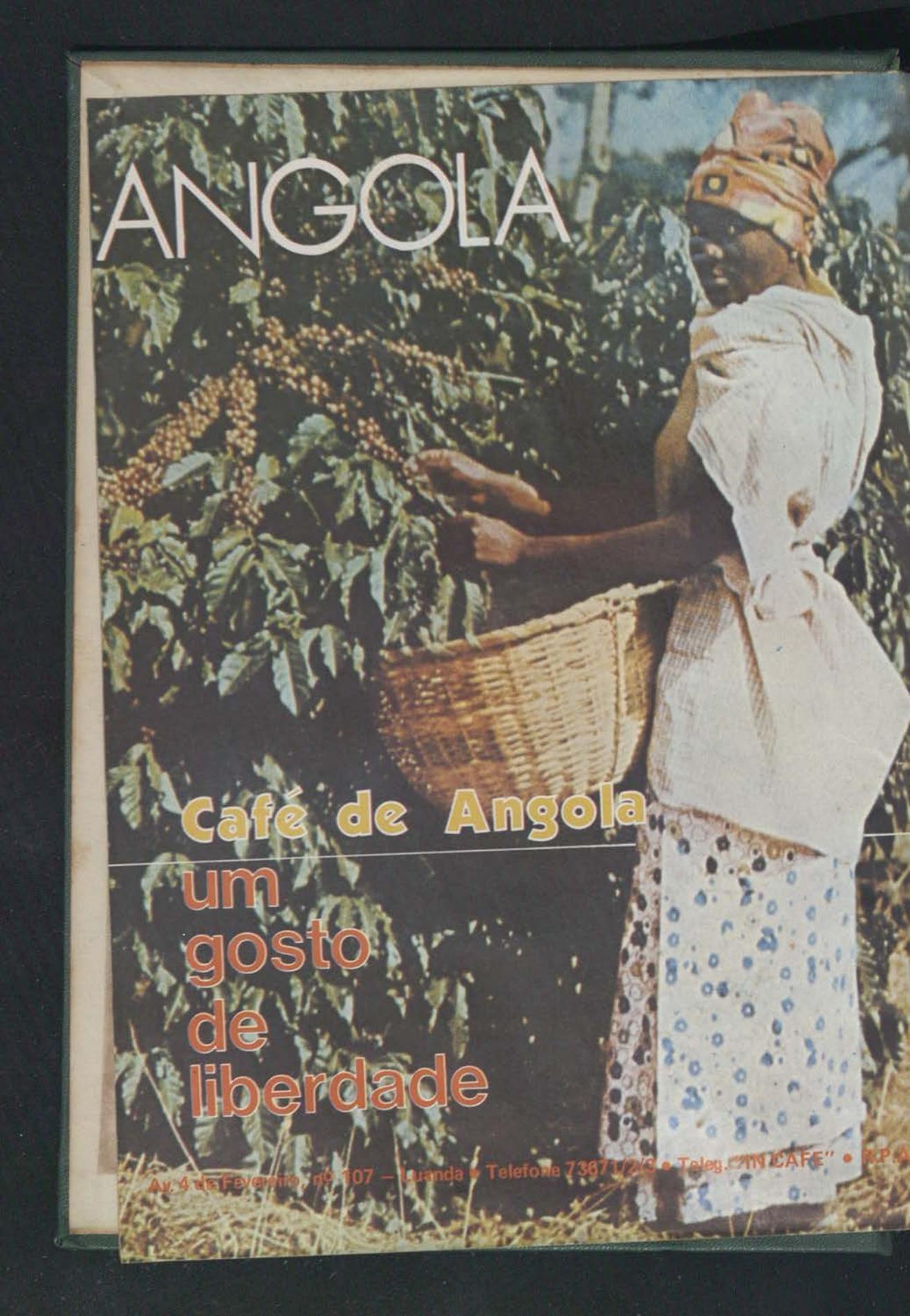
al • Junho/Julho 1983 • Esc 80\$00 • Kz 60.00 • Mt 80\$00 • PG 80\$00 • CV 80\$00 • Cr\$ 450 • Ano VI • n.º 54

Peru

o desafio do

SENDERO

LUMINOSO

A woman wearing a headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee plants with ripe red cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.

As responsabilidades históricas...

A nossa matéria de capa é um mergulho profundo na situação peruana, na sua geografia económica, no seu passado, nos movimentos recentes para romper não apenas com o imobilismo e a marginalização social, mas também com a independência. Porém, a crítica situação actual deste país impõe a todos uma reflexão e aos peruanos um exame de consciência: depois de importantes avanços económicos e sociais realizados no período revolucionário do general Velasco Alvarado, o Peru fez um retrocesso político. É o regresso aos conflitos, aos enfrentamentos, à guerra civil, isto é, a tudo o que marcou a década de sessenta. O trabalho de Beatriz Bissio sobre o Sendero Luminoso permite aprofundar essas reflexões. Sobretudo quando um presidente conservador como Belaúnde Terry insiste em voltar aos mesmos métodos que usou no seu primeiro governo e pelos quais foi deposto em 1968. Como Reagan, Pinochet e outros dirigentes de cunho autoritário e sem nenhuma sensibilidade social, Belaúnde continua a iludir-se ao pensar que a simples repressão pode eliminar fenómenos cujas causas não são atacadas. Destaque nesta edição também — e uma vez mais — para as novas investidas do regime do *apartheid* que persiste em desafiar a comunidade internacional semeando a destruição e a morte nos Estados vizinhos soberanos que pagam assim a sua solidariedade militante como o povo sul-africano subjugado. Aconteceu agora com Moçambique. Numa suposta operação de retaliação, a aviação de Pretória bombardeou população civil nos arredores da capital moçambicana. As bases e campos de treino do ANC que Botha e Malan afirmaram querer atingir não são mais do que fábricas de refrigerantes e casas particulares. Os “guerrilheiros” do movimento de libertação *anti-apartheid* mortos foram operárias e crianças moçambicanas. É toda esta acção terrorista que o nosso correspondente no Maputo, Etevaldo Hipólito, desmonta peça por peça, salientando um aspecto essencial: o fracasso que consistiu para Pretória o ataque a Matola. Porque foi repellido.

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Ld.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bísso

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador
Ernesto Pádua

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guiomar Belo Marques

Paginação
Helena Salvador
José Santa-Bárbara

Revisão
Estevam Reis
Documentação e Arquivo
Cristina Assis

Serviços Comerciais
José C. Figueiredo

Publicidade
José Ferreira

Composição e Impressão
Jornal do Comércio e Gráfica Europam

Distribuição
CDL, Central Distribuidora SARL

Representantes

Angola
Luís Henriques, C.P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito e João Escadinha
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redacção
José C. Godim

Arte
Samaral (editor)
Sonia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lidia Freitas

Composição
Eunice H. Senna

Distribuição e Assinaturas
Ronaldo Fonseca

Homero Souza
Iára Chagas

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes

Clávis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60088 - CEP 05033
Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street ap. 3E
Nova York - NY 10003
Tels: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo lda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI n.º 013.539
Registro no SCDP/SRU/DPF
n.º 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo s.c.
calle California, 98A - Coyocacán
México, 21 DF - teléfono: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição andina)

Publicada por DESCO: centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Teléfono 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 b- México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AJM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzania), WAFAP (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdoba 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arca 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Libreria Las Americas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 - Libreria del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BREITANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeon Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Libreria Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Mercatino 59/60, Roma - Fellinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Libreria de Cristal y 100 librerías en todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 678, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Libreria La Tertulia, Amalia Marin Esq., Ave Gonzalez, Rio Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÁNHA: Gunter Hopfenmüller, Jergstr. 155, 2102 Hamburgo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Espejolas, S.A., Ave México Lechoa a Pto. Brion, Caracas.



- 4 Cartas dos leitores
 - 6 *Panorama Tricontinental*
 - 10 *Editorial*
 - 14 Opinião: Cancun, um passo em frente, *Neiva Moreira*
-
- Matéria de capa: Peru em estado de guerra, Beatriz Bissio*
-
- 18 O desafio do Sendero Luminoso
 - 30 Cisneros Visquerria: "A solução tem de ser global"
 - 31 "Um movimento dogmático e autoritário"
 - 34 A sexta dívida externa da América Latina

África

- 36 Moçambique: "Operação Estilhaço" visou civis, *Etevaldo Hipólito*
Avião-espião abatido
Tenente sul-africano contra o "apartheid"
- 44 Gâmbia: A soberania roubada, *José Cabral*
- 47 OUA: Cimeira da reconciliação ou do compromisso?, *Baptista da Silva*
- 50 Sara Ocidental: Para quando a paz?, *Carolina Quina*

América Latina

- 53 El Salvador: Entrevista com Guillermo Ungo
- 55 A última entrevista de Cayetano Carpio
- 61 Guatemala: A alternativa popular, *Martín Morazán*
- 63 México/Guatemala: A Miami dos pobres, *Juan Quispe*
- 67 México: Na encruzilhada, *Miguel Conde*
- 70 Uma parede para separar vizinhos, *Alicia Sepúlveda*

Ásia

- 73 Timor-Leste: A resistência cultural, *Claudia Neiva*
- 76 Tailândia: A democracia blindada, *Narinder Koshla*

Cultura

- 78 Memória de uma ilha agrilhoada, *Sol Carvalho*
- 80 Livros

Especial Paraguai — Uma ditadura pouco lembrada

- 84 Cresce o descontentamento, *Hector Escobar*
- 87 A oposição consentida
- 89 "Stroessner é anticomunista como o Santo Padre"
- 91 A luta pela terra, *Paulo Cannabrava Filho*
- 96 *Humor: Wasserman*



A guerra do Sendero Luminoso



O terrorismo do "apartheid"



Stroessner, a mais velha ditadura

cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Apoio aos movimentos revolucionários

(...) *cadernos* daria uma grande contribuição desmascarando aquelas forças imperialistas e aqueles que, ingenuamente, procuram pôr uma cunha entre as três torrentes revolucionárias que marcam a nossa época: o sistema socialista mundial, os movimentos de libertação nacional e a classe operária internacional. Divulgar o enorme apoio econômico, político, moral e inclusive militar dos países socialistas aos movimentos internacionalistas e anti-imperialistas.

Edson Sant'ana, Rio de Janeiro, Brasil

Lula e Angola

Gostei muito da entrevista do Lula, líder do PT, feita pelo sr. Canabrava. Li a reportagem "O Canto Livre de Angola" e fiquei muito deprimida por não ter assistido a essa esplendorosa apresentação. Sugiro que vocês divulguem antes esses shows.

Sueli G. Angeles, São Caetano do Sul, Brasil

Namíbia independente

Os *cadernos* são um meio informativo muito válido, principalmente para os países do Terceiro Mundo. (...) Os países ocidentais, que detêm o monopólio da informação, consideram a questão da independência da Namíbia, da guerra de ocupação e agressão movida pela racista África do Sul contra a África independente, como questões não prioritárias da sua informação. (...) Peças aos *cadernos* que desenvolvam um imenso trabalho informativo sobre esses assuntos.

Domingos Ginga Matulanda, Benguela, Angola

Os crimes do apartheid

(...) Quero saudar-vos, ainda, pelo valioso contributo que têm prestado à causa do povo sul-africano. O regime do *apartheid* agoniza. Prova disso são os sucessivos ataques que têm perpetrado contra os países da Linha da Frente, particularmente Moçambique. O ataque à Matola é um dos muitos vergonhosos actos que caracterizam a actuação do regime fascista da África do Sul.

José António Cardoso, Vila Real, Portugal

A China em questão

Li com bastante interesse o vosso detalhado trabalho sobre a China. Quero felicitar-vos pela brilhante reportagem, cuidadosamente elaborada e na qual conseguiram com eficácia e lucidez analisar a ligação daquele país ao Terceiro Mundo. Penso que nada teriam a perder se insistissem um pouco mais em trabalhos deste tipo, que clarifiquem muito, situações pouco claras para os países do ocidente.

Maria do Rosário Lopes, Lisboa, Portugal

A besta imperialista

"Quando falo do imperialismo falo também do *apartheid*, do sionismo, do nazismo, do fascismo e de todas as outras formas de dominação. Mas quando falo do imperialismo ou seja, das formas de destruição e dominação, não uso os nomes destas, digo simplesmente o imperialismo, porque é ele o originador das outras. (...) Considero os imperialistas simples bestas. Mesmo os loucos às vezes têm razões, porque alguns, depois de tratamento psíquico, adquirem um raciocínio correcto. Mas o imperialismo não tem cura porque sabe o que faz. (...) Como o camarada Samora Machel disse na VII Conferência dos Países Não-Alinhados, na Índia: "O *apartheid* é o nazismo do nosso tempo. Ontem, quando a besta nazi de Hitler levantava a sua assustadora cabeça na Europa e ameaçava escravizar o Mundo, a Humanidade inteira levantou-se e lutou sem esmorecer até à destruição completa do monstro. Hoje, quando a besta nazi-fascista levanta a cabeça na África Austral e ameaça Estados africanos independentes, apenas se vê o silêncio culpado de muitos países ocidentais. Porquê? E eu pergunto também porquê? É simples, porque somos africanos e a maioria é de pele negra e querem escravizar-nos, tirando-nos o sustento. O racismo é uma das características do imperialismo. Mas quem está por detrás disto são os Estados Unidos. Agora já esqueceram por completo as barbaridades do nazi de Hitler, ou fingiram esquecer, porque estão a usar o método nazi na sombra, através das bestas."

Se um dia...

Se um dia vier a morte
Que eu morra
Porque assim são os seres vivos.
Mas se vier a exploração,
A invasão imperialista
E o fascismo,
Que eu não morra
Para os combater e expulsar,
Porque são bestas que trazem
A morte sem chegar.

Carlos Morgado, Bissau, Guiné-Bissau
"cadernos" quinzenal?

Boa ideia essa de comemorar a edição 50 de *cadernos do terceiro mundo* com uma retrospectiva de entrevistas de líderes e com o "dossier" sobre a cooperação Portugal-África.

Analisando a vossa revista e sem tecer por agora juízos opinativos sobre a qualidade dos textos — geralmente de bom nível — nota-se uma limitação originada na periodicidade mensal de "cadernos": os atrasos da informação que produzem sobre acontecimentos com importância na cena política mundial. Para corrigir isso seria excelente que a vossa revista fosse, pelo menos, quinzenal. Não terão já estrutura que vos permita encarar essa possibilidade?

Carlos Nunes, Lisboa

CLUBE DE AMIGOS

Publicamos trechos, por falta de espaço do poema enviado pelo leitor Marcelo de Matos, da Baía (Brasil), dedicado "a todos os que acreditam na vitória dos povos e se nam com uma amanhã mais digna".

Vivendo e aprendendo

Eu nem tinha nem dois anos
Quando isso aconteceu
Homens selvagens chegaram
E a nossa liberdade morreu

(...)
Alguns até aplaudiram
Pois a época era de aflição
Sem saber que estavam se suicidando
Apoiando a tal da "Revolução"

(...)
Para todos que habitam o país
Falta comida, trabalho, saúde e educação
Só não falta para aqueles
Que têm o poder nas mãos

(...)
Dependerá de cada um de nós
A construção de uma nova sociedade
Vamos acreditar, trabalhar e lutar
E o nosso sonho transformará em verdade

(...)
Esses versos eu escrevo
É para você se alertar
Deixar de ser elemento neutro
e à oposição se juntar

(...)
Neste momento encerro
Com um aperto de mão
A todos os que leram e gostaram.
Os abraços ficam para quando
A ditadura estiver no chão

Intercâmbio

- *Paulo L. Correia Neves*
C. P. 1195, Benguela, Angola
- *Antônio José da Costa*
a/c de Rui de Carvalho Cunha
rua Antônio Manuel de Noronha
153, B. Ct. Nelito Soares
Luanda, Angola
- *José António Mateus*
rua C-9, 53, B. Cte. Nelito
Soares, Zona 11, Luanda, Angola
- *Júlio Romário da Silva*
rua Baixa do Cantuá, n.º 43
Federação Salvador, Bahia
CEP: 40.000, Brasil
- *Dinorá Miranda Barbosa*
rua Hum, n.º 9, Boca do Rio
Salvador, Bahia
CEP: 40.000, Brasil
- *Evanildo Alves da Silveira*
av. do Forte 697, apt. 215
Bloco D, Vila Ipiranga, Porto Alegre
CEP: 90.000, Brasil
- *Sérgio Inácio Hobi*
rua Mário Beni, 148, apt. 01
Itanhaém, São Paulo
CEP: 11740, Brasil
- *Luis Carlos Oliveira*
C.P. 1990, Vitória, Espírito Santo
CEP: 29.000, Brasil
- *Rubens Bonetti*
C.P. 289, Nova Esperança, Paraná
CEP: 87.600, Brasil
- *Dario Antônio P. Marchesini*
av. José Barros Reis, n.º 22
Dois Leões, Salvador, Bahia
CEP: 40.000, Brasil

SOBRE A UNIDADE NO PENSAMENTO DE AMILCAR CABRAL

Sérgio Ribeiro



Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral

Sérgio Ribeiro

Interpretação de um dos temas fundamentais do pensamento de Amílcar Cabral

Prefácios de Alfredo Moura
e Vasco Cabral

EL SALVADOR O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil



El Salvador O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil

Quinze dias com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí
Vinte páginas de fotos da guerrilha
A história recente da luta do povo salvadoreño
Os principais documentos da revolução

Prefácio de
José Cardoso Pires

Guia do terceiro mundo

1983



1983

Três edições
Tricontinental Editora

Três edições
Tricontinental Editora

Preços especiais para assinantes

guia do terceiro mundo 1983

N.º 54/Junho 1983

terceiro mundo 5

Notícias do país do "apartheid"

Justiça I

Thelle Mogoerane, de 23 anos, Jerry Mosoloti, de 25 e Marcus Motaung, de 28, militantes do Congresso Nacional Africano (ANC) e condenados dia 6 de Agosto de 1982 à pena capital (ver "Cader-nos" n.º 51, Fevereiro/Março 83), foram assassinados às primeiras horas do passado dia 9 de Junho, pelo regime racista da África do Sul. Enforcados no pátio central da prisão de Pretória, os militantes do ANC eram acusados de "alta traição", por terem participado em três ataques a esquadras de polícia, durante os quais morreram três polícias e vários ficaram feridos.

Presenciado por um carrasco, um padre, um médico e diversos guardas, o assassinio dos patriotas sul-africanos foi acompanhado por toque de sino a rebate e diversas manifestações de protesto no Soweto. As autoridades racistas recusaram-se a autorizar os advogados a assistir ao enforcamento e os corpos reclamados pelos familiares para serem enterrados no bairro do Soweto, na periferia de Joanesburgo, foram enterrados no cemitério do próprio estabelecimento prisional.

Na véspera, à noite, o Supremo

Tribunal de Pretória rejeitara os pedidos de suspensão da pena, apresentados pelos advogados dos condenados, alegando para tal o presidente do Tribunal não ser necessário justificar a decisão.

Em todo o mundo um clamor de protesto se levantou contra este criminoso acto do regime do *apartheid*. Chefes de Estado e de governo, que participavam na Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA) em Addis Abeba, fizeram um minuto de silêncio ao serem informados da execução. Alfred Nzo, secretário-geral do ANC presente à cimeira afirmou que "Botha e a sua clique assassinaram prisioneiros de guerra, cometendo uma clamorosa e premeditada violação do direito internacional.

Em Portugal, embaixadores africanos consideram que a morte destes três lutadores sul-africanos só poderá "reforçar a determinação" de quantos em África lutam pela liberdade e dignificação do homem. Aqueles diplomatas acreditados em Lisboa comprometeram-se ainda a não evitar qualquer esforço para "ajudar os seus irmãos oprimidos da África do Sul".

Justiça II

Ronnie Johannes Van Der Merwe, jovem branco sul-africano, decidiu comemorar o seu aniversário natalício matando um negro. Segundo declararam testemunhas durante o julgamento a que foi sujeito, Ronnie Johannes Van Der Merwe, no dia em que completou 19 anos, depois de ter dito por duas vezes "vou despachar um houtkop" (crentino, em afrikaans) parou o seu automóvel junto a três negros que caminhavam pelo passeio e desferiu dois golpes mortais na cabeça de um deles, Japhta Kgopa, de 23 anos. "Ainda queria dar-lhe mais um, mas ele já tinha caído", declarou o réu durante o julgamento. O juiz E. C. Wilkin salientou que o réu tinha agido gratuitamente e classificou o crime de "medonho". Após o que pronunciou a sentença contra Ronnie Johannes Van Der Merwe: 1200 horas efectivas de prisão — o que prefaz 50 dias — a cumprir durante os fins-de-semana. Nos outros dias Ronnie Johannes Van Der Merwe exercerá normalmente a sua profissão de electricista.

Jardins do apartheid

Prossequindo a sua política racista, o conselho municipal de Pretória (África do Sul) aprovou normas nas quais se proíbe a entrada de sul-africanos negros em 14 jardins públicos da capital. Esta disposição custará ao regime sul-africano 70 mil dólares em muros para proteger a entrada dos jardins.

"Esperança de Vida"

Um estudo da Universidade de Witwatersrand de Joanesburgo revelou que a esperança de vida de um negro sul-africano é inferior a 45 anos, enquanto a de um branco é de 65 anos. Nesse estudo constata-se também só existir um médico para cada 90 mil negros contra um médico para cada 330 brancos e morrerem ainda, anualmente, 20 mil sul-africanos negros com tuberculose.

Marcus Thabo Motaung

Jerry Semana Mosoloti

Thello Simon Mogoerane



Bolívia: repatriação dos restos mortais do general Torres

Se sete anos depois de ter sido assassinado em Buenos Aires (possivelmente pela "Triplíce A", em conluio com sectores militares bolivianos), os restos mortais do ex-presidente boliviano Juan José Torres foram repatriados, cumprindo-se assim a decisão da sua família, de que o seu regresso apenas se processasse em plena vigência de um governo democrático.

Os restos mortais do general Torres chegaram a La Paz a 29 de Maio, depois de permanecerem sepultados no México, para onde foram levados, após o assassinio, pela viúva, com o apoio do ex-presidente Echeverría.

No aeroporto de La Paz o corpo foi recebido por altos funcionários do Estado, autoridades militares, parlamentares e representantes de praticamente todos os partidos políticos de esquerda. As honras militares foram rendidas por destacamentos das três armas.

A iniciativa da repatriação dos restos mortais do general Torres partiu, simultaneamente, da Central Operária Boliviana (COB) e do governo presidido por Hernán Siles Zuazo.

O comandante-em-chefe do exército, general Simón Sejas Tordoya, afirmou que o "governo constitucional realizou um acto de justiça ao atender o pedido do povo boliviano, especialmente da classe trabalhadora, permitindo a repatriação dos restos mortais do general".

"Neste momento em que as forças armadas estão à procura de um sincero reencontro com o nosso povo, através do respeito irrestrito à Constituição do Estado e da ajuda ao desenvolvimento das potencialidades do país, é uma honra para nós, militares, o facto dos restos mortais do general Torres descansarem na nossa pátria", afirmou Sejas Tordoya. E acrescentou que "as forças armadas rendem honras a Juan José Torres não só na sua qualidade de general mas como um ex-presidente da República".

O general Torres assumiu a pri-



meira magistratura a 7 de Outubro de 1970, depois de uma rápida sucessão de golpes de Estado que resultaram no derrube do general Alfredo Ovando Candia.

O seu governo autocalificado como "nacionalista e popular", promoveu uma ampla participação das organizações sindicais na vida política do país, especialmente através da Assembleia Popular, que se transformou no instrumento político da COB.

Devolveram-se ainda, aos trabalhadores mineiros, os salários que haviam sido reduzidos em anos anteriores pela administração do general René Barrientos.

O general Torres foi deposto por um cruel golpe comandado pelo general Hugo Bánzer. Exilou-se no Chile até à queda de Salvador Allende e, posteriormente, transferiu-se para a Argentina, onde foi sequestrado e morto.

Ema Obleas de Torres, viúva do general, afirmou: "A repatriação dos restos mortais de meu marido constitui um facto muito significativo para o povo boliviano, que deve traduzir-se na união de todas as forças progressistas do país, visando a consolidação e o aprofundamento do processo democrático".

A COB ordenou que as diferentes organizações dos trabalhadores se alternassem para montar guarda diante dos restos mortais do ex-chefe de Estado.

Estados Unidos: inquérito sobre América Central



Como resultado do discurso proferido pelo presidente Ronald Reagan perante uma sessão conjunta do Congresso norte-americano — a 27 de Abril passado — o jornal *The Washington Post* e a cadeia de rádio e televisão *American Broadcasting Company* (ABC), promoveram uma sondagem de opinião pública. Em linhas gerais, os resultados foram os seguintes: a grande maioria do povo deste país é contrário à política norte-americana para a América Central e opõe-se às acções clandestinas de Ronald Reagan, visando a desestabilização do governo sandinista da Nicarágua, assim como ao fornecimento de ajuda militar adicional ao governo de El Salvador.

Por outro lado, o Congresso norte-americano considera actualmente a possibilidade de interromper os programas de acções clandestinas do governo Reagan na região centro-americana. Por isso, altos funcionários do governo assinalaram que "se El Salvador cair em poder da guerrilha, a responsabilidade caberá ao partido democrata".

Outra das conclusões que se retira da sondagem do *Post-ABC* é a de que a opinião pública norte-americana é (por uma margem de 63 contra 24) desfavorável à participação secreta do seu governo no derrube de qualquer regime latino-americano.

Os resultados do inquérito indicam que a América Central ainda poderá transformar-se num dos principais pontos da campanha de 1984, assunto que poderá ser explorado com sucesso pelo próximo candidato do partido democrata.

Líbano: preso suposto assassino de Gemayel

□ O suposto assassino do presidente Bachir Gemayel e mais cinco pessoas acusadas de outros atentados nos últimos anos, foram entregues às forças armadas libanesas. Os seis homens foram capturados pelo Partido Falangista, de Direita, fiel à família do actual presidente Amin Gemayel. Os presos ficaram à disposição do governo na sede do Partido Falangista, na cidade de Jounieh.

O homem que supostamente foi o autor material do atentado contra o presidente eleito a 14 de Setembro de 1982, chama-se Habib Chartouni, de 25 anos de idade, cristão da localidade maronita de Charoun, situada a uns 24 quilómetros a sudeste de Beirute.

Outros dois indivíduos foram acusados de assassinarem em 1980 a filha de Gemayel, Maya, de 18 meses de idade. Os três restantes são acusados de colocarem explosivos em diversas áreas de Beirute Oriental.

Segundo uma reportagem sobre Chartouni, publicada pelo jornal *Al Nahar* de Beirute, o suposto assassino de Gemayel foi membro do Partido Nacional Socialista Sírio (NSSP), desde 1977.

De acordo com a versão dos falangistas, Chartouni colocou a 13 de Setembro entre 40 a 50 quilos de TNT no telhado da sala de conferências onde Gemayel ia pronunciar um discurso para os dirigentes do seu partido. No dia seguinte dirigiu-se a um apartamento alugado em Nasrah, próximo de Ashrafiyeh, onde se encontra a sede dos falangistas, e detonou os explosivos por controlo remoto. Gemayel morreu juntamente com mais 20 pessoas, entre as quais dirigentes-chaves do seu partido.

Chartouni já confessou o seu crime. "Este episódio fez parte da guerra que assolava, naqueles dias, o território libanês. Eu não sou um agente e ninguém me pagou para o fazer", disse. Ao ser-lhe perguntado o que pretendia com o atentado, respondeu: "Foi a minha contribui-

ção pessoal para a guerra. Estou convencido de que o que aconteceu depois da invasão israelita do Líbano, foi ilegal, incluindo a eleição presidencial".

África: inovações no ensino primário

□ Na Tanzânia, as escolas primárias de duas regiões administrativas foram transformadas em "escolas comunitárias", enquanto na Etiópia, um novo programa de estudos está a ser experimentado em todas as escolas primárias. Neste último país, foram estabelecidos centros locais para que se elaborem elementos didácticos complementares, de baixo custo, com o objectivo de tornar o ensino primário o mais amplamente acessível, adequado e barato.

Segundo informa uma publicação editada pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a procura de um novo tipo de educação para África, iniciou-se no final da década de 50 e princípios da de 60, com os processos de independência, uma vez que os sistemas de educação herdados dos regimes coloniais se demonstravam inadequados.

A ideia de "educação para a auto-suficiência" fez parte da declaração aprovada em 1967, em Arusha, por iniciativa do presidente Julius Nyerere. Na época, o mandatário tanzaniano declarou que a educação primária "não deve continuar a ser simplesmente uma preparação para a educação secundária", e ressaltou que, em vez disso, "as actividades da escola primária devem ser uma preparação para a vida que a maioria das crianças levará".

As "escolas comunitárias" exigem que estudantes e comunidades rurais empreendam trabalhos conjuntos, no âmbito da jardinagem e criação de porcos e aves, e constituem parte de um projecto de reforma da educação primária levado a cabo pela Tanzânia, pela UNICEF e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Estas escolas estão ainda incorporadas noutras actividades no campo do serviço social (construção de postos de assistência médica, perfuração de poços, etc.). As crianças aprendem, simultaneamente, a usar água potável e os princípios elementares do cuidado com a saúde, assim como aspectos básicos de leitura, redacção e matemática.

No Malawi, o ensino das ciências é ministrado segundo as necessidades e os recursos locais, e na Etiópia, centros locais estão a desenvolver materiais didácticos, destinados principalmente ao ensino das ciências. Os elementos mais simples ajudam ao entendimento da matéria, pois permitem demonstrações gráficas. Por exemplo, dois discos de madeira com arames que conduzem esferas de papel que giram numa vara, podem demonstrar como se produz a rotação da Lua à volta da Terra e desta, no seu próprio eixo, à volta do Sol, formando uma elipse.

A reacção dos estudantes constitui um reflexo do mérito do novo sistema. Em certas localidades, as crianças começaram a levar noções de higiene e saúde para os respectivos lares, além de explicarem aos pais o porquê de tais iniciativas. Este novo sistema de educação em África poderia conduzir as crianças a transformarem-se nos futuros inovadores das suas comunidades. (Horace Awori)

Ciência e tecnologia africanas

□ Além de consideráveis progressos na coordenação de programas de carácter multinacional, os governos africanos estão a realizar, com particular sucesso, iniciativas no campo da cooperação científica. Esta nova e auspiciosa realidade foi recentemente examinada na Terceira Reunião sobre Cooperação Técnica no Terceiro Mundo, que se realizou em Nova Iorque, sob os auspícios da ONU.

Vários países africanos estão a desenvolver iniciativas conjuntas com resultados positivos. A Tanzânia, precursora desta política de



unidade (formou, na década de 70, com o Uganda e o Quênia, a Comunidade da África Oriental, hoje virtualmente desactivada), efectua com a Zâmbia um vasto programa de desenvolvimento rural nas suas províncias do Norte. Estão a ser realizadas por técnicos dos dois países pesquisas sobre pecuária, controlo das infecções bovinas e estudos sobre novas técnicas para a melhoria das culturas.

Num campo científico moderno como a exploração da energia solar, Nigéria e o Togo estão a trabalhar conjuntamente na construção de bobines próprias por este novo tipo de energia.

O Burundi e o Quênia estão em vias de pôr em funcionamento um instituto para pesquisa sobre o café, ao mesmo tempo que as Seychelles e o Benin, com afinidades políticas conhecidas, ampliam a sua cooperação também no campo agrícola, particularmente no intercâmbio de híbridos de coco, importante para a economia dos dois países. Um amplo programa de troca de professores universitários está a ser desenvolvido pela Universidade do Togo, com outros países da área. Vários projectos de aperfeiçoamento científico e técnico de carácter binacional, destinados a estudantes sobretudo nos campos da indústria, agricultura e mineração estão a realizar-se com êxito. Naturalmente que este intercâmbio científico e técnico possibilita um melhor conhecimento das experiências e iniciativas dos países africanos e os ajuda a superar as suas dificuldades económicas e sociais.

Embora a cooperação dos países avançados desempenhe um papel destacado nessas pesquisas, o importante é que as mesmas se realizam no quadro dos interesses e realidades nacionais e regionais, com

um aspecto novo, que é a africanização dos conhecimentos de cada país.

As "Mães de Maio" interrogam

□ "As forças armadas não referem uma só palavra sobre os seus "corajosos militares" que violaram milhares de domicílios e levaram à força milhares de pessoas sem defesa... Não falam dos sequestros perpetrados pelos seus heróis da "guerra suja" a bordo dos sinistros "Ford Falcon", em plena rua, nos hospitais, nas escolas, nos escritórios, nos meios de transporte e até nas igrejas. Não dão o nome daqueles que conceberam e aplicaram de forma implacável e diabólica o sistema de tortura para arrancar informações aos sequestrados... Nem uma palavra sobre as crianças nascidas durante o cativeiro das mães, nem sobre as crianças abandonadas depois de terem visto os pais torturados, nem daquelas que foram levadas ao mesmo tempo que os pais, para serem posteriormente despossuídos da sua identidade, nem sobre aquelas que foram ameaçadas de morte para forçar os pais a denunciarem nomes e mais nomes...". Foi assim que as "mães da praça de Maio" responderam, no passado dia 5 de Maio, ao "documento" sobre a luta contra a subversão, difundido pela junta militar argentina. A resposta das "mães" foi divulgada durante uma manifestação realizada no centro de Buenos Aires, que reuniu mais de cinco mil pessoas.

Terceiro Mundo cobais das transnacionais

□ É largamente conhecida a prática das transnacionais farmacêuticas de transformarem os países do Terceiro Mundo em cobaias das suas experiências científicas ou no campo da comercialização dos produtos recusados pelos próprios países onde são fabricados. Os exemplos desta prática criminosas são muitos e frequentes.

Uma nova denúncia acaba de ser feita pela revista *Ecoforum*, editada pelo Centro de Defesa do Meio Ambiente, com sede em Nairóbi, capital do Quênia. Segundo esta revista, a transnacional de origem suíça *Ciba-Geigy* fumigava com pesticida crianças pobres do Egipto, para comprovar a eficácia do seu produto denominado *Galecron*, que tem sido vinculado a alguns tipos de enfermidades cancerígenas.

As crianças foram fumigadas com a referida droga, para comprovar a quantidade de determinada substância retida na urina. Acontece que entre seis e doze horas depois de serem fumigadas, as crianças revelaram problemas urinários, vômitos e fortes dores de cabeça.

A denúncia foi feita por um grupo de suíços empenhados no apoio ao Terceiro Mundo e que se reuniram em torno de um documento chamado a "Declaração de Berna". Segundo a sua denúncia, o produto foi retirado dos mercados em 1976, mas reapareceu, sem modificações na fórmula, em 1978.

A empresa *Ciba-Geigy* admitiu aquela prática criminosas e declarou "lamentar profundamente que se houvesse usado crianças, como 'voluntários'."

O relatório cita declarações de um porta-voz da transnacional de que "não foi correcto por parte da empresa *Ciba-Geigy* ter realizado estas experiências uma vez que não se devem usar crianças para este tipo de provas".

A confissão de culpa não terá modificado as consequências nocivas à saúde das crianças em causa, nem sequer indica as medidas tomadas para que este tipo de crime seja evitado.

O sombrio horizonte dos anos 80

Desde há já alguns meses que a imprensa internacional divulga numerosos dados — ou simplesmente prognósticos — que apontam para o rápido termo da recessão económica nos Estados Unidos.

Partindo dos indícios acalentadores dessa esperança, não menos numerosos comentadores se apressam a vaticinar o rápido fim da recessão nas nações capitalistas industrializadas e a consequente recuperação económica mundial, que beneficiaria, por arrastamento, o conjunto do Terceiro Mundo.

Pretende-se, assim, inculcar a opinião de que se avizinha o termo do último e mais grave ciclo recessivo desde a Segunda Guerra Mundial, e que uma nova época de expansão e abundância sobrevirá dentro em pouco.

No entanto, o próprio ponto de onde surgem estas análises não constitui ainda "um dado adquirido". Há dúvidas de interpretação. E embora a economia norte-americana, durante o corrente ano, tenha exibido já alguns índices positivos, na realidade outros de sinal contrário continuam a manifestar-se. Por outro lado, no seio da própria superpotência está-se longe de conseguir a unanimidade quanto ao possível evoluir da situação: muitos são os analistas e empresários para quem os dados conhecidos até agora não autorizam o optimismo patenteado pelas autoridades norte-americanas, que insistem em proclamar "a saída do túnel". Em todo o caso, — e a confirmarem-se os diagnósticos optimistas — os efeitos da recuperação nos Estados Unidos apenas se começariam a fazer sentir durante o segundo semestre do corrente ano. Enquanto que nas demais potências capitalistas desenvolvidas não se adivinham ainda sintomas de convalescença, e alguns indicadores negativos, como a elevadíssima taxa de desemprego na Europa, poderiam mesmo vir a agravar-se ao longo do ano. Segundo parece, seriam muito poucas as potências que, durante o segundo semestre de 83, poderiam manifestar sinais evidentes de recuperação.

A tese segundo a qual, uma vez posta em marcha "a locomotiva" norte-americana — ou seja, o centro motriz da economia capitalista — o resto do mundo seria arrastado para o desenvolvimento e para a expansão, mostrar-se-ia, assim, bastante relativa. Mas quando se examina a questão de um ponto de vista dos países do Terceiro Mundo, o quadro é substancialmente diferente, e as conjecturas acerca da expansão universal que dentro em breve irradiaria do centro capitalista, apenas podem explicar-se como opiniões irresponsáveis ou interessadas.

É evidente que, a persistir a crise capitalista, a situação continuará a agravar-se nos países subdesenvolvidos e dependentes. Mas mesmo no caso de uma pronta recuperação da economia norte-americana, a reanimação para estas nações será necessariamente longa e penosa. Mais: terá lugar após a mais grave deterioração global dos últimos tempos.

Faça a anteriores crises recessivas, alguns analistas pensavam que os efeitos destas decorrentes pudessem atingir com maior gravidade as economias centrais do que as economias periféricas. A acrescida dependência do Terceiro Mundo em relação ao centro capitalista veio, porém, alterar radicalmente as coisas e desmentir em absoluto aquelas teses. Durante a presente crise os custos, pagos pelo Terceiro Mundo têm sido incomparavelmente maiores. Esses países, e os seus responsáveis, debatem-se com a incerteza de quando poderá ser invertida a tendência no sul do planeta dado o imprevisível horizonte económico. Ou perguntam-se até que ponto terão validade as estratégias de desenvolvimento que vinham aplicando. Para comprovar a veracidade desta asserção, tenha-se em conta um único e importante factor: o financeiro.

Na década passada, os países do Terceiro Mundo tiveram acesso a uma importante corrente de créditos. A incorporação, de modo preponderante, da banca privada internacional nesse fluxo — através da chamada "reciclagem

dos petrodólares" — provocou o crescimento em flecha da dívida externa desses países, bem como do seu custo, que se tornaria verdadeiramente proibitivo com o aumento das taxas de juro bancárias, em consequência da política económica seguida por Washington. Ao fim deste período, o que se constata é que um grande número de países se viu ante a impossibilidade de responder pelo pagamento da sua dívida externa e que o sistema bancário internacional chegou a temer a bancarrota. Por outro lado, é conhecida a aplicação de medidas de emergência e austeridade extremas para que as nações mais endividadas pudessem responder a rígidos e onerosos planos de pagamentos, de cujos frutos ainda não se vêem sinais.

Mas ainda que em breve terminasse a recessão central, ainda que tivessem êxito as medidas de emergência impostas pelo Fundo Monetário Internacional, pode-se estar certo de que:

1) Os países mais endividados terão à sua frente longos anos de sacrifícios, durante os quais não poderão contar com reforços de crédito comparáveis aos obtidos no período anterior.

2) Os países menos endividados, grupo constituído na sua maioria pelos mais pobres, em virtude das restrições de crédito, também se confrontarão com uma diminuição de disponibilidades nos próximos anos.

Pense-se o que poderá significar a contenção financeira em termos de planos de desenvolvimento e de investimentos públicos. Para muitos países trata-se de uma conjuntura nova e inversa da existente nos últimos trinta anos.

O que está a suceder obriga, pois, a uma revisão integral das opções de estratégia económica até agora vigentes.

Em linhas gerais, durante as duas últimas décadas, graças a grandes esforços empreendidos para aumentar as suas exportações, os países do Terceiro Mundo conseguiram obter alguns progressos económicos. É certo que tais avanços não impediram que se cavasse ainda mais o fosso

que separa as nações desenvolvidas das subdesenvolvidas. No entanto, assistiu-se ao crescimento quantitativo dos Produtos Brutos Nacionais (PNB), embora com oscilações mas dentro de uma constante evolução ascendente. Neste contexto, os economistas tradicionais separaram o Terceiro Mundo em grupos de países:

- a) Os "menos avançados", sem qualquer esperança de fugir ao subdesenvolvimento e por isso carentes de enorme ajuda externa;
 - b) Os países intermédios, um conjunto bastante complexo mas, em geral, menos necessitado que o anterior, pois apresenta um crescimento moderado.
 - c) Os países exportadores de petróleo;
 - d) Os chamados "Novos Países Industriais", que apresentaram constantes e rápidos aumentos das suas exportações e dos seus PNBs e que, de acordo com a opinião de alguns desses peritos mais optimistas, se encaminhariam decisivamente para o grupo dos "desenvolvidos".
- Em suma, minimizavam-se os problemas globais do Terceiro Mundo. Esse o entendimento que prevalecia nos altos círculos ocidentais. Os exportadores de petróleo não teriam problemas e, mais do que isso, deveriam incrementar a sua ajuda económica aos países mais subdesenvolvidos. Os "novos países industriais" caminhavam para a solução definitiva dos seus problemas; os "intermédios" não evidenciavam dificuldades tão dramáticas quanto os "menos avançados". E seria sobre estes, a mais miserável porção da humanidade — entre 600 a 800 milhões de habitantes segundo as estimativas, em todo o caso menos de 20 por cento da população do globo — que haveria de concentrar a ajuda internacional, a fim de aliviá-los da sua pobreza absoluta. Estes argumentos, mais interessados que objectivos — no entanto profusamente divulgados —, serviram no centro capitalista para justificar a recusa aos pedidos do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Económica

Internacional. Enquanto que nos países dependentes, os mesmos argumentos eram utilizados para desestimular as exigências em favor de profundas reformas de estrutura, correcção das estratégias de desenvolvimento e modificação das alianças externas pró-ocidentais.

A crise que marca os últimos três anos, e cujos efeitos continuarão a atingir o Terceiro Mundo no futuro imediato, alterou profundamente aquele panorama.

Os países exportadores de petróleo enfrentam sérios problemas que comprometem as suas aspirações de desenvolvimento. A excepção unicamente do punhado de principados do Golfo Árabe, inundados de petróleo e com menos de 15 milhões de habitantes no total.

Os maiores países industriais, como Brasil e o México, conheceram, entretanto, as mais espectaculares "os países intermédios" como os "mais atrasados" viram piorar a sua situação, enquanto crises da sua história recente.

E tanto nos fundos da cooperação diminuíam a olhos vistos. O horizonte é, pelo menos, sombrio. Veja-se o caso do Brasil, talvez o mais ilustrativo já que se chegou a falar de "milagre brasileiro". Este país cresceu ininterruptamente desde o pós-guerra até há bem pouco tempo a uma média de 7 por cento ao ano. Em 1981, o avanço converteu-se num retrocesso que perdura. Estima-se entre 3 e 4 por cento o decréscimo que o país conhecerá durante o corrente exercício.

A queda do Produto Nacional Bruto é acompanhada por outros sintomas alarmantes. No coração do gigantesco país — S. Paulo —, só durante o primeiro trimestre deste ano, os empregos baixaram quase 4 por cento; e se se considerarem os últimos 27 meses, a contracção do emprego situa-se entre os 9 e os 10 por cento.

Dado que a nação brasileira deve ao exterior cerca de 90 mil milhões de dólares, e a sua dívida de curto prazo ascende a 20 mil milhões de dólares, o governo encontra-se

Crise no Terceiro Mundo

Revista Monda

desesperadamente em busca de novos créditos que possam responder pelos compromissos dos créditos anteriores. Será também esse o fim dado às divisas provenientes das suas exportações durante os próximos anos. As condições que se detectam no Terceiro Mundo, obrigam a que se proceda a uma actualização dos estudos e diagnósticos sobre os anos setenta. As reduções das importações e as restrições financeiras levaram a uma deterioração das economias cujos efeitos se repercutirão por muito tempo. Os cortes orçamentais não só estão a afectar investimentos produtivos como programas sanitários e sociais, como estão a provocar o aumento veloz do desemprego, especialmente entre a juventude.

Tudo isto significa, que as consequências sociais e económicas da recessão e da política económica seguida pelo centro capitalista se farão sentir de modo perdurável na periferia. E, em verdade podemos afirmar que, no fim deste ciclo, a brecha entre ricos e pobres será ainda maior.

Esta realidade envolve para todo o Terceiro Mundo — sobretudo para as suas classes ou camadas mais desfavorecidas — um preço humano gravíssimo.

Actuar sobre a realidade e projectar o futuro, abandonando as vãs ilusões dos anos setenta, passa necessariamente pelo seguinte:

— Reconhecer que toda a política que não se oriente com o objectivo de reduzir a dependência dos países subdesenvolvidos em relação ao centro capitalista, exporá cada vez mais aqueles países à crise deste;

— Não há crescimento económico são que não esteja principalmente ligado ao mercado interno, ou seja, que não se produza em paralelo com o aumento de emprego e do consumo nacional. O fracasso da fórmula brasileira reside precisamente em ter aumentado a sua dependência aumentando desse modo a sua vulnerabilidade externa.

— Os Estados nacionais devem contar com os

instrumentos necessários para dirigir as suas próprias economias. E isso implica, tanto no que se refere a este ponto como aos anteriores, o controlo efectivo das actividades das empresas transnacionais.

A penetração destas, tanto no campo financeiro como industrial ou comercial, tem provocado a diminuição evidente da capacidade de controlo do Estado. A inversão deste processo apresenta-se, por isso, como indispensável.

— Não pode haver desenvolvimento sem uma modernização; e isto passa por reformas de estrutura que eliminem as formações sociais arcaicas. A primeira das quais: a Reforma Agrária;

— Assim como o desenvolvimento nacional deve estar dirigido "para dentro", os países do Terceiro Mundo devem privilegiar o intercâmbio entre eles. Tanto o comércio como todas as formas de cooperação e integração entre os países do sul deveriam ser estimulados num grau muito superior ao observado até hoje;

— Já que o fulcro do problema internacional é o intercâmbio, a única maneira de o corrigir consiste na articulação de uma Nova Ordem Económica Internacional. Nova Ordem Económica a que os Estados Unidos da América e um pequeno punhado de nações desenvolvidas resistiram até hoje por todos os meios ao seu alcance. Só a força negociadora que pode trazer uma união firme e coerente entre os países subdesenvolvidos poderá impôr e levar à sua concretização uma tal Ordem.

As terríveis consequências que a crise originada no Ocidente tem tido sobre os povos do sul, deveriam estimular a tomada de consciência sobre a necessidade de combater essa dependência e forjar uma férrea unidade em torno das reivindicações de um reordenamento mundial.

Cancún, um passo em frente

Neiva Moreira

AS conversações de Cancún e as declarações dos presidentes do Brasil e do México foram um passo em frente para uma correcta compreensão do problema centro-americano e das relações do Terceiro Mundo com o sistema capitalista.

Como é hábito, o governo norte-americano estava empenhado em que Figueiredo e De la Madrid evitassem definir as causas reais das dificuldades que os países emergentes estão a enfrentar e, muito menos, que as relacionassem com o que se passa na América Central e nas Caraíbas.

Os dois mandatários expressaram-se de modo diferente das expectativas de Washington, ao evocarem as responsabilidades do sistema nas dificuldades latino-americanas. Pela primeira vez, em meio século, em vez de um avanço económico ou mesmo de uma estagnação, recuou-se, muito. Houve uma queda do produto bruto global da região. As exportações, que devem alimentar o pagamento das dívidas externas, caíram 10% e registou-se uma deterioração de 30% nos termos do intercâmbio. A América Latina deve mais de 300 mil milhões de dólares, dos quais cerca de dois terços correspondem às dívidas do Brasil e do México.

O comunicado conjunto lembrou que as responsabilidades principais da crise — sem eliminar as causas nacionais — são dos países desenvolvidos. "A duração, amplitude e profundidade da crise demonstram o seu carácter estrutural e revelam as deficiências do actual sistema económico internacional", acentua o documento.

Uma advertência oportuna foi feita em Cancún: um terço das exportações dos países desenvolvidos é absorvido pelos países em desenvolvimento e, nos Estados Unidos, um em cada seis empregos industriais é gerado por essas exportações. Com isto, não se quis demonstrar que os países latino-americanos são interdependentes mas sim que o comércio com o Terceiro Mundo, hoje objecto de enormes entraves nos países capitalistas industrializados, é também vital aos Estados Unidos. Uma precisão do presidente mexicano foi muito interessante, para diferenciar entre interesses compartilhados e interdependência. Recordou De la Madrid uma frase célebre de um escritor mexicano, Alfonso Reyes: "A interdependência entre desiguais não é outra coisa senão uma forma disfarçada de dominação".

Este tipo de observação é irritante para a Casa Branca. E, mais ainda: Reagan jamais poderia

aceitar a tese, defendida em Cancún, de que "a situação na América Central é prova concreta da necessidade de uma Nova Ordem Económica Internacional".

Em diferentes oportunidades, a nossa revista publicou amplas análises e reportagens, mostrando as verdadeiras causas da actual crise de El Salvador, Guatemala e Honduras, que as transnacionais, com a cumplicidade das oligarquias criadas à sombra do café e da banana, transformaram em áreas de rapinagem.

As guerras de libertação destes países como as de Cuba e Nicarágua não se originaram em ambições personalistas ou no sectarismo de grupos ideológicos, embora os dois sempre existissem — os grupos e o sectarismo — e muito menos num novo tipo de militarismo de carácter guerrilheiro. Essas lutas inspiraram-se nos mais profundos anseios populares e na secular resistência à dominação económica daquela área, por parte dos Estados Unidos. A guerra de libertação só foi deflagrada quando aos cubanos e nicaraguenses e aos seus dirigentes foram fechadas todas as possibilidades de uma saída democrática e pacífica. Desconhecer ou tergiversar esta verdade histórica é errar por ignorância ou má fé.

Na América Latina, apesar das distorções do meio de comunicação, é muito amplo, no seio dos povos latino-americanos, o reconhecimento de que as lutas de libertação das Caraíbas e América Central têm essa origem. Mas quando este reconhecimento é feito num documento oficial, por dois mandatários que não podem ser acusados de esquerdistas ou de castro-comunistas, esta posição assume um relevo muito maior.

Washington manteve uma atitude de aparente distância, mas quando os seus porta-vozes opinaram foi para extravasar profunda discordância com as decisões de Cancún. A representante do governo norte-americano nas Nações Unidas, Jeanne Kirkpatrick, conhecida pelas suas posições dereitistas fanáticas, não escondeu essa contrariedade: "Por desgraça, há vários anos, disse ela, que o governo mexicano tem uma política externa muito compreensiva para com as posições de Cuba e Nicarágua".

Logo em seguida a Cancún, reuniram-se na Baía as chamadas equipas de planeamento político do Departamento de Estado e do Itamarati para uma "troca de impressões". Um porta-voz norte-americano disse que os Estados Unidos "querem entender as razões que levam o Brasil a tomar

certas atitudes (o sublinhado é nosso), ao mesmo tempo que desejam que o Brasil entenda as suas".

Nos meios conservadores da América Latina, registaram-se reacções desfavoráveis à posição mexicano-brasileira, mas, segundo o próprio Figueiredo, estas reacções já eram previsíveis.

As trocas comerciais

A reunião no México trouxe, além destas, outras novidades. Uma delas foi o recurso às negociações bilaterais, estabelecendo um sistema de trocas comerciais como medida de defesa comum face à crise financeira e ao desequilíbrio da balança de pagamentos. Petróleo, que o México produz muito, por produtos agrícolas e alguns manufacturados brasileiros que se encontram sem mercado no Brasil. Esta fórmula já tinha sido prevista nas proveitosas e bem conduzidas negociações comerciais de Brasília entre o Departamento de Comércio Externo do Itamarati e a missão angolana chefiada pelo ministro do Planeamento, Lopo do Nascimento.

Nada mais natural que um país que tem petróleo e que quer soja, troque este produto com outro país que tem soja e não tem petróleo. Mas, para o sistema capitalista internacional, este tipo de prática comercial que pode ser efectuada sem o recurso ao dólar, é uma heresia que deve ser abolida. Esta posição é fácil de explicar: uma operação desta natureza pode ser conduzida à margem do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da *Wall Street*, das grandes *trades* e de todo um aparato de controlo das economias dos países em desenvolvimento.

No entanto, é através desse velho e eficaz método de trocas que muitos países do Terceiro Mundo poderão amenizar os seus problemas e reduzir o impacto da crise de moedas fortes.

Porta-vozes do sistema financeiro capitalista criticaram esta posição, que desagradou a Washington, do mesmo modo que as referências na declaração de Cancún ao *apartheid* e às agressões que o regime racista de Pretória perpetra todos os dias contra as democracias populares da África Austral.

No documento não se diz que a mão que arma os somozistas que invadem a Nicarágua é a mesma que treina os grupos de terroristas que atacam Angola, Moçambique e outros bastiões da África livre no sul do continente. Mas, o facto

de o tema ser relacionado com a crise na América Central — dentro do contexto das responsabilidades capitalistas na crise mundial — é um avanço que deve ser considerado.

O que fica no ar é a pergunta, ou muitas perguntas: Qual a eficácia destas denúncias? Estas palavras seriam coerentes com a atitude comum e corrente dos governos signatários? Na verdade, a declaração ajudou os nicaraguenses na sua brava resistência à agressão apoiada pelos Estados Unidos e já oficialmente reconhecida (e teoricamente proibida) pela própria Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados, em Washington.

Os mexicanos têm mantido, neste terreno, uma atitude coerente e o processo libertador daquela área deve muito aos estímulos, à compreensão e ao apoio do México. O mesmo não se poderia dizer do governo brasileiro, que até então assumira, face às agressões e interferências norte-americanas nesta região, uma posição de neutralidade, defendendo uma vaga "não-interferência", sem definir as claras responsabilidades dos Estados Unidos.

De qualquer modo, o que se decidiu em Cancún foi importante e o que alguns jornais conservadores denunciaram como "mexicanização" da política externa brasileira pode ganhar transcendência histórica se for a rectificação de uma neutralidade que, no fim de contas, só beneficiava o agressor.

A Nicarágua está a ser invadida e há legiões de "assessores" norte-americanos na Guatemala, Honduras e El Salvador. O direito destes povos à soberania e autodeterminação está a ser espezinhado por uma conspiração de interesses económicos e pela ambição de hegemonia estratégica urdida no cerne do complexo militar-industrial dos Estados Unidos.

Todos os esforços, todas as iniciativas, todo o tipo de cooperação — das armas do coronel Kadhafi à declaração de Cancún, do simples protesto à ajuda activa — são importantes no apoio àqueles valentes povos irmãos que enfrentam a agressão. Todas as vezes que os belicistas da Casa Branca ouvirem uma voz de condenação, estarão-se a fortalecer a resistência de povos que não têm outra meta senão serem donos do seu próprio destino. Neste contexto, Cancún foi um facto positivo que deve ser aplaudido. □

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Popular
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDO
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Aníbal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Declinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutuima

• NEGAGE
Livreria Saídy Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de *cadernos do terceiro mundo* para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda - República Popular de Angola

Peru em estado de guerra

Beatriz Bissio

O decreto de Estado de emergência (ou estado de guerra interno) promulgado em 31 de Maio passado, marcou mais um elo na cadeia de actos governamentais de combate ao "Sendero Luminoso" (Caminho Luminoso) que demonstram que o presidente Belaúnde está muito longe de poder controlar a situação. A verdade é que quase um ano e meio após o recomeço das operações guerrilheiras, o "Sendero Luminoso" não só não foi aniquilado como demonstra cada dia maior capacidade militar, maior agressividade e maior penetração, em diferentes departamentos do país.

O presidente Belaúnde tinha chegado inclusive a anunciar de forma triunfal a próxima retirada do exército das operações anti-subversivas, quando poucos dias depois uma série de atentados com dinamite deixaram sem luz a capital do país e causaram incêndios que acarretaram perdas enormes na indústria e danos vultosos e sérios na infra-estrutura. Assim, o governo decidiu decretar o estado de emergência, suspender todas as garantias constitucionais em todo o território nacional, bem como enviar ao Congresso um projecto de lei que estabelecerá a pena de morte para os responsáveis por actos de terrorismo contra instalações públicas. Estão proibidas as reuniões em locais públicos e particulares e ninguém pode escolher livremente o local de residência, nem transitar pelo território nacional, nem entrar ou sair do país.

Mais de 50 mil policiais foram mobilizados para se integrarem no dispositivo de "caça aos senderistas", e tudo indica que em breve o exército deverá assumir a completa responsabilidade da direcção e execução do combate aos rebeldes. Na primeira semana de vigência do Estado de emergência, mais de 1000 pessoas foram presas e invadidos os locais de várias organizações de esquerda.

Perante esse quadro, crescem cada vez mais — dentro e fora do Peru — as interrogações a respeito dos objectivos, metas e propostas políticas do "Sendero Luminoso".

Nessa critica conjuntura, são muitas também as opiniões que acham que o temperamento fraco e a falta de suporte social do presidente Belaúnde, não lhe permitirão sobreviver ao embate cada vez mais temerário do movimento armado, e que o país poderá novamente caminhar para um governo militar.

A nossa matéria de capa tenta dar uma visão global do fenómeno senderista e o contexto no qual ele está inserido; do desafio que ele coloca ao governo e aos partidos políticos e das respostas que até agora têm surgido.

Ilustração: Mariano

Fotos: B. Bissio



A violência chega...

Foto de Laraflet/Gamma



...às esquecidas e longínquas comunidades andinas

O desafio do Sendero Luminoso

As operações de um grupo armado impõem a necessidade de dar respostas urgentes a uma população marginalizada

“**P**OR el Sendero Luminoso de José Carlos Mariátegui”, é o nome de um movimento armado que põe em xeque o governo peruano, compromete a estratégia política da esquerda legal, provoca uma eventual guerra civil entre a população andina e atrai a atenção mundial para o remoto e esquecido departamento de Ayacucho.

“Sendero Luminoso” tem pouco em comum com os movimentos guerrilheiros que surgiram, na década de 60, nos vales e cidades do Peru. Também não se assemelha à Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, de El Salvador actual, ou ao movimento “Tupamaro” do Uruguai, na década passada. E não se poderia dizer que se trata de um simples grupo de bandoleiros — definição usada por alguns sectores políticos peruanos, sem aprofundar muito a sua origem ou expressão social — e, embora tenha realizado acções com essas características, não pode ser enquadrado exclusivamente sob esse rótulo de “terrorista”.

Contudo, até agora ninguém conseguiu definir exactamente o que é o “Sendero Luminoso”, o que se

propõe e a quem representa. Não se conhecem as suas posições políticas, embora os observadores peruanos o identifiquem como maoísta, mais especificamente com o chamado “bando dos quatro”, liderado por Chang Ching, a viúva de Mao. Os senderistas reivindicam Marx, Lênine, Mao — as “três espadas” — às quais acrescentam uma quarta: fundador e ideólogo do movimento, um obscuro professor de filosofia da Universidade de San Cristóbal de Ayacucho, Abimael Guzmán (o “camarada Gonzalo”), hoje transformado na figura mais procurada, citada e controvertida do Peru.

Pouco se conhece sobre Abimael Guzmán, um mestiço que defende a cultura indígena mas que foi formado nos padrões educacionais ocidentais. Não participou em nenhum movimento guerrilheiro da década de 60, nem regista militância política anterior a Sendero. Durante todo o governo do general Velasco Alvarado (1967-1975), foi professor da Universidade de Ayacucho, onde realizou um paciente trabalho clandestino ou semiclandestino de recrutamento e organização de um aparelho político-militar

Aqueles que o conheceram nessa época dizem que ele se identificava com o general Velasco em todo o seu esforço para reivindicar a vertente indígena da nação peruana. Mas Velasco projectou as figuras de Túpac Amaru e sua mulher, Micaela Bastidas, como inspiradoras do processo revolucionário, enquanto que Guzmán, na sua restrita produção doutrinária, não se refere nem uma só vez a esses rebeldes anticolonialistas executados em 1871, mas aos fundadores do pensamento marxista-leninista e a Mao, do qual incorpora a tese de que a "revolução se faz com o campo cercado a cidade".

Terra de "gamonalismo"¹ e semi-escravidão

A acção do "Sendero Luminoso" desenvolve-se basicamente em três dos 24 departamentos do Peru: Ayacucho, Huancavelica e Apurímac, uns 500 quilómetros a sudeste de Lima. Contudo, as autoridades governamentais reconhecem que algumas células do movimento estariam já a agir em quase todo o país, inclusive nas grandes cidades e, particularmente, em Lima. (No cárcere central de Lima, há quase 400 senderistas presos.)

Os departamentos de Ayacucho, Huancavelica e Apurímac figuram entre os mais pobres do país, com uma população maioritariamente indígena cujos rendimentos seriam da ordem dos 30 dólares anuais *per capita*. Grande parte deles vive à margem da economia de mercado, produzindo para o autoconsumo. As culturas e o pastoreio de subsistência são a

principal actividade económica das comunidades indígenas da serra, situadas a altitudes superiores aos quatro mil metros. Os "comuneiros" falam *quéchua* ou *runasimi*, são proprietários de algumas lamas ou cabras, e enfrentam a fome e o frio mastigando coca. As suas moradias são construídas de barro e pedras. Não têm luz eléctrica nem infraestrutura sanitária. Algumas comunidades são acessíveis a cavalo e outras somente a pé. Muitos camponeses não sabem sequer que são peruanos. A sua noção de Pátria é limitada ao universo da cordilheira.

Esta é a explicação principal da sua atitude durante a guerra do Pacífico (1879-1883) quando muitas comunidades se aliaram aos chilenos contra os seus compatriotas, em troca de eventuais benefícios regionais. Os governos de Santiago do Chile e de Lima eram para eles igualmente longínquos e alheios.

A vida interna da comunidade é regida por hábitos e leis ancestrais. A Justiça é aplicada pelos "comuneiros" e os chefes de família elegem o *varavoc* (prefeito), em geral entre os mais velhos, considerados, na cultura oriental, os mais sábios. Muitas comunidades ainda fazem justiça pelas próprias mãos, não só em assuntos internos (distribuição de águas e tarefas comunais) como em casos já divulgados de execuções de "abigeós" (ladrões de gado) e *gamonales* (latifundiários). Como em "Fuenteovejuna", a célebre obra de Lope de Vega, a responsabilidade é assumida por toda a comunidade.

Quando o general Velasco Alvarado decretou a adopção do *quéchua* como língua oficial juntamente com o espanhol, uma das razões invocadas foi dar ao camponês a oportunidade de se defender na Justiça estatal na sua própria língua.

Como até àquele momento só era usada a língua

¹ Sistema feudal de propriedade que persiste ainda hoje nas regiões mais atrasadas da cordilheira, onde o gamon (o senhor feudal) com poucas transformações, mantém-se anacronicamente como era há muitos séculos.

O Peru tem três regiões bem diferenciadas: costa, serra e selva, divididas entre si pela cordilheira dos Andes, cujas altitudes chegam a seis mil metros. Na árida faixa costeira está concentrada a maior parte da população, apesar das terras serem semi-desérticas, precisando de uma vasta infra-estrutura de irrigação.

Nas alturas dos Andes, vivem ainda hoje os descendentes dos incas e de outras etnias indígenas dizimadas pelo colonizador espanhol que ali se instalou no século XVII, aproveitando velhas rivalidades no seio do império liderado por Atualpa. Conservam a língua (o *quéchua*) e os costumes ancestrais e perfazem uma boa parte da classe mais explorada do país, juntamente com as populações amazónicas.

A oligarquia crioula — mineiros e latifundiários — que se desenvolveu com a implantação do sistema capitalista, deteve o poder no Peru desde a época colonial, mantendo estruturas sócio-económicas anacrónicas. Na década de 60, o regime do general Velasco Alvarado iniciou um processo de transformação económica e social que debilitou bastante o poder oligárquico. Porém, com o governo do presidente Belaúnde Terry, instalado em 1980, a oligarquia e o sector financeiro ligado ao capital internacional ganharam força, mergulhando o país numa profunda crise.



espanhola nos tribunais, muitas vezes os camponeses eram processados por crimes que jamais tinham cometido sem que soubessem sequer quais eram as acusações que pesavam sobre eles.

As comunidades dos vales, onde as terras são mais férteis e as comunicações mais fáceis, estão mais integradas na sociedade e na economia da costa das cidades que os povoados da *puna* (região de grandes altitudes). Entretanto, umas e outras sofreram, no decorrer dos séculos desde a conquista espanhola, um processo de usurpação das suas terras. Embora a propriedade lhes fosse reconhecida por títulos reais, as melhores pastagens e culturas passaram para as mãos dos *gamonales*, sendo os camponeses submetidos a diversas formas de servidão feudal. Todo esse cenário, que se manteve até à sexta década do século 20, foi retratado com singular riqueza pelo escritor peruano José María Arguedas; particularmente no seu romance "Os rios profundos".

As injustiças sociais flagrantes da serra e dos vales andinos levaram vários grupos de universitários oriundos das classes médias a organizarem movimentos guerrilheiros. Entre 1965 e 1967, as províncias de La Convención, em Cuzco, de la Mar, em Ayacucho, de Concepción y Jauja, em Junín, e sectores do departamento de Piura, foram cenário de diversas frentes guerrilheiras comandadas, entre outros, por Luis de la Puente Uceda, Héctor Béjar, Guillermo Lobatón, Máximo Velando, Javier Heraud, Hugo Blanco e Helio Portocarrero.

Esses focos guerrilheiros foram derrotados militarmente, mas a sua denúncia de uma situação social explosiva foi entendida por alguns dos militares que combateram os insurgentes e que desempenharam, posteriormente, um papel de destaque no movimento que tomou o poder a 3 de Outubro de 1968, liderado por Velasco Alvarado.

Velasco Alvarado: justiça para as comunidades indígenas



O coronel Gallegos Venero, oficial de informação, colocado no vale do rio Urubamba, no departamento de Cuzco, durante os anos da guerrilha (e que foi depois ministro da Agricultura e Reforma Agrária) havia advertido os seus superiores, já em 1965, sobre a situação de miséria em que vivia a população camponesa. No seu livro "Modelo Peruano", Neiva Moreira cita o relatório de Gallegos: "A mortalidade chega a 30 por mil habitantes por ano, o índice de mortalidade infantil a 70 por mil (menores de um ano) e a 294 por mil (menores de cinco anos). As causas principais são a tuberculose e as doenças parasitárias. Setenta e oito por cento da população apresenta sintomas de deficiência alimentar e de anemia. Oitenta e cinco por cento das moradias são de sapé, sem ventilação, abrigando uma família inteira em uma ou duas divisões." Gallegos denunciava também as "condições medievais do trabalho".

Reforma agrária em retrocesso

Sensibilizado pela situação de extrema miséria de milhões de conterrâneos e citando a frase de Túpac Amaru: "Camponês, o patrão não mais comerá da tua pobreza". Velasco Alvarado decreta a reforma agrária no dia 24 de Junho de 1969, expropriando os grandes latifúndios. Quatro anos depois já haviam sido beneficiados mais de um milhão de camponeses e organizadas mais de mil empresas associativas (vários tipos de cooperativas).

José Carlos Mariátegui, o brilhante pensador marxista peruano, a quem o nome de "Sendero Luminoso" faz alusão, escrevera, quase 40 anos antes: "As expressões de feudalismo que sobrevivem no Peru são duas: o latifúndio e a servidão. Não é possível acabar com a servidão que pesa sobre a raça indígena sem acabar com o latifúndio. O nosso socialismo não

Os camponeses foram usurpados das suas terras





Velasco decretou a reforma agrária e reivindicou a figura de Túpac Amaru (foto à direita, no mural acima), organizando os camponeses em cooperativas e incentivando a sua formação política

seria peruano, nem sequer seria socialismo, se não se solidarizasse primeiramente com as reivindicações indígenas”.

O universo indígena da década de 80 não é o mesmo que o movimento guerrilheiro encontrou, nem aquele que Velasco Alvarado quis transformar. A estrutura dos vales e das fazendas da costa, radicalmente modificada pela reforma agrária que elevou o nível de vida dos camponeses, levou as comunidades indígenas a participarem na administração de empresas associativas, às vezes de extrema complexidade.

Contudo, o desenlace do processo foi o mesmo que imaginou aquele grupo inicial de oficiais que se lançou à conquista do poder, impregnado de ideias de justiça mas sem experiência política nem um acordo prévio com as forças civis progressistas. Hoje em dia, a reforma agrária está estagnada, quando não em retrocesso, muitas das conquistas estão a correr o risco de cederem perante crescentes pressões de antigos latifundiários, num rápido processo de articulação e reconquista dos seus privilégios. O sector da Propriedade Social da economia — concebido para ser maioritário — acha-se enfraquecido e o seu poder é cada vez menor. Mas são visíveis as marcas deixadas pelo processo desencadeado por Velasco.

Mesmo que a reforma agrária tivesse sido completada segundo o projecto inicial, todas as terras cultiváveis do Peru não teriam sido suficientes para satis-



fazer a totalidade das famílias camponesas do país. (O Peru tem, em relação à sua superfície, uma baixa proporção de terras cultiváveis, devido ao seu território acidentado) Havia, então, que complementar a reforma agrária com outras instâncias, como a organização de agro-indústrias.

No entanto, a reforma agrária foi tão importante — truncada, infelizmente, antes de se tornar irreversível — que a resposta actual dos camponeses às propostas de "Sendero" está relacionada com a propriedade da terra. Nos vales de Ayacucho e nos departamentos vizinhos foram entregues títulos de propriedade. Esses camponeses dificilmente se sentem atraídos por uma proposta que não tem nada a acrescentar ao que eles já receberam. Onde o processo foi interrompido precocemente ou que, por diversas razões, a transferência não foi concretizada, a receptividade à guerrilha é um pouco maior.

Quando visitámos aquelas regiões, na década de 70, constatámos a resistência das comunidades mais isoladas a incorporarem-se no processo da reforma agrária. Visitámos às vezes uma comunidade de um lado do rio, integrada a uma *Sajs*² ou cooperativa, e outra da margem oposta, mais isolada, que permanecia fora do processo de integração produtiva. As vantagens da primeira comunidade eram evidentes, mas só com o "efeito demonstração", depois de muito tempo de experiência e quando as disparidades no processo de uns e outros se tornavam evidentes, era vencida a desconfiança dos pastores mais apegados às suas tradições seculares.

Era por isso que Velasco afirmava que, juntamente com a entrega da terra, era necessário mudar o homem que a habita. E proclamou, com esse fim, a reforma educacional, que mais do que uma mudança no ensino institucionalizado, aspirava a ser uma espécie de "revolução cultural". Esse aspecto do processo também não chegou a consolidar-se e o homem das alturas andinas, permaneceu — salvo raras exceções — na mesma situação que antes.

É muito difícil saber até que ponto essas comunidades foram sensibilizadas pela mensagem do "Sendero Luminoso", se se sentem representadas por Abimael Guzmán, como alguns sectores camponeses fizeram no passado com Velasco, a quem chegaram a identificar com o deus *Inkari* — Filho do Sol — construtor de um reino mitológico e criador do homem que, vencido segundo a lenda pelo colonizador espanhol, deverá voltar algum dia para completar a libertação do seu povo.

Mas a verdade é que foi em algumas dessas comunidades das gélidas alturas andinas que o "Sendero" conseguiu maior penetração.

Convicção ou medo?

As acções de "Sendero Luminoso" foram tão sangrentas que a maior parte dos jornalistas que estão a cobrir a guerra de Ayacucho se inclinam para a in-

² As *Sajs* foram um tipo de empresa associativa criada pela reforma agrária, em que um latifúndio era entregue aos trabalhadores do lugar com a participação das comunidades camponesas vizinhas na gestão e na propriedade.



A população andina conserva a sua língua e as suas tradições

terpretação de que os "comuneiros" apoiam o movimento por causa do medo, sem convicção política ou identificação doutrinar. As autoridades militares da região e muitos dirigentes políticos concordam com essa interpretação.

É preciso afirmar, contudo, que uma barbárie semelhante está a ser demonstrada pelos corpos policiais encarregados da repressão dos senderistas, conhecidos pelo nome de *sinchis* (palavra *quéchua* que significa "os que tudo podem"). Essa barbárie está documentada por numerosos testemunhos obtidos pelos meios de comunicação e pelas investigações que realizaram no próprio cenário dos factos os membros de uma Comissão Parlamentar (Subcomissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados), encabeçada por Javier Diez Canseco (Esquerda Unida) e Julio Cesar Galindo (Acção Popular) que visitaram Ayacucho um ano atrás.

Ressurgem as bandeiras vermelhas

"Diariamente, quando lemos os jornais, pergun-



A situação de miséria dos camponeses levou à organização de grupos guerrilheiros na década de sessenta e inspirou o movimento militar de 1968; as coisas, porém, pouco mudaram...

tamo-nos quantos serão os mortos no dia de hoje". Assim descrevia um sociólogo peruano a presença constante da violência na vida do país.

"Sendero", ressurgiu no cenário político a 3 de Março de 1982, quando realizou uma operação audaciosa com a participação de uns 220 guerrilheiros com a qual conseguiu libertar um importante número dos seus presos da cadeia central de Ayacucho. Foram mortos cinco guardas. Para isso, "Sendero" teve de ocupar a cidade por mais de duas horas e fazer uma demonstração significativa de força militar.

A ocupação de Ayacucho — uma cidade de 100 mil habitantes, com um quartel do exército e três quartéis da polícia — surpreendeu a opinião pública e as autoridades peruanas. Havia a convicção de que o "Sendero Luminoso" sucumbira a uma ofensiva anti-insurreccional muito vasta desencadeada em 1981 pelos corpos policiais.

Além do ressurgimento dos senderistas com uma força insuspeitada, a operação de 3 de Março dava

início a uma nova estratégia de luta: das acções utilizando dinamite, do cunho terrorista que marcaram sua trajetória desde que Belaúnde Terry assumiu o poder até aquele dia, o "Sendero Luminoso" passava agora às ocupações de aldeias e cidades, execuções públicas de *soplonos*³ (abigeos e prefeitos acusados de facilitarem o trabalho dos corpos de repressão).

Foram realizadas operações rapidamente qualificadas pelo governo como de "guerra psicológica": hasteamento de bandeiras vermelhas com a foice e o martelo em povoados indígenas, divulgação de comunicados com listas de pessoas (especialmente autoridades) condenadas à morte, proclamações insurreccionais, etc.

E, pouco a pouco, as execuções e os massacres...

Desse modo, no mês de Abril deste ano chegou-se a um número recorde de mortes: 152 vítimas, mais do que em todo o ano passado. O total de mortes desde que o "Sendero" reiniciou as suas actividades é de 796, das quais umas 480 seriam de senderistas e o restante de camponeses e forças repressivas. (Cabe assinalar que, como lembra um comentário da agência IPS, esse total já é quase o dobro do número de vítimas causadas por dez anos de actividade terrorista das Brigadas Vermelhas, na Itália, que provocaram a morte de 400 pessoas).

Analisemos uma semana do noticiário dos jornais de Lima:

"Guerra civil em Ayacucho. Dezenas de Mortos em violentos choques entre comunidades", é a manchete do jornal *El Diario* (24/2/83); "O povo mata nove senderistas", informa *La República*, (23/2/83); "Comuneiros matam quatro terroristas", "Caem 13 senderistas em três confrontos, Brigadas da polícia abatem nove sediciosos", *La Prensa* (23/2/83); "Carnificina em Carhuahustán — 25 mortos em choque entre senderistas e comuneiros", *Ojo* (22/2/83); "Aumentaram os enfrentamentos e morrem mais senderistas", *El Observador* (22/2/83); "Enfrentamento deixou 30 mortos em Huanta", *La Prensa* (20/2/83); "Guerra aberta com duas frentes: Huantar e Victor Fajardo", *El Diario* (20/2/83); "Os Andes continuam sangrando", *Ojo* (19/2/83); "Camponeses à procura de quartel senderista", *La Prensa* (19/2/83); "Mortos 15 do Sendero", "Forças da ordem iniciam contra-ofensiva", *La República* (18/2/83); "Terroristas fazem vingança sangrenta", *La República* (17/2/83).

O que significam esses confrontos?

Primeiro, foram "execuções", praticadas pelo "Sendero" para eliminar elementos anti-sociais, odiados pelas comunidades, como usurários, bandidos, etc. Depois passaram às "execuções" dos considerados "dedo-duro" e traidores. E, depois, veio a reacção a essas matanças.

"Apesar de inicialmente a morte de um abigeo ou de um bandido tivesse despertado uma certa simpatia, na actualidade, a morte do que eles classificam de 'traidores' surte um efeito contrário", escreve numa crónica intitulada "A batalha de Ayacucho", o

³ "Dedo-duros", informadores da polícia.

⁴ Duas províncias do departamento de Ayacucho.

repórter Raúl González, enviado especial da revista *Quehacer*, de Lima.

E acrescenta: "Finalmente, os recrutamentos forçados, impostos pelo "Sendero" entre os mais jovens, converteram-se na decisão mais impopular que poderiam ter tomado, pois muito poucas famílias da cidade e do campo estavam dispostas a entregar os seus filhos ao senderismo e mais de uma comunidade concordou em não permitir que nem um só dos seus fosse recrutado".

Esses erros estratégicos do "Sendero" teriam começado a modificar o acolhimento evidente de que gozou a organização nos meses que se seguiram à tomada da prisão de Ayacucho. Houve momentos, no fim de 1982, em que as províncias de Victor Fajardo e de Huanta, no departamento de Ayacucho, eram consideradas "zonas vermelhas" pela própria polícia, que reconhecia estar em franca retirada.

Essa situação era ajudada pela brutalidade dos

sinchis, que chegaram a assassinar um velho "comuneiro" acusado de colaborar com o "Sendero", amarrando-lhe um cartucho de dinamite na cintura e fazendo-o voar pelos ares. E que entram nas comunidades indígenas disparando espingardas automáticas, expulsando os "comuneiros" das suas camas, violando mulheres e roubando parte das colheitas. Os *sinchis* costumavam tomar coragem para as suas operações repressivas, entrando nas áreas supostamente controladas pelos senderistas cantando cantigas como esta: "Terroristas de merda. Entraremos esta noite nas suas casinhas, comeremos as suas tripinhas, beberemos o seu sanguezinho, cortaremos as suas cabecinhas, picaremos os seus olhinhos..."

A situação começou a mudar em Ayacucho quando o presidente Belaúnde Terry — cedendo às pressões do seu partido e de importantes sectores da opinião pública e das próprias forças armadas — decretou a intervenção do exército na repressão. A polícia vinha afirmando que carecia de armas para enfrentar um inimigo que estava agindo em situação de vantagem numérica e com o apoio aparente da população camponesa.

As mudanças ocorreram no meio de uma crise ministerial, que levou a uma reformulação parcial do gabinete.

Mas o exército não entra em Ayacucho para reprimir directamente os senderistas. Nem a sua experiência de luta anti-guerrilha da década de 60, nem o que parecem ser convicções sérias de sectores importantes dentro das forças armadas permitem que isso aconteça.

A intervenção começa a 2 de Janeiro de 1983. A acção do exército exerce-se, fundamentalmente, em três planos: 1) proporcionando à polícia melhores condições de mobilidade; 2) adoptando uma linha tática de mobilização de factores sociológicos; 3) assumindo a responsabilidade pelo controlo das cidades. A polícia continua a reprimir directamente os senderistas.

É a colocação em prática do segundo ponto que determina uma mudança qualitativa na confrontação. Trata-se de aproveitar as rivalidades existentes entre as comunidades indígenas para fazer com que se confrontem entre si. Conforme descreve Nelsons Manrique no seu ensaio "Violencia y Autoritarismo en la comunidad andina", "após a violência frenética demonstrada no planalto de Ayacucho é identificável um mecanismo característico dos usos do poder colonial: canalizar a violência dos oprimidos — gerada como resposta à violência dos opressores — contra eles mesmos".

Em Lima foi denunciada a aplicação do velho ditado "dividir para reinar" (do colonialismo britânico) para reprimir o "Sendero". É a "guerra suja", o uso da população camponesa para fazer frente aos também camponeses do "Sendero Luminoso". As denúncias visavam demonstrar que o sistema repressivo do governo evitava, assim, em muitas ocasiões, ten

Comunidades camponesas — particularmente as da etnia *iquichana*, que se dedicam ao pastoreio nas zonas altas — foram incentivadas pelos corpos repressivos a transformarem-se numa força paramilitar

Clichés do "Sendero" confiscados pela polícia



Foto "Quehacer"

O enterro de uma jovem senderista em Ayacucho



Foto de Pedro Sanchez

camponesa para combater os senderistas. De que forma? Com ameaças, promessas e presentes, e aproveitando rancores provocados por alguns actos do "Sendero".

Mas esse plano não teria ficado tão facilmente a descoberto se não fosse um episódio imprevisível: a decisão de oito jornalistas de vários meios de comunicação de Lima e Ayacucho de comprovarem no próprio local como estava a processar-se essa tão comentada guerra civil entre comunidades indígenas.

Um assassinato colectivo que comove o país

Nos primeiros dias de Janeiro haviam circulado notícias de que três comunidades da região mais pobre e de maior altitude das províncias de Huanta e Victor Falardo haviam surpreendido pequenos grupos guerrilheiros e, fingindo dar-lhes hospitalidade, atacaram-nos de surpresa munidos de paus e pedras.

Se isso fosse verdade, seria a primeira vez que a autoridade do "Sendero" era contestada por algumas comunidades. Um exemplo do poder que o "Sendero" tinha na área é dado pela cobrança comprovada de um imposto às comunidades camponesas — em geral parte da sua produção — para sustentar a organização. Outro exemplo do seu poder de decisão sobre a vida das comunidades andinas da região eram as modificações introduzidas na sua forma organizativa e produtiva. O "Sendero" havia proibido as feiras livres no território demarcado por ele. Os "comunheiros" deviam produzir o suficiente para o seu auto-abastecimento, sendo abolidas na região as operações de dinheiro. Além de constituir um duro golpe para a decadente burguesia rural empobrecida destas províncias, a decisão de acabar com as feiras obrigava, de facto, os camponeses a longas viagens para se abastecerem, já que é impossível que uma comunidade possa produzir tudo o que precisa para viver, e por mais rudes que sejam os seus hábitos. A medida foi muito contestada por todas as camadas sociais da região.

Essas determinações estavam inspiradas na forma clássica do maoísmo: "cercar as cidades pela fome".

Quando os oito jornalistas decidiram realizar as suas próprias investigações, com o auxílio de um guia, encaminharam-se para a comunidade de Uchuraccay, na província de Huanta. A única forma de acesso àquela aldeia isolada, situada a cinco mil metros de altitude, é a pé, pois não se pode chegar lá nem a cavalo.

O grupo atravessou áreas com guarda policial e, contudo, não foi avisado da existência de nenhum perigo. Quando foram encontrados, alguns dias depois, os cadáveres (inclusive o do guia), não era fácil imaginar os intrincados episódios que levaram àquele desenlace trágico. Numa tensa conferência de imprensa, o general Clemente Noel Moral, chefe do Comando Militar de Ayacucho, deu a conhecer a notícia do assassinato e comprometeu-se a esclarecê-lo. Mas, para a maioria da população, não havia necessidade de esclarecimentos; ninguém duvidava de que, directa ou indirectamente, os responsáveis eram os *sinchis*, cuja forma de actuação os ayacuchanos bem conhecem, assim como o general Moral, res-



Comunidades incentivadas a combater o "Sendero"
Os jovens são obrigados a juntar-se aos senderistas





Foto de Herman Schwarz

O enterro dos jornalistas converteu-se num acto de condenação ao governo Belaúnde, considerado culpado pelas mortes

ponsável pela instrumentação de tática da luta antiguerilha.

O episódio provocou uma imensa comoção no Peru e no estrangeiro. O presidente Belaúnde Terry nomeou uma comissão especial para investigar o massacre. Era integrado pelo escritor Mario Vargas Llosa, pelo decano do Colégio de Jornalistas do Peru, Mario Castro, e pelo destacado jurista Abraham Guzmán.

Um mês depois, a comissão confirmava os resultados de uma investigação realizada, de forma independente, por outro jornalista, Luís Morales, de *El Diario de Marka*: Morales descobriu que o assassinato dos oito jornalistas havia sido cometido em resultado de uma ordem policial.

Segundo testemunhos gravados por Morales, os camponeses afirmavam que a polícia havia mandado matar todos os forasteiros que ali chegassem por via terrestre, já que as forças oficiais somente se deslocariam em helicópteros. Entrevistada pela televisão, e com a ajuda de um intérprete — já que só fala *quêchua* — uma "comuneira" de Uchuraccay afirmou que eles esperavam, inclusive, ser felicitados pela forma como procederam, atendendo a todos os pedidos das autoridades.

O general Noel negou que essas ordens tivessem sido dadas, mas isso não impediu que pouco tempo depois fosse decretada uma ordem de prisão contra ele, pelo juiz instrutor Marcial Capelletti. Nessa caso, tratava-se da sua responsabilidade pela morte de três camponeses, assassinados na praça pública da sua comunidade por grupos adestrados e organizados pelo general Noel. Apesar de não terem negado a responsabilidade do general, as autoridades judiciais de Ayacucho anularam a ordem de prisão, invocando "erros de procedimento".

A opinião da comissão

"Os camponeses de Uchuraccay são muito ignorantes, incapazes de diferenciar uma metralhadora de uma máquina fotográfica com teleobjectiva", afirmou o general Noel, procurando minimizar as responsabilidades que poderiam ser-lhe atribuídas.

Contudo, as conclusões da Comissão nomeada por Belaúnde Terry não omitem a responsabilidade das autoridades. Segundo essas conclusões, existem quatro motivos para o assassinato. Primeiro, o "descobrimiento dos jornalistas do que estava a acontecer nas comunidades, decididas a desalojar os guerrilheiros". Segundo, a "responsabilidade das forças policiais, que incitaram os líderes comunais, com ordens do tipo "matem-nos e depois defendam-se". Terceiro, o "clima de violência criado pela organização guerrilheira, que ignora as particularidades e hábitos dos camponeses", e finalmente, "a violência estrutural" da zona, "uma região economicamente sem recursos, com um altíssimo nível de desemprego e um rendimento paupérrimo da terra, sem água, luz eléctrica nem serviços sanitários.

"Convivem dois mundos no Peru", declarou Vargas Llosa ao voltar de Ayacucho. "Um ocidentalizado e outro basicamente indígena. O diálogo entre eles é muito fraco. Para esses camponeses, o mundo ocidental é algo longínquo, unitário e opressor. Eles não distinguem entre capitalismo, comunismo ou marxismo. A mensagem do "Sendero" e as suas alusões a uma revolução mundial não entram nas suas mentes. E acrescentava: "O 'Sendero Luminoso' enganou quando pensou que a extrema miséria dos camponeses ia transformá-los em aliados de uma revolução que para eles é muito difícil de compreender".

O relatório da comissão recebeu severas críticas

por parte de sectores políticos que teriam desejado que fosse mais explicita a condenação dos três intelectuais à política de "guerra suja" aplicada pelo governo na repressão dos senderistas. O enterro dos jornalistas foi acompanhado, em Lima, por mais de 20 mil pessoas e o acto transformou-se numa enorme manifestação de condenação ao governo, considerado mais culpado pelo assassinato que o "Sendero Luminoso".

Depois da morte dos jornalistas, as confrontações em Ayacucho foram intensificadas, envolvendo cada vez mais as próprias comunidades. Ayacucho e Apurímac foram declaradas zonas de emergência. Numa dessas confrontações, na comunidade de Lunamarca, morreram 67 camponeses, entre eles pelo menos 20 de menor idade. As mortes foram, como no caso dos jornalistas, provocadas por machadadas e instrumentos de lavoura. E foram atribuídas ao "Sendero Luminoso".

As forças policiais responderam metralhando vários professores acusados de senderistas, executados publicamente por efectivos do 48.º Comando da guarda Civil, numa feira dominical. E a partir daí, cada acção do "Sendero" passou a provocar uma contra-acção das forças policiais.

A população de Ayacucho vive dramaticamente os efeitos desta guerra, uma espécie de pesadelo quotidiano. O secretário-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores do Ensino no Peru (SUTEP), César Barrera Bazán, informou que três mil professores de instrução primária que trabalham em Ayacucho, pediram transferência para qualquer outra região do país. A abstenção escolar chega quase a 60%, e a vida em todo o departamento tem sido profundamente atingida.

Quando se completou o primeiro aniversário da ocupação de Ayacucho, no dia 3 de Março passado, os guerrilheiros comemoraram a data deixando a cidade totalmente às escuras com um acto de propaganda na mesma zona da operação e com a tomada de um quartel policial pertencente às tropas anti-subversivas, em Victor Fajardo.

Perante essa situação, o perigo de um golpe militar começa a provocar inquietação em todos os sectores políticos.

Para o Partido Aprista Peruano, o maior desafio

** O caso do assassinato dos oito jornalistas voltou ao centro da discussão política no país nos últimos dias de Maio passado, quando foram descobertas as publicações de uma dúzia de fotos tiradas por um dos repórteres massacrados em Ayacucho. As fotos ilustram os momentos anteriores à tragédia e ratificam a versão de que os jornalistas foram vitimados pelos camponeses de Uchuraccay, permitindo deduzir que se trata "de um acto meditado e inclusive deliberado", como definiu o senador Luis Alberto Sánchez. As fotos tiradas por Willy Reto, repórter fotográfico do jornal El Observador (de oposição), levaram à detenção de três "comuneiros" identificados como participantes no homicídio. Todos esses factos reavivaram a polémica sobre as responsabilidades no assassinato.*

Enquanto isto, o "Sendero Luminoso" intensificou as suas actividades em fins de Maio, passando a operar nos departamentos de Pasco, Cuzco e Puno, além de ter realizado importantes atentados com dinamite em Huancayo (serra central) e Ica (no litoral).

Mas a operação mais importante nos últimos meses teve lugar a 27 de Maio em Lima, onde dez torres de transmissão de energia eléctrica foram dinamitadas, deixando a capital às escuras, ocasionando grandes incêndios, o maior deles ocorrido numa fábrica de produtos petroquímicos, que originou perdas superiores a 300 milhões de dólares.

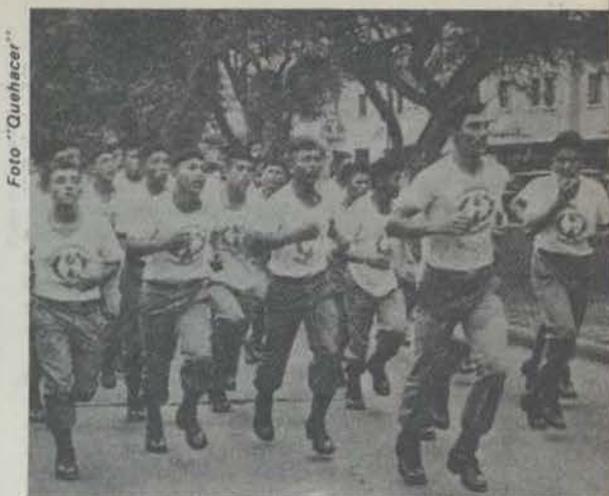


Foto "Quehacer"

O exército entrou no combate no início de 83

à ordem constitucional encontra-se neste momento na política económica que, por conter elementos recessivos, provoca uma séria crise social e política.

A esquerda, além de condenar a política económica, faz advertências sobre a "fascização progressiva do regime".

Existe uma estratégia por detrás?

Todos esses acontecimentos estão a levar o Peru para um beco de difícil saída. Nesta altura, cabe perguntar se estaria nos cálculos do "Sendero Luminoso" o desgaste que está a produzir, não só no governo de Belaúnde, mas em todos os partidos que participam no jogo democrático. Estaria a tentar demonstrar que não há saída para a marginalização camponesa numa institucionalidade que, na realidade, não conhece a população indígena como peruanos com igualdade de direitos?

Uma resposta afirmativa exigiria o desenvolvimento de uma estratégia de acumulação de forças, de expansão e consolidação de posições militares e políticas. Não é possível constatar nada disso nas acções do "Sendero Luminoso".

E quanto mais interrogações se erguem em torno dos objectivos desse movimento, mais impenetráveis se tornam a figura de Abimael Guzmán e dos seus "iluminados" — eles consideram-se assim — seguidores. Circulam versões no Peru de que Guzmán estaria condenado a uma morte eminente (apesar de ter pouco mais de 40 anos), devido a uma doença incurável. Isso exigir-lhe-ia algumas secretas e nunca comprovadas entradas e saídas do país. A menção desse facto contribui para cercar do maior mistério o "comandante Gonzalo" ou a "quarta espada".

Se for verdade, "Sendero" teria de ter uma retaguarda no exterior, o que, apesar de que o governo gostaria muito de poder provar, não passa, até ao momento, de uma conjectura pouco consistente. Nunca se conseguiu comprovar nenhuma das supostas vinculações internacionais do senderismo com

"potências comunistas".

Mas mesmo que não se possa detectar uma intenção proposada de acumulação de forças para uma eventual tomada do poder, é notório que o "Sendero" contribuiu para fechar alguns caminhos e criar numerosos obstáculos ao desenvolvimento de um forte movimento popular e progressista que começa a tornar-se realidade quase 15 anos depois do general Velasco Alvarado ter tomado o poder com esse lema.

Quanto mais razões o governo puder invocar para avançar na sua política repressiva, visando utilizar a legislação de emergência e desviar a atenção dos gravíssimos problemas económicos que o país enfrenta, mais enfraquecidos estarão os sectores populares e as suas expressões sindicais e partidárias.

Existe actualmente um movimento popular no Peru, que era embrionário em 1968. A reforma agrária, a cogestão nas empresas e a prática política destes últimos 15 anos, durante os quais foram incentivadas de baixo e a partir da cúpula as organizações sindicais e as instâncias participativas, criaram novas condições e objectivos económicos, políticos e sociais no Peru.

A greve nacional no campo, realizada durante os dias 26 e 27 de Novembro passado, demonstrou a vitalidade e a força do movimento camponês e, segundo definiu a revista "socialismo y Participación", na sua edição de Dezembro de 82, "constituiu a mais importante mobilização de protesto desde Julho de 1977".

Essas mudanças nas bases populares — cuja organização também avança nos *pueblos jóvenes*⁵ e nas fábricas — tiveram reflexos positivos nos partidos políticos, que se renovaram e se afastaram de antigos sectarismos. O exemplo mais significativo é o do

⁵ Bairros marginais, favelas.

Opiniões sobre o "Sendero Luminoso"

• Júlio Cotler, sociólogo.

"Enquanto os jovens senderistas procuram apoderar-se do Estado, como se este fosse uma coisa e impor a sua vontade à sociedade a fim de moldá-la segundo o 'pensamento de Gonzalo', as classes populares e médias das cidades e de outras áreas rurais, organizadas sindical e politicamente, debatem-se incessantemente para se afirmarem democraticamente nas suas instituições, elaborando as suas próprias propostas, exercitando-se na luta política contra o governo."

• César Hildebrandt, destacado jornalista.

"O 'Senhor' não parece pôr em causa o problema do poder. A violência é para eles um fim em si mesma. As suas teorias loucas não os eximem da acusação de banditismo, que cada dia merecem mais."

• Monsenhor José Dammert Bellido, bispo de Cajamarca, Peru.

"A posição da Igreja foi claramente expressa pelo papa João Paulo II: a Igreja não aceita a violência sob nenhuma forma. Nem o terrorismo de baixo, nem o terrorismo de cima... É preciso

APRA (o partido fundado por Haya de la Torre) que levou um jovem de apenas 33 anos, Alan García à presidência do partido, com uma linha de aproximação com a esquerda tradicional, deixando de lado as antigas marcas anticomunistas. Por sua vez, o senador Enrique Bernaldes (PSR) assinala que também a "esquerda marxista começou o 'anti-aprismo' recalcitrante e que a levou, inclusive, e apoiar Belaúnde", num processo de aproximação ao APRA, visando combinar acções nos planos político e sindical.

Um movimento em perigo

Mas o aumento da presença das massas peruanas dá-se também a outros níveis, como por exemplo no fortalecimento de movimentos regionalistas — que unem patrões e operários, dirigentes administrativos e militantes de base — na defesa de reivindicações tendentes a condicionar o poder federal exercido a partir de Lima. Na selva peruana, um movimento com essas características fez com que parte dos benefícios do petróleo ficasse em Iquitos, beneficiando a população local com o principal produto da área.

Mas todo esse movimento fecundo, que vai modificando pouco a pouco a fisionomia do Peru, está em perigo.

A crise económica (ver artigo seguinte), a deterioração da situação em Ayacucho e nas zonas vizinhas, a incapacidade do presidente para enfrentar a situação e a sua tendência para ceder, cada vez mais, diante das imposições recessivas do Fundo Monetário Internacional (FMI), estão a levar o país a um quadro de deterioração política e económica sem precedentes.

E a esquerda — que integrada na coligação "Es-

Monsenhor Dammert Bellido



Foto "Quhacer"

procurar as causas no fenómeno do "Sendero": a realidade vai produzindo um terreno fértil para a violência."

querda Unida" obteve quase 30% dos votos nas eleições de 1980 — enfrenta um dos piores momentos da sua história, ao ter de adequar a sua estratégia perante o desafio do "Sendero Luminoso" que lhe impõe definições que não está preparada para tomar.

São poucos os peruanos de esquerda que se arriscam a fazer declarações como a de Héctor Béjar, o ex-dirigente do Exército de Libertação Nacional (ELN), amnistiado por Velasco Alvarado e incorporado por ele no processo como membro da equipa de Sinamos.⁶

Béjar afirma: "O terrorismo tem de ser derrotado, primeiro politicamente e depois militarmente. Não se pode pensar numa acção policial como o começo para uma acção contra o terrorismo. Os passos que deveriam ser dados são os seguintes: primeiro, uma mudança na política económica. Segundo, uma política de entendimento e diálogo que inclua os militantes do 'Sendero' que estiverem de acordo e, terceiro, é inevitável uma repressão contra os que persistirem obstinadamente na actividade exclusivamente terrorista".

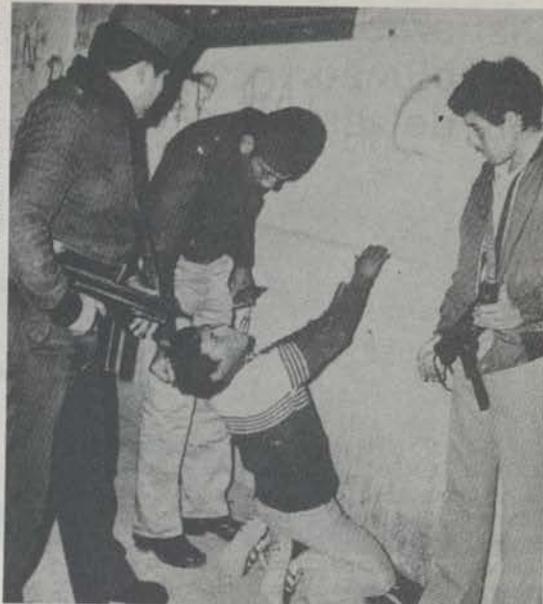
Para Béjar, como para outros dirigentes peruanos, a defesa da democracia não é uma tática conjuntural. Eles entendem o exercício da democracia como um fim em si mesmo, indispensável para garantir a transição do capitalismo para o socialismo.

Mas quando os espaços democráticos se estreitam, mesmo dentro de um regime constitucional, qualquer estratégia passa a ser posta em causa.

Por isso não é fácil descrever, em profundidade, o desafio do "Sendero Luminoso". Porque nos longínquos cumes dos Andes, que são actualmente o cenário de cruentas batalhas, não se estão apenas a perder valiosas e insubstituíveis vidas humanas. Estão a defrontar-se concepções ideológicas diferentes sobre o processo da mudança revolucionária. Estão a defrontar-se, também, duas culturas, a andina e a ocidental, que até agora haviam convivido no tempo e no espaço sem interpenetrar-se. Está a aflorar, violenta, a luta de classes.

E, como diz na sua "Carta al País", o conselho editorial de "Socialismo y Participación": "é duro dizer-lo, mas todos nós, e principalmente as actuais gerações, não conseguimos demonstrar até agora as reservas morais e políticas que nos permitam deter o trágico destino que está em curso na vida nacional (...). Dessa perspectiva, a primeira responsabilidade pela mais inumana das violências deve ser atribuída ao grupo "Sendero Luminoso". São os membros desse movimento que, por decisão própria, se arrogaram o direito — que ninguém lhes concedeu nem pode reconhecer-lhes — de matar deliberadamente outros seres humanos (...). Contudo, esse tipo de violência não teria chegado à actual magnitude se o governo, e mais directamente o presidente da República, não se tivesse transformado, como o fez, no respon-

Foto de Laraflet/ Gamma



A guerra torna-se um pesadelo quotidiano

sável directo pelo aprofundamento da miséria que a todos humilha, pela dilapidação da confiança que o povo depositou nele e pelo mau uso do mais extraordinário poder político e institucional que nenhum presidente na história dos governos democráticos do país terá alcançado. (...) Mas a responsabilidade também atinge as forças armadas. Os altos oficiais conhecem a situação de extrema miséria de Ayacucho. Como lhes é possível, então, aceitarem o papel de simples executores de uma política repressiva que não faça parte de um intenso esforço para melhorar a qualidade de vida do povo dessa região? (...) Será que aceitam, porventura, que a sua não participação directa no tipo de repressão que os *sinchis* desenvolvem os exime de responsabilidades? As forças armadas querem manter ou renunciar ao que nós consideramos o seu mais legítimo orgulho e que é o que mais as diferencia de outras forças armadas do Cone Sul: a sua decisão de constituírem a expressão em armas do seu povo para a sua defesa, segurança e desenvolvimento, e não forças de ocupação ao serviço de interesses incompatíveis com a Segurança Nacional?"

O editorial continua a apontar as responsabilidades da igreja católica da qual se reclama uma participação mais enérgica para "travar o banho de sangue com o qual diariamente manchamos mais as mãos; dos partidos políticos (definindo as deficiências de cada um deles) e dos próprios intelectuais, como os que assinam a Carta". O final é categórico: "Se o governo se obstinar em não ouvir nem responder à reivindicação desesperada das maiorias nacionais (no sentido de mudar a política económica no prosseguimento da qual estão enraizadas as maiores violências), ele será o principal responsável por uma nova tragédia nacional". □

⁶ Sinamos é a sigla de Sistema Nacional de Mobilização Social que, presidido pelo general Leonidas Rodríguez Figueroa, trabalhou durante o governo do general Velasco Alvarado no desenvolvimento da participação popular.

Cisneros Visquerria: "A solução tem de ser global"

O ex-ministro da Guerra do Peru, general Luis Cisneros Visquerria, conhecido pelo apelido de "o Gaucho", porque passou parte da sua vida na Argentina onde realizou os seus estudos militares, concedeu uma longa entrevista sobre o "Sendero Luminoso" ao jornalista Raúl González, da revista *Quehacer*. Pela importância que teve o general Cisneros na elaboração da estratégia de combate ao movimento armado, e dado o interesse em conhecer o ponto de vista militar sobre o problema, reproduzimos aqui algumas das suas respostas mais significativas.

"Não creio que o 'Sendero' tenha alguma possibilidade de êxito no Peru. Um movimento subversivo que se inicia no âmbito rural e que pretende buscar o apoio camponês, não pode tornar-se popular, nem aqui nem em lugar nenhum, aplicando o terrorismo, como eles estão fazendo, contra esses mesmos camponeses."

Apoiam-se no terror

"O camponês encontra-se perante o dilema de apoiar as forças policiais ou apoiar o 'Sendero'. E o que acontece? O camponês pensa: se apoio o 'Sendero' e sou preso, serei julgado e se não se conseguir provar sem equívocos a minha participação, sou solto. Não há risco. Em compensação se eu apoiar as forças policiais, o mais provável é que caia nas mãos do 'Sendero' e eles me matem. Diante dessa alternativa, o que faz o camponês, o homem introvertido que mora na serra? Fica cego, surdo e mudo... Não sabe de nada. Isso significa apoiar o 'Sendero'? De maneira alguma. Esse não é um ponto de partida correcto para um movimento popular."

As limitações das forças policiais

"Dentro das suas limitações, as forças policiais actuam de forma eficaz. Essas limitações são, em primeiro lugar, a falta de um equipamento adequado. A segunda, a inferioridade de condições para enfrentar o 'Sendero': enquanto os senderistas sabem onde estão as forças policiais, quantos homens há em cada



Cisneros: "um movimento terrorista não é popular"

posto, as forças policiais não sabem bem onde eles estão. Nem quantos são, nem quando vão atacar. Para que as forças policiais possam ter êxito, teriam que matar os senderistas e os não-senderistas; matam 60 pessoas e, na melhor das hipóteses, há três senderistas entre eles... E certamente a polícia dirá que todos os 60 eram senderistas...

"Essa seria a pior alternativa e é por isso que me oponho — até que não seja estritamente necessário — a que as forças armadas ingressem nessa luta..."

A solução

"A solução do problema tem que ser global. Não acredito que a solução seja exclusivamente repressiva. Nem o 'Sendero' nem nenhum desses grupúsculos vão desaparecer só pelo facto de que consigamos matar os seus principais dirigentes. A solução é integral: tem que se tirar essas zonas miseráveis da situação em que se encontram, pois assim como estão são um terreno fértil.

"Estamos a procurar fazer chegar energia eléctrica ao departamento de Ayacucho, base de qualquer processo de desenvolvimento industrial. Está a tentar-se abrir estradas para os tirar do seu isolamento.

"Mas não é possível que seja a acção subversiva que nos faça ver a necessidade de desenvolvimento de certas zonas. O ideal, por isso, é adiantar-se. Temos que entender que não são exclusivamente as forças policiais, mas todo o país e as suas organizações, que estão, em última instância, não contra o 'Sendero', mas em defesa de um sistema que adoptaram e pelo qual todos votaram.

"Antes da força armada entrar (na repressão) não será necessário que o país entre para rejeitar, não somente por palavras, mas de facto, essa situação?"



"Um movimento dogmático e autoritário"

Alfonso Barrantes analisa as divergências da esquerda com a estratégia e os métodos do Sendero Luminoso

A Esquerda Unida (IU) é a principal coligação de esquerda no Peru, agrupando vários partidos e movimentos, muitos deles com definição marxista. Nas eleições de 1980, obteve quase 30% dos votos. Alfonso Barrantes Langan, presidente da IU, é um intelectual de longa trajetória, não filiado em nenhum dos grupos ou partidos da coligação. Ele concedeu, em La Paz, uma entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo* na qual analisa o fenómeno da insurreição armada lançada pelo "Sendero".

"Existe um fenómeno indistigável no cenário político peruano que é o aparecimento do 'Sendero Luminoso', movimento que tem a sua origem na esquerda peruana, da qual se afastou por causa da sua posição dogmática e autoritária, que o leva a substituir as massas e a tentar estabelecer um governo à medida do seu autoritarismo e dogmatismo.

"A diferença mais notória entre a Esquerda Unida

e o 'Sendero' Luminoso está na forma de conceber o processo revolucionário. Nós estamos convencidos de que toda a transformação substancial de uma sociedade deve realizar-se com as massas organizadas, disciplinadas e conscientes. Outra alternativa implicaria a anarquia. E, como dizia Mariátegui, 'a utopia pode ser subversiva, mas não é revolucionária'.

"Então, enquanto a Esquerda Unida está dedicada, paciente e esforçadamente, à organização das massas populares, dos sectores pobres da cidade e do campo, o 'Sendero' levanta a bandeira insurreccional, pretendendo instaurar aquilo que, segundo eles, seria um governo popular, à margem das massas. Há uma segunda diferença: o 'Sendero' realiza acções de tipo terrorista, diante das quais nós manifestamos a nossa discordância e a nossa profunda condenação.

"Por último, devemos assinalar que o 'Sendero' complementa as suas acções terroristas com operações guerrilheiras. Isso obriga-nos a uma reflexão, sobretudo porque na Esquerda Unida nós não somos contrários à utilização da violência revolucionária. Mas a diferença está em que a Esquerda Unida considera que só se deve recorrer à violência quando assim o determinam as massas organizadas e conscientes.

"A actuação do 'Sendero' reflecte uma atitude sectária indiscutível. Através dos seus documentos e declarações, eles proclamam-se os únicos revolucionários não só do Peru, como de toda a América Latina. De acordo com a mentalidade 'messiânica' do seu dirigente máximo, o centro da revolução mundial está neste momento em Ayacucho.

"No entanto, ao contrário de outros movimentos guerrilheiros realmente revolucionários da América Latina, o 'Sendero' não procura acumular forças e despreza todos os partidos políticos e sectores sociais. E o desprezo começa pela Esquerda Unida. Para eles, nós somos adversários que precisam ser destruídos.

"Como nos consideram traidores, não é possível um diálogo com eles. Não porque a Esquerda Unida



Alfonso Barrantes: "o que existe é medo"

não o queira — houve algumas forças que integram o nosso movimento que caminharam nesse sentido — mas porque, desde o início, eles nos consideram seus inimigos.

"A pergunta que todo mundo se faz é se um movimento com essas características conta realmente com o apoio popular. No começo, a direcção e os quadros do 'Sendero' eram compostos por camponeses que tinham cursado a universidade. Tratava-se de camponeses cultivados através dos seus estudos.

"Quando decidiram iniciar as suas acções, é evidente que não tinham nenhum apoio popular, a não ser aquele que provinha das suas relações de parentesco e amizade nas suas respectivas comunidades. Posteriormente, quando as acções avançaram, teve-se a impressão de que contam com um certo apoio popular. Mas, pelas informações que temos recebido, o 'Sendero' faz o recrutamento dos jovens com os mesmos métodos que as forças repressivas: não através da persuasão, mas sim mediante imposição. É, em certa medida, uma espécie de terror. Por isso nós afirmamos que se trata de um movimento de tendências *pol-potianas*¹, que poderia repetir no Peru, em caso de chegar ao poder, a experiência campucheano.

"A sua forte consciência anticapitalista leva-os a actos estranhos, como por exemplo, assaltar uma fazenda da Universidade de Huamanga. Destruíram as instalações e mataram o gado de raça. A carne foi distribuída em determinada comunidade. No dia seguinte, exigiram que as pessoas que receberam essa doação fossem ao que eles chamam de 'escolas popu-

lares de capacitação'. E as pessoas foram, um pouco por agradecimento, um pouco, por medo. De tal modo que não se pode dizer que eles tenham um certo grau de apoio dos camponeses.

"É esta a avaliação dos dirigentes da Esquerda Unida em Ayacucho, que foram os que nos orientaram na interpretação da situação. Não existe convicção, e sim medo.

"A população encontra-se diante de uma situação dramática. As forças repressivas, especialmente os *sinchis*, levam a cabo uma tarefa terrorista, violadora dos Direitos Humanos. Com o pretexto de acabar com o 'Sendero Luminoso', a policia invade as casas dos camponeses, comete latrocínios e inclusive tem havido algumas violações de menores. A conjunção das acções do 'Sendero' com as da policia traz como consequência que algumas comunidades abandonem tudo o que possuem e se afastem de Ayacucho. Outras famílias mandam os seus filhos estudar fora do departamento e obrigam os jovens que permanecem em Ayacucho a passar a maior parte do tempo dentro de casa."

Uma série de desastinos

"O governo pensa que poderá resolver o problema do 'Sendero' através de um processo repressivo. Mas tem que se ter em conta que as actividades dos senderistas se desenvolvem numa das zonas economicamente mais pobres do Peru. Zonas nas quais se produziram situações de exploração muito graves, onde imperava o latifúndio — felizmente superado com a primeira fase² do governo militar, mas com sintomas de alguma recuperação. Isso exige outra forma de encarar o problema.

"O 'Sendero', por sua vez, pensa em encontrar apoio através de execuções de algumas autoridades, como prefeitos, por exemplo, que por serem violentos e pelas suas acções repressivas, conquistaram a antipatia e até o ódio da população. Mas essas são respostas muito locais. Que, fora este ou aquele sector, merecem uma condenação. Nós dissemos com clareza: nem Mao, nem Che Guevara, nem Ho Chi Minh cometeram esses desastinos.

"Mas, além disso, as acções do 'Sendero' permitem ao governo continuar a aplicar a sua política económica. Como o governo detém actualmente o controlo da maioria dos meios de comunicação, consegue desviar a atenção para o 'Sendero Luminoso' ao mesmo tempo que está a elevar os preços de todos os produtos de primeira necessidade. E, por outro lado, as operações do 'Sendero' estimularam o aparecimento de outros grupos, realmente terroristas, com evidente tendência dereitista, que procuraram romper a continuidade do governo constitucional.

¹ O governo de Pol Pot no Campuchea (1975-1979) causou a morte de quase três milhões de pessoas em nome da implantação do socialismo.

² Mo Peru é conhecida por "primeira fase" do governo militar e etapa em que Velasco Alvarado era presidente. A "segunda fase" corresponde ao governo de Morales Bermúdez.



"Onde está agora essa grande massa de peruanos identificada connosco? Não soubemos integrá-los nos partidos da Esquerda Unida"

"Nem Mao nem Ho Chi Minh cometeram essa loucura"



Também em relação a esse ponto, a Esquerda Unida é muito clara: não queremos que se interrompa o processo constitucional. Defendemos a institucionalização, sem deixar por isso de combater a política econômica do governo Belaúnde.

Uma autocrítica

"Em função do 'Sendero Luminoso', fizemos uma autocrítica. A Esquerda Unida transformou-se na segunda força do país nas eleições de Novembro de 1980. Mas que aconteceu? Onde está agora essa grande massa de peruanos identificada connosco? Não soubemos integrá-los nos partidos que formam a Esquerda Unida. Como presidente da coligação assinalei a necessidade de organizar essa gente, mas deparei com as reacções de alguns partidos.

"E como as decisões da Esquerda Unida são tomadas por consenso, não pude fazer avançar, nem sequer iniciar, esse processo. Só agora estamos a voltar a estudar o assunto. Por isso, afirmo que até agora, como Esquerda Unida, não temos sido capazes de construir uma verdadeira alternativa popular, que seja, atraente para os jovens. Muitos deles preferem arriscar as suas vidas, fazendo-se eco das palavras-de-ordem do 'Sendero'.

"Enquanto isso, o governo, propositadamente, trata de identificar a Esquerda Unida com o 'Sendero Luminoso', incrementando a escala repressiva." (Beatriz Bissio) □

A sexta dívida externa da América Latina

O Peru ocupa, segundo dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o 14.º lugar no mundo em termos da sua dívida externa e o sexto na América Latina.

No princípio de Maio, fontes bancárias europeias confirmavam que os compromissos dos bancos internacionais para o empréstimo de 880 milhões de dólares, destinado a reescalonar a dívida externa peruana, estavam acertados. O empréstimo só estaria condicionado à aprovação de 250 milhões de dólares por parte do FMI, o que acabou por acontecer conforme foi noticiado em Lima, em fins de Maio último.

A dívida externa do Peru ascende a 11,3 biliões de dólares, dos quais 7,3 milhões com vencimento a médio e curto prazo, contraídos em operações com países e bancos privados do exterior e organismos internacionais. A dívida *per capita* é de 600 dólares.

As dívidas a curto e médio prazo que se vencem este ano atingem 430 milhões de dólares. Em Fevereiro passado, o primeiro-ministro Fernando Schwalb anunciou cortes no orçamento fiscal de obras públicas que ficou reduzido a mil milhões de dólares (originalmente o orçamento era previsto para três mil milhões de dólares), para satisfazer às exigências do FMI. Segundo foi noticiado, o novo ministro da Economia e Finanças, Carlos Rodríguez Pastor, que assumiu o seu cargo em 2 de Janeiro passado, foi quem levou o gabinete a aceitar a redução do orçamento. Rodríguez Pastor é chamado no Peru, "o homem da Wells Fargo", porque foi nesta instituição bancária norte-americana que fez toda a sua carreira de economista, chegando a ser o seu vice-presidente para a América Latina. Quando assumiu o cargo, o ministro declarou que o seu principal objectivo seria "fazer o Peru cumprir todos os seus compromissos com os bancos internacionais". Assinale-se que o *Wells Fargo Bank* é um dos principais credores do Peru.

Mas ele não é a única pessoa do primeiro escalão com vínculos desse tipo. O vice-ministro da Economia, Augusto Blacker, também é conhecido pelas suas ligações com a *Wells Fargo*, assim como o gerente do Banco Central de Reserva, Brian Jensen. O Banco de Reserva tem outros dois directores igualmente vinculados àquela empresa. Por seu lado, Alfonso Grados Bertorini, ministro do Trabalho, é um homem com forte influência no Banco Mundial. "Por isso,



Miguel Angel Mufarech (acima) e Carlos Rocca (abaixo): duras críticas ao governo Belaúnde

dizemos no Peru que temos um 'gabinete'", afirma o deputado Miguel Angel Mufarech, secretário-geral do Partido de Integração Nacional (PADIN), fundado há um ano.

O mesmo deputado, falando na reunião de Partido Político do Cone Sul, realizada em La Paz em princípios deste ano (*), comentava que entre 60 a 70% dos bens de capital do seu país são norte-americanos e denunciava a grande penetração dos bancos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos. "A política do governo Belaúnde levou à dolarização da nossa economia", afirma Mufarech. "Quarenta e cinco por cento dos depósitos bancários são em moeda estrangeira, os anúncios dos jornais apresentam os preços em dólares e os contratos dos alugueres são assinados em moeda norte-americana.

A inflação — apesar da dura política recessiva imposta pelo governo para poder cumprir as cláusulas do FMI em 1982 — anda à volta de 100% e a desvalorização do *sol* (moeda peruana) foi de 92%, alcançando agora a cotação de mil *soles* por dólar. Em 1982, o crescimento económico foi quase nulo.

"Quarenta e quatro por cento da nossa população está desnutrida e a mortalidade infantil devida à tuberculose foi, em 1982, 25% mais elevada do que em



Na base da pirâmide, os 40% mais pobres só participam de 8% dos rendimentos



anos anteriores", denuncia o deputado.

Por sua vez, o deputado Carlos Rocca, do APRA, afirma que "o papel do Estado está a ser diminuído de forma alarmante, mediante o processo de vendas de empresas estatais, justificando-se o facto com a desculpa de que 'não são rentáveis'".

"Vivemos numa democracia formal, mas o espaço democrático está a reduzir-se cada vez mais, denuncia o parlamentar aprista.

A pirâmide

O um por cento mais rico da população do Peru — cerca de 30 mil famílias — dispõe de 30% da receita nacional. Se tomarmos os cinco por cento mais ricos da população (que já incluíria a classe média), comprova-se que dispõem de 43% da receita.

Na base da pirâmide, os 40% que constituem a parte mais pobre da população só participam em oito por cento da receita nacional.

No sector empresarial, a mais alta rentabilidade é obtida pelas empresas estrangeiras, cuja taxa supera o índice de 50% ao ano. Por sua vez, a Petroperu, a empresa petrolífera estatal, atinge níveis de rentabi-

lidade em torno de 60%.

Num ensaio intitulado "Excedente social e lucros empresariais na economia peruana", o economista Alberto Pontoni assinala que "as 50 principais empresas privadas que operam no país obtiveram entre 1979 e 1980 lucros líquidos de mais de 1,3 mil milhões de dólares. Desse total, 75% foi de companhias mineiras e petrolíferas, isto é, cerca de 20 empresas. E 11 empresas estrangeiras obtiveram, nesse mesmo período, 675 milhões de dólares de lucro. Ou seja, 60% do excedente social gerado no Peru é remetido para o estrangeiro, eliminando, por consequência, a possibilidade de desenvolvimento nacional".

E Pontoni concluiu: "Essa situação é mais preocupante se considerarmos que os lucros remetidos para o estrangeiro constituem, em grande medida, uma enorme sangria nas riquezas do país, já que provêm da exploração de recursos não renováveis". □

(*) Partidos e movimentos políticos progressistas e democráticos da Argentina, Brasil (PT, PDT, PMDB), Bolívia, Equador, Chile e Uruguai reúnem-se periodicamente — há pouco mais de um ano — para analisarem a conjuntura no Cone Sul do continente e conhecem-se mais profundamente, a fim de traçar em estratégias comuns, tanto a nível político como económico.

ÁFRICA Moçambique

"Operação Estilhaço" visou alvos civis

Três dias após uma espectacular acção armada do ANC no centro de Pretória, o regime do "apartheid" bombardeou uma povoação pacífica dos arredores do Maputo, alegadamente centro militar dos guerrilheiros sul-africanos. Mas a operação de retaliação fracassou: as unidades anti-aéreas moçambicanas repeliram os "Impala" e os "Mirages" de Botha e Malan.

Etevaldo Hipólito

A escalada de agressões desencadeadas pelos dirigentes racistas sul-africanos contra os povos da África Austral aprofundou-se nas últimas semanas com um ataque visando alvos civis nos subúrbios de Maputo e o envio de um avião militar teleguiado para sobrevoar a própria capital. Tudo isto à luz do dia e presenciado por milhares de pessoas. A forma aberta e descarada como estas operações foram levadas a cabo no território da República Popular de Moçambique constituem verdadeira declaração para uma guerra até agora não formalmente declarada por Pretória. Apesar dos esforços das autoridades moçambicanas, ela existe e tende a se ampliar cada vez mais.

Uma prova de que o governo da África do Sul provoca deliberadamente estes conflitos e que elas fazem parte de um projecto em andamento pode ser encontrada em comentários divulgados oficial e extra-oficialmente. Ao apoiar as operações ordenadas nos últimos meses por Pieter W. Botha contra Estados vizinhos, a imprensa que serve de caixa de ressonância ao regime anunciaria que, actualmente, «existem as condições para que se verifique uma confrontação apocalíptica nesta parte do globo». Esta afirmação foi tomada diversas vezes como tónica dos comentários adiantando que, a menos que os países da região passem a afinar com a linha política sul-africana, serão intensificadas as pressões militares e económicas. Moçambique e o Reino do Lesoto encontram-se nesta primeira linha de fogo.

No dia 23 de Maio, às 7.21 da manhã, a zona urbana da Matola e os bairros Sial e Liberdade foram sacudidos por cargas explosivas de diferentes tipos despejadas de surpresa pela aviação inimiga. Tinha então início uma nova agressão, desta vez sob o nome de código de «Operação Estilhaço». Naquele momento, era intensa a movimentação em toda a área, com os trabalhadores entrando nas fábricas, donas de casa indo às compras e as crianças nas ruas a caminho da escola ou simplesmente brincando.

A região visada pelos caças-bombardeiros ficou apenas a 15 quilómetros do centro de Maputo. De acordo com Paulo Mutisse, um estudante da Escola de Estado e Direito que acompanhou as manobras da esquadrilha, alguns aparelhos tentaram destruir a refinaria da PETROMOC, quando foram prontamente repelidos pelo fogo das anti-aéreas. Tendo fracassado igualmente outro ataque contra as instalações dos emissores da Rádio Moçambique e a ponte conhecida como Matola-Rio, outros aviões desceram então em voo rasante para bombardear a fábrica de doces e derivados de frutas SOMOPAL e a creche construída por esta empresa para os seus trabalhadores. Simultaneamente eram metralhadas várias residências particulares. *A gente quase podia ver a cara do piloto — eram as declarações mais comuns recolhidas nas áreas mais danificadas.* Afirmações como estas, repetidas pelos sobreviventes hospitalizados, indicam que os atacantes sabiam perfeitamente que atiravam contra civis indefesos.

Pessoas simples

A versão do governo sul-africano sobre estes factos é completamente diferente. Intencionalmente deturpada. Poucos minutos após a agressão, o general Magnus Malan, titular da pasta da Defesa, anunciava oficialmente a realização de uma fantástica operação contra «dois centros logísticos do ANC, um campo de treino militar, um posto de comando bem como um campo de trânsito para guerrilheiros que se infiltram na África do Sul». De passagem teria sido neutralizada uma base de mísseis SAM-5 que protegia as instalações do African National Congress. As afirmações de Malan foram feitas num demasiado curto período de tempo entre o término dos ataques e o regresso dos aparelhos. Em outras palavras: o texto tinha sido previamente preparado e foi divulgado mesmo sabendo que o libretto contrariava a realidade constatada por milhares de



Menina da Matola, uma das vítimas dos ataques aéreos

peçoas.

Apesar de tudo, o chefe militar racista insistiu em precisar que houve um total de 60 mortos, número que incluiria pretensos guerrilheiros, soldados moçambicanos e civis vivendo nas proximidades das «bases». Para conferir credibilidade às suas declarações, a televisão divulgou um filme no qual aparece a esquadilha antes e depois dos ataques e ainda uma maquete dos hipotéticos alvos militares. Todo este material viria a ser utilizado nas semanas seguintes para justificar não apenas esta mas outras agressões sem vista.

O levantamento feito pela imprensa estrangeira — além de *cadernos do terceiro mundo* havia no local enviados especiais da *BBC* e do *Times*, ambos da Inglaterra, do jornal norte-americano *New York Times*, da agência noticiosa sul-africana *Argus*, da *Associated Press*, dos Estados Unidos, e de uma agência noticiosa portuguesa — resultou num total de sete mortos e quarenta feridos. Esta mesma cifra foi anunciada nos comunicados emitidos pelo governo de Moçambique. Na SOMOPAL, transformada pela propaganda inimiga em perigoso centro de operações do ANC, morreram Xavier Marremisse, Rosita Mutamate e Ana Regina Mutombene, mãe de três filhos grávida de quase nove meses. As restantes vítimas mortais foram uma criança de três anos, um cidadão sul-africano não identificado e Aida Joaquim Ribeiro, de apenas cinco anos de idade. Todos, sem excepção, eram pessoas simples que foram apanhadas de surpresa, as crianças brincando e os adultos no trabalho. O único militar morto foi Antonio Chandine, atingido por estilhaços quando defendia a ponte Matola-Rio.

Atacasso militar

No total, participaram na «Operação Estilhaço» treze caças-bombardeiros, oito tipo «Impala III» e cinco «Mirage». Tendo em contas as características técnicas destes aviões, conclui-se que eles levantaram

vão da base aérea de Mkuze, situada a cerca de 80 quilómetros da fronteira entre Moçambique e África do Sul e a 55 de Ingwavuma, cidade da província sul-africana do Cabo. Por sua vez distante 190 quilómetros da Matola, este complexo militar foi concebido para operações de defesa, ataque e reconhecimento, datando a sua construção de dois anos atrás. De acordo com fontes fidedignas, os 105 especialistas que nele se encontram têm à sua disposição, além dos «Impala», uma bateria de mísseis «Cactus» terra-ter e seis aviões «Kudu» de reconhecimento. A sua pista é muito reduzida — uns 400 metros —, o que leva a pensar que os «Mirage» saíram de outra base. Uma vez consumada a agressão, o inimigo tomou a direcção da base aérea de Oedspruit, aproximadamente 250 quilómetros a noroeste da zona de operações.

O capitão Ilidio Combe, da Defesa Antiaérea, revelou em programa transmitido pela Televisão Experimental de Moçambique que os instrumentos ópticos utilizados na contra-ofensiva indicaram terem sido danificados alguns aviões sul-africanos. Esta informação foi confirmada por Pretória quando divulgou a sua versão dos acontecimentos. Combe disse ainda que quatro «Mirage» colocaram-se numa altitude bastante elevada em relação à esquadilha, em posição de protecção. Para efectuar as operações, os «Impala III» dividiram-se em três grupos e passaram ao ataque de alvos predeterminados, um deles a refinaria da PETROMOC, bombardeada por dois aparelhos. Calcula-se em 120 o número de «rockets» utilizados no decorrer de toda a agressão, além de várias bombas e do farto disparo de metralhadoras. O militar moçambicano acentuou que a diferença do tipo de munição empregada caracterizava perfeitamente a missão: enquanto os «rockets» ar-terra se destinavam a objectivos precisos, o restante material de guerra visava alvos em movimento. Mais de uma vez o horário do ataque voltou a aparecer

como escolhido para provocar o maior número possível de vítimas, espalhar o pânico em outras áreas e traumatizar o país.

Um facto que de imediato chamou a atenção dos jornalistas que visitaram os locais atacados foi a aparentemente péssima pontaria demonstrada pelos pilotos sul-africanos. O número de aparelhos envolvidos na incursão, a sofisticação do seu equipamento e a experiência adquirida nas contínuas operações contra Angola deram margem a pensar que, se o ataque tivesse sido bem sucedido, os danos provocados na Matola equivaleriam a uma verdadeira catástrofe. E este era o projecto inicial de Pretória. Apesar, no entanto, das perdas humanas a lamentar, do ponto de vista estritamente militar, Pretória teve que amargar uma flagrante derrota. A desorientação dos agressores foi certamente motivada pela pronta resposta oferecida pela defesa antiaérea. Surpresos e desorientados, passaram a descarregar as baterias contra qualquer alvo que se encontrasse à sua frente. Os únicos aparelhos — dois «Mirage» — que tiveram êxito, conseguiram apenas destruir dois postes de uma subestação de energia eléctrica, no bairro de Infulene. Um desempenho demasiado modesto para tanta aparelhagem sofisticada e especialistas militares envolvidos.

Mike Zero Zero One

Num encontro mantido na torre de controlo do Aeroporto de Mavalane, o ministro moçambicano da Informação, José Luís Cabaço viria a desmontar perante a imprensa todo o esquema de propaganda montado pelo governo de Pretória. A sua exposição era acompanhada de gravações dos diálogos mantidos com aviões a partir das 7 horas, altura em que tiveram início os trabalhos do dia e culmina com a entrada em cena da mensagem dos militares sul-africanos. De acordo com as normas internacionais, todos estes contactos foram devidamente gravados de forma sincronizada, o que permitiu acompanhar passo a passo toda a movimentação daquela manhã. Planos de voo e mapas fornecidos pelo Serviço Meteorológico foram colocados à disposição dos jornalistas, que receberam toda a espécie de informações de técnicos presentes na conferência.

O ministro adiantou que a campanha de desinformação lançada pelo governo de Botha não tem nada de novo. Durante a luta de libertação do Zimbábwe ocorreram agressões semelhantes e também naquela altura as incursões foram utilizadas para difundir uma imagem fabricada dos regimes minoritários da Rodésia e África do Sul. O seu objectivo era influir de maneira favorável junto da opinião pública internacional e, no plano interno, fortalecer a sua posição perante a minoria racista.

Um estratagema deste período foi agora utilizado pelo regime de Pretória. Em 1979, o Exército rodésiano lançou um ataque contra a Zâmbia sob o nome de código «Green leader», tendo o cuidado de comunicar a incursão à torre de controlo do aeroporto zambiano afirmando estar visando apenas alvos «terroristas», instalações dos nacionalistas da Frente Patriótica do Zimbábwe. Desta vez, o governo de

Pieter Botha procura estabelecer traços de identificação entre uma e outra agressão na esperança de alcançar impacto interno e uma certa tolerância internacional.

No mesmo dia da operação contra a República Popular de Moçambique, o governo sul-africano distribuía à imprensa em Pretória uma cassette contendo a gravação do diálogo mantido com a torre de controlo em Maputo. O texto em si é verdadeiro, mas o que não se disse à imprensa é que a sua emissão verificou-se quase dez minutos depois de concluída a operação. A mensagem dirigida ao aeroporto moçambicano é a seguinte:

Piloto: «This is Mike Zero Zero One. I have an important message for you. Tell Your military HQ that aircraft are conducting operations in your area are operating against the ANC. We have no quarrel with the FRELIMO government and any interference with these aircraft will result in immediate retaliation.»

Torre: «Say again. Say first your Call-Sign.»

Piloto: «This is Mike Zero Zero One.»

Torre: «Ok, Mike Zero Zero One, say again your message» (*).

O piloto sul-africano repete novamente a mensagem, deste vez utilizando a palavra «problem» em lugar de «quarrel», e finaliza com um «you understand?» (você compreende?).

Ao acompanhar-se a gravação cronometrada verifica-se que os dirigentes sul-africanos mentiram deliberadamente quanto ao momento em que o aviso foi transmitido. Ele é admitido, de facto, e assim aparece gravado, mas depois das comunicações feitas por dois aparelhos que realizaram naquela altura manobras no aeroporto. O primeiro deles, um DC-10 das Linhas Aéreas de Moçambique, vinha de Paris e aterrou às 7 horas e 25 minutos. O segundo também das LAM, levantou voo às 7.34 e somente um minuto depois captava o contacto entre o piloto sul-africano e a torre de controlo. Pelo tempo transcorrido entre o final do ataque — 7.23 horas — e a transmissão do aviso, comprova-se que os aparelhos da Força Aérea da África do Sul já se encontravam fora do território moçambicano quando a advertência foi feita. Segundo a versão de Pretória, a operação teve início às 7.27 horas e levou dois minutos. Portanto, se se aceita que o horário deles se verificou correctamente, mesmo assim verifica-se que a mensagem foi transmitida 6 minutos depois de terminada a operação. Para aviões como os utilizados na incursão, este é um período mais que suficiente para regressar às suas bases antes que o aviso fosse feito.

Um outro pormenor bastante importante refere-se ao momento, escolhido para a incursão aérea. Neste momento e isto é um dado que figura em todos os boletins de voo de circulação internacional, sabia-se que o espaço aéreo de Maputo estava reservado para dois aviões civis, o DC-10 proveniente da França e um Boeing 737 com destino à cidade da Beira. Atacado neste momento foi uma manobra para impedir que a Moçambique empregasse meios efectivos na sua defesa. O horário de chegada do DC-10 não era difícil de ser confirmado pelos militares sul-africanos que dispõem de um sofisticado serviço de escuta aeronáutica. Ao longo do seu trajecto, o aparelho

moçambicano estabelecia contactos com as torres dos aeroportos de vários países, o que juntamente com a detecção aérea permitiu saber com precisão o momento da aterragem em Maputo.

Diplomatas desmentem Pretória

No meio do clamor generalizado de protesto pelo ataque, algumas vozes geralmente pouco afinadas com tais demonstrações causaram um certo mal-estar ao governo de Botha. As declarações do embaixador inglês John Stewart, feitas em Maputo depois de percorrer longamente os locais atingidos, levantaram protestos por parte do representante sul-africano em Londres, Marais Steyn. Durante a visita do corpo diplomático aos sítios atingidos — diz Stewart — e no caso especial da fábrica SOMOPAL, estive em todos os locais espreitando por todos os lados e a conclusão que tirei é de que a fábrica não é e não existe qualquer indicação de que tenha sido antes uma instalação militar do Congresso Nacional Africano. Depois de se referir a conversas mantidas com moradores da região, voltou a afirmar que os alvos atingidos eram todos civis e declarou-se convicto, uma vez mais, de que não havia nenhum indício da sua utilização como base pelos patriotas sul-africanos. Contrariando porém o testemunho de outros diplomatas que estiveram com o embaixador britânico nas áreas atacadas, Marais Steyn, para surpresa dos jornalistas em Londres, diria que John Stewart somente percorreu a região no dia seguinte da incursão.

Muito embora solicitando anonimato, um diplomata norte-americano afirmaria categoricamente que os locais bombardeados não apresentam qualquer evidência de terem sido palco de qualquer actividade militar do ANC e que o que realmente viu foram residências da população civil. Por sua vez, o embaixador francês Bernard Boyer corroborava as declarações do corpo diplomático e exigia que se ponha termo a estas violações, condenando-as pelo seu carácter gratuito. Idêntica posição foi assumida pelo embaixador da República Federal da Alemanha, Hans-Joachim Buchrucker. No discurso pronunciado no decorrer de uma recepção oferecida ao corpo diplomático no dia nacional do seu país, o representante de Bonn afirmaria que os ataques visaram apenas cidadãos moçambicanos. Colocou ainda esta operação como parte de um conjunto de violações premeditadas de fronteiras e alertou que tais actos de violência podem agravar de maneira perigosa as tensões na África Austral.

A importância maior destas condenações reside no facto de que elas partem de representantes de governos ocupando uma posição importante no chamado «grupo de Contacto», cuja complacência para com a política de Pretória em relação à Namíbia tem tido profundas consequências para a África Austral. Sim, elas ou não, elas podem ser uma advertência ao governo «boer» de que há um limite para determinados tipos de desmandos.

A liberdade de movimentos destacada pelos embaixadores foi reconhecida pelos correspondentes estrangeiros que estiveram na área poucos momentos



Foto de Danilo Guimarães

Maputo: o funeral das vítimas da agressão transformou-se numa gigantesca manifestação de repúdio ao apartheid e aos seus crimes.

após a incursão. Depois de percorrer vários locais além dos propostos pelo governo, ficou mais que comprovado que a agressão se abateu sobre alvos civis, não havia nem há bases do ANC na região e muito menos as propagandeadas baterias de mísseis SAM-5.

Sul-africanos contra o «apartheid»

Numa entrevista concedida a *cadernos do terceiro mundo*, Bob Thati, destacado militante do ANC, desmentiria de forma firme as alegações de Pieter W. Botha de que a sua organização mantém bases, campos de treinamento ou qualquer outro tipo de centro militar em território moçambicano. Para ele, a minoria racista que controla o poder recusa-se a aceitar um facto muito simples: a luta contra o «apartheid» está sendo levada a cabo dentro da própria África do Sul. Este combate é dirigido unicamente por cidadãos sul-africanos que rejeitam o regime de discriminação racial — brancos, negros, indianos e mestiços. Em lugar de reconhecer que os seus dias estão contados, uma vez que a oposição interna tem dado mostras de uma grande capacidade operacional, o governo procura no exterior «provas» de que a luta levada a cabo pelos patriotas sul-africanos apenas existe porque estes contariam com a conivência activa dos Estados vizinhos.

A única coisa que podemos dizer sobre este ataque é que o inimigo, por causa do golpe que recebeu do ANC recentemente em Pretória, teve que fazer alguma coisa para tentar assegurar ao seu eleitorado que tudo está bem, acalmando-o, e ao mesmo tempo melhorar o moral dos seus soldados — declarou Thati. Depois de ridicularizar a versão sul-africana segundo a qual as instalações da fábrica de doces SOMOPAL seriam a camuflagem de um centro de operações do African National Congress, disse que a política agressiva da minoria racista branca tem como objectivo intimidar os países vizinhos, em particular os da Linha da Frente. Com isto, procura-se retirar qualquer apoio à luta popular conduzida sob a liderança do ANC e que diz respeito a toda a região.

Bob Thati afirmou em seguida que apesar das duras condições em que a luta se desenvolve dentro do seu país, ela prosseguirá até ser alcançada a queda do regime racista. O projecto de reformas proposto por Pieter W. Botha em nada virá modificar o actual panorama político em relação às vítimas do «apartheid». Ao assumir uma posição dura na defesa dos seus privilégios, o governo mergulha o país numa crise carregada de sombrias perspectivas.

Efectivamente, o regime sul-africano atravessa neste momento uma das suas mais difíceis etapas, questionado em todas as frentes pelo perigoso irrealismo da sua política e com a oposição armada firmando-se no terreno. Um dos maiores golpes sofridos pelo sistema ocorreu no dia 20 de Maio último quando a sessão do Parlamento dedicada à discussão do orçamento militar foi inesperadamente interrompida com uma tremenda explosão no Quartel General da Força Aérea. As instalações do complexo ficaram completamente destruídas e foram seriamente abaladas algumas construções em redor.

O abalo maior para o governo está em que no mesmo edifício funcionava a sede do Serviço de Contra-Inteligência Militar. O número oficial de militares mortos chegou a dezanove, enquanto os feridos se elevavam a duas centenas. Esta operação foi considerada como a mais importante das realizadas nos últimos tempos. Resumindo a posição da sua organização perante este acontecimento, Thabo Mbekhi, responsável pelo sector de Relações Internacionais do ANC, afirmaria dois dias depois na Zâmbia que se trata de «uma acção militar contra um objectivo militar» e que os seus autores teriam que ser encontrados no interior mesmo da própria África do Sul.

A realidade dos factos esbarra porém na intransigência do governo de Botha. Nas suas emissões para o exterior, a emissora oficial sul-africana repetiria sem cessar nas semanas posteriores ao ataque contra Moçambique que os dirigentes de Pretória «tinham já perdido a paciência com os Estados da África Austral». Referindo-se às actividades desenvolvidas internamente pelo Partido Comunista, ANC e outras organizações de oposição, vinculou-as a certos «planos macabros» de Moscovo para afirmar que «existe uma acumulação de armamento e de forças subordinadas em redor da África do Sul» e que a situação se torna alarmante. Sem recorrer a meias palavras, os dirigentes racistas afirmam que ninguém se poderá admirar se novas incursões vierem a ser lançadas contra a República Popular de Moçambique, seguidas de outras visandó o Lesoto e o Botswana, esta ameaça equivale, de facto, a uma verdadeira declaração de guerra. □

(*) Piloto: *Aqui é Mike Zero Zero One. Tenho uma importante mensagem para si. Diga ao seu Quartel General Militar que aviões estão conduzindo operações na área, estão a operar contra o ANC. Nós não temos nenhum conflito com o governo, da FRELIMO e qualquer interferência contra estes aviões resultará em retaliação imediata.*

Torre: *Diga outra vez. Diga primeiro o seu sinal da chamada.*

Piloto: *Aqui é Mike Zero Zero One.*

Torre: *Certo, Mike Zero Zero One. Diga outra vez a sua mensagem.*

SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:
Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:
Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
Áreas administrativa e financeira

**ÁREA GEOGRÁFICA DE
ACTUAÇÃO:**
Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62 85

Avião-espião abatido

EXACTAMENTE uma semana depois do ataque contra os subúrbios de Maputo, aviões da África do Sul voltaram a violar o espaço aéreo moçambicano. Desta vez, um dos aparelhos foi abatido em pleno dia — 14 horas e 34 minutos — e sobre a própria capital. Inicialmente o governo de Pretória negou-se a confirmar qualquer envolvimento no episódio mas as provas apresentadas por Moçambique forçaram a que modificasse a sua posição.

Em declarações prestadas ao jornal «Rand Daily Mail», um porta-voz da Força de Defesa da África do Sul (SADF) confirmaria que se tratava efectivamente de um avião teleguiado e em missão de espionagem. O segundo aparelho, que o acompanhava a uma distância de aproximadamente 11 quilómetros, conseguiu escapar. Logo que detectou a reacção imediata e eficiente das baterias antiaéreas comandadas pelo tenente Mulhaise, regressou ao território sul-africano.

O Estado-Maior General das Forças Armadas de Moçambique emitiu um comunicado informando que a violação do espaço aéreo teve lugar na região da Moamba. Em seguida, antes de alcançar Maputo, o avião-espião sobrevoou a área da Matola atacada na semana anterior por uma esquadrilha de caças-bombardeiros «Impala III» e «Mirage». O aparelho encontrava-se na altura do bairro da Polana quando veio a ser atingido ao primeiro disparo, caindo ao mar. Os destroços foram recolhidos a dois quilómetros de distância e a uma profundidade de 200 metros, nas proximidades da ilha Xefina. Sobre a cor cinzescuro cobrindo a parte externa trazia apenas o número 2011.

O exame das partes componentes da aeronave revelaram que a mesma é de patente israelita. No motor encontra-se a inscrição IAI-P/N-ZVN 161003. O grupo inicial de três letras é uma abreviatura de Israel Aircraft Industries (Indústria Israelita de Aviação). Na África do Sul estes aparelhos são produzidos pela National Dynamics (PTY), com sede em Durban.

Os aviões-espiões deste tipo, designados pela sigla RPV, que significa Remotely Piloted Vehicles, são de porte pequeno e têm dispositivos electrónicos para a transmissão directa das imagens captadas. O RPV abatido em Maputo estava equipado com material para reconhecimento e uma máquina de filmar de 16 milímetros. Na lente figurava a inscrição: «Angenieux zoom 10-150 mm Paris». Outras peças tinham indicações de serem provenientes dos Estados Unidos e Holanda, além de Israel.

A velocidade destes aparelhos movidos a hélice atinge aproximadamente 150 quilómetros horários, com uma autonomia de voo de 6 horas. Algumas revistas especializadas em aviação militar avaliam que o seu custo unitário seria da ordem dos 5 milhões de dólares. Uma característica interessante para os países que os empregam são os fracos sinais emitidos

quando em operação, tornando difícil a detecção por radar.

De acordo com o semanário *Domingo*, editado em Maputo, o avião-espião enviado pelos sul-africanos tem um comprimento de asa de 3,60 metros e um comprimento total de 3,68, com 22 quilos de peso e 14,5 litros de combustível. Em termos de altitude, pode alcançar os 3050 metros.



Máquina de filmar instalada no bojo do avião-espião abatido sobre Maputo.

Como no Líbano

O envio do aparelho para sobrevoar Moçambique foi motivo de debate no Parlamento sul-africano, com o governo de Pieter W. Botha assumindo uma posição claramente defensiva. A certa altura, o porta-voz do Partido Federal Progressivo para assuntos de segurança, Phillip Myburgh, interrompeu o general Magnus Malan para exigir esclarecimentos precisos sobre algumas actividades das Forças Armadas. *Nenhum outro país na região utiliza aviões-espiões para recolher informações* — afirmou Myburgh, acrescentando ser mais que óbvio ter o aparelho saído da própria África do Sul. Malan, então, confirmou oficialmente a realização da missão de espionagem.

Uma versão deste mesmo modelo foi utilizada por Israel para fazer o levantamento do vale de Bekaa, no Líbano. Os dados recolhidos serviram de apoio à grande e violenta invasão das tropas sionistas, eufemisticamente denominada «Operação Paz na Galileia». (E. H.)

Tenente sul-africano contra o "apartheid"

SEGUNDO os padrões ditados pelo *apartheid*, o tenente Gerald Andreas Eckert tinha tudo para continuar a desfrutar de uma vida sem maiores problemas. Branco, médico contratado pelas Forças Armadas, do ponto de vista material e até ideológico nada o impedia de comportar-se como milhares de jovens da sua idade, calvinistas, alenados e racistas. No final de Maio, no entanto, uniformizado e munido de uma pistola de serviço, simplesmente cruzou a fronteira com Moçambique em busca de asilo político.

Logo que a notícia veio a público, o Comando-Geral das Forças de Defesa, através de informações postas a circular em Pretória, preferia dá-lo como desaparecido. Mais tarde lançou uma série de insinuações quanto ao seu comportamento pessoal — o tenente professaria "pontos de vista morais e políticos liberais" —, como medida prévia ao reconhecimento da atitude de Eckert. A partir deste momento a decisão de exilar-se seria explicada pelo governo como unicamente motivada por questões disciplinares.

O militar não concorda com nenhuma destas versões. *Detesto e odeio o regime racista sul-africano, porque ele é cem por cento contra a minha maneira de pensar* — resumiu ele perante enviados de emissoras de televisão, agências noticiosas e publicações de vários países. No decorrer do encontro iria insistir em que o que estava na base do seu gesto era todo um problema de consciência. Antes de mais nada, havia o desconforto de gozar de privilégios negados à maioria esmagadora da população.

Sem mostras de nervosismo, foi bastante objectivo e sucinto nas suas respostas. Referindo-se, por exemplo, ao moral das Forças Armadas no combate ao Congresso Nacional Africano no interior da África do Sul, disse que ele é alto e existe também um grau elevado de disciplina, na medida em que são constituídas por brancos doutrinados para odiar o ANC. O mesmo tipo de disposição existiria entre os militares enviados para a Namíbia. Ao abordar as consequências das operações contra os povos namíbio e angolano, declarou que o trabalho realizado no centro que recebia feridos de guerra lhe permitia afirmar que o número de baixas e vítimas mortais vai muito além do que o governo normalmente divulga.

A intenção de Gerald Eckert é permanecer em Moçambique, caso lhe seja concedido asilo político, trabalhando na sua profissão. Sem qualquer hesitação, adiantou que as informações que detém sobre os serviços médicos das Forças de Defesa sul-africanas se encontram à disposição das autoridades de Maputo. Embora admitindo que Pretória possa tentar uma represália pela sua fuga, descartou a ideia de que um intento desta natureza venha a ter êxito.



Foto de Manuel Antunes

"Gostaria de dizer aos oficiais das Forças de Defesa sul-africanas e aos brancos em geral que me considerem um exemplo para eles. Esta é uma forma de lutar contra o *apartheid*. A causa do *apartheid* não tem sentido nem cabimento" — mensagem gravada pelo tenente Gerald Andreas Eckert e dirigida à África do Sul.

Contando actualmente 24 anos de idade, nasceu na Alemanha Federal, em Manheim, e emigrou aos 7 anos com a família para a África do Sul, onde os seus pais se estabeleceram como comerciantes de tecidos. Estudou medicina em Port Elizabeth, tendo ingressado no hospital militar de Voortrekkerhogr, Pretória, em 1982. A biografia de Eckert inclui ainda divórcio da sua primeira mulher, da qual tem uma filha de 11 meses.

Na tarde do dia 27 de Maio, o jovem tenente deixou Pretória no seu Toyota Corolla 6000, alcançando Komatiport à noite. Quando chegou às proximidades da linha divisória entre os dois países, abandonou o veículo e atravessou a cerca de arame farpado. No dia seguinte, às 7.30 da manhã, entregou-se a uma patrulha das Tropas de Guarda Fronteira. Uma das suas primeiras declarações, já em Moçambique: — *Quero demonstrar com o meu gesto que há muitos indivíduos brancos, no Exército sul-africano, que estão contra o regime minoritário e racista.* (E. H.)

Denúncia de Moçambique na ONU

NA mesma semana em que teve lugar o ataque contra o seu território, a República Popular de Moçambique apresentou uma denúncia perante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Além de repudiar a agressão militar propriamente dita, o ministro Joaquim Chissano desmascarou a tentativa de estabelecer um paralelo entre a incursão dos racistas e a operação feita pelos patriotas do ANC contra o Quartel-General da Força Aérea sul-africana, local onde funciona o serviço de informação militar. No discurso então pronunciado ressaltou os seguintes pontos divulgados pela imprensa em Maputo:

— Tentar acusar um país vizinho e independente e reclamar o direito de retaliar uma acção que é resultado de uma política nacional criminoso, segregacionista e racista, condenada e veementemente odiada pelo povo desse país e pela comunidade internacional, constitui uma intolerável, arbitrária e grosseira interferência nos assuntos internos de um Estado soberano.

— Sob a desculpa de destruir bases do ANC, os racistas pretendem internacionalizar o conflito nacional de uma luta armada conduzida pelo povo da África do Sul, alegando que o regime está a ser vítima de uma conspiração armada dos países vizinhos.

— O ANC iniciou a luta armada em território sul-africano em 1961. Nelson Mandela foi condenado à prisão perpétua pelas autoridades racistas porque o acusavam de ser responsável da luta de libertação nacional da África do Sul. Mandela não vem de Moçambique, a não ser que as autoridades de Pretória pretendam fazer crer a este Conselho de Segurança que ele foi enviado pelo regime colonial português para atacar a África do Sul.

— Os massacres de Sheperville, Soweto, Gogoletto e Langa são uma clara manifestação de que o regime minoritário e racista que controla o poder na África do Sul está em guerra com o povo sul-africano.

— No nosso último encontro com o governo sul-africano, falámos sobre as nossas políticas na procura de caminhos para uma coexistência pacífica. Esperamos prosseguir este esforço. Contudo, também dissemos e continuaremos a dizer que, enquanto amamos a paz não tememos a guerra. Se for necessário enfrentar uma guerra para preservar a paz na nossa região, combateremos novamente.

A confiança nos nossos serviços transporta-nos a outros países:

Estamos em CABO VERDE:

- Slip-way do porto do Mindelo;
- Rede de fluidos dos estaleiros de S. Vicente;
- Estação de enchimento de gás butano e propano da Cidade da Praia.

Estamos em ANGOLA:

- Reabilitação e novos trabalhos da Fábrica de Cimentos de Angola — CIMANGOLA.



ESTAREMOS ONDE FORMOS NECESSÁRIOS!

ENGENHEIROS, ARQUITETAS,
INSTRUMENTAL, QUÍMICA, QUÍMICA, CIMENTOS, NAVAL, ENERGIAS, ELETRICIDADE, PAPEL,
SIDERURGIA, MINÉRIA, AGRÍCOLA, ALIMENTAR

- Montagem de estruturas metálicas: Portais, Pontes rolantes e transportes.
- Movimentação: Elevação: Montagem de equipamentos pesados.
- Montagem de torres processuais, Reservatórios de armazenamento.
- Pre-fabricação e montagem de tubagem.
- Montagem de equipamento rotativo.
- Criação de pessoal especializado.

FORMUS MONTAGENS E ALUGUER DE MAQUINAS, SARI

1000 LISBOA, 4100 PORTO, 2902 SETÚBAL, 7250 SINES, TELEX 15860

A soberania roubada

Quase dois anos após o levantamento popular que só viria a ser esmagado pela invasão das tropas do Senegal, o líder da insurreição — Samba Sanyang — analisa a situação no seu país. Afirma que a luta continuará até que o "povo se torne a autoridade suprema da Nação".

José Cabral

PEUQUENO país com menos de 600 mil habitantes espalhados por cerca de 11.295 km², a Gâmbia é como que uma verdadeira "ilha" (em forma de serpente) no interior do Senegal. Uma rápida consulta ao mapa do continente africano permite constatar que este antigo enclave é rodeado pelo Senegal por "todos os lados", menos por um, o oeste, onde o limite é o oceano Atlântico.

À semelhança do que ainda se passa noutros países da região, também na Gâmbia a política seguida — e que conta como principal executor o presidente Dawda Jawara — tem por pilares principais o autoritarismo, a corrupção tolerada e a injustiça social, ainda que travestidos sob uma capa de democracia e de liberalismo teórico. Mas se o disfarce democratizante era já dificilmente convincente antes, pode-se, com segurança, afirmar que após o esmagamento, pelas tropas senegalesas, do levantamento popular de 30 de Julho de 1981, ele perdeu toda e qualquer credibilidade interna ou externa. Esses acontecimentos vieram comprovar o profundo descontentamento da população face ao regime imposto pelo presidente Jawara, que só conseguiu retomar o poder — e mantê-lo até hoje — graças à presença permanente das tropas senegalesas deslocadas para a Gâmbia. Tropas estas que, cada vez mais, se têm vindo a comportar como verdadeiras forças de ocupação.

De 30 de Julho de 81 para cá, a soberania deste pequeno país africano parece cada vez mais ameaçada, tanto mais que as autorida-



Samba Sanyang

des senegalesas, através de um "Projecto de Confederação" publicamente anunciado, não escondem os seus intuitos de anexar o pequeno enclave gambiano.

As contradições reais existentes na região, e a que o próprio projecto de unificação não escapa, em nada vieram favorecer os designios senegaleses. Por outro lado, o movimento popular "adormecido" — pela força mas também por opção táctica — após a invasão das tropas do Senegal, parece agora despertar para uma nova etapa de

contornos ainda mal definidos, mas cujo fim último é a tentativa de libertação total da Gâmbia das forças neocoloniais que a dominam.

Após quase um ano e meio de silêncio, o líder do levantamento popular de 31 de Julho de 1981 — Samba Sanyang —, em entrevista exclusiva concedida a *cadernos do terceiro mundo*, quando da sua mais recente passagem por Paris, revela aquilo que estará por detrás das ambições territoriais do Senegal em relação ao seu país. Quebrando o silêncio, o líder gambiano revela os desafios que tais pretensões colocam ao movimento popular na Gâmbia, bem como as mais candentes contradições que atingem o tecido social da região e a própria sociedade senegalesa.

Justificações

Na sequência da invasão de Julho de 81, o Senegal viria avançar com uma proposta de união com a Gâmbia, uma espécie de Confederação: a Senegâmbia. Em seu entender, o que representa, de facto, tal projecto?

A anexação pura e simples do nosso país. Pensando que, através dela, conseguirão, mais facilmente, impedir a luta do nosso povo pelos seus direitos inalienáveis. Diga-se, aliás, que tal plano foi elaborado à revelia dos dois povos. É um projecto de 'gabinete' que só os seus mentores apoiam.

Mas quais as razões que motivariam os presidentes do Senegal e da Gâmbia — Abou Diouf e

Dawda Jawara — a insistir nesse projecto de união?

O regime senegalês pretende esconder a todo o custo os crimes que cometeu na Gâmbia e, assim, encontrar "justificações" para a sua actuação.

No fundo, poderíamos resumir a três grandes objectivos as intenções que Diouf e Dawara escondem por detrás da referida Confederação:

1.º — O actual presidente da Gâmbia, Jawara, julga que a sua segurança pessoal fica reforçada e que o regime senegalês não virá impôr quaisquer restrições às suas actividades económicas pessoais. E isso é o que verdadeiramente lhe interessa assegurar.

2.º — Abou Diouf pretende ter os recursos económicos da Gâmbia à disposição do Senegal. Especialmente os recursos alimentares, a fim de minorar os graves problemas com que o seu país se debate nesta matéria.

3.º — Por outro lado, controlando a Gâmbia, Abou Diouf julga poder exercer mais facilmente o controlo sobre a província do sul do Senegal, Casamance.

Informações recentes confirmam-nos que o descontentamento é efectivamente muito grande em Casamance, e que os perigos inerentes à criação da referida Confederação são bem sentidos pelo povo dessa região.

Pela nossa parte, não temos dúvidas que essa região, cujos habitantes são dos mais explorados em todo o Senegal, ficará ainda mais esquecida por parte do governo central do Senegal caso o projecto de Confederação vá por diante.

Sem escrúpulos

Teriam, sido, pois, essas razões — esses interesses — que levaram ao aparecimento do projecto "Senegâmbia". Mas explicarão eles a própria intervenção armada de 81?

Em nosso entender, o regime de Senghor e do seu delfim Abou Diouf, embora se proclame "socialista", não passa de um regime neocolonial, que se submete ao jogo do imperialismo e do grande capital internacional. Um regime que se presta a isso na sua própria terra, não tem quaisquer escrúpulos em intervir em terra alheia,



Painel de propaganda do PSRLP. Na alegoria do mapa Senegal/Gâmbia a serpente com cabeça de Abdou Diouf representa o mal que envolve uma vaca com cabeça de Dawda Jawara simbolizando a mansidão e a subserviência. A federação Senegâmbia é apenas apoiada, segundo o painel, pelos animais irracionais e forças colaboracionistas (representadas pelo macaco que aplaude) e está ameaçada pelo movimento revolucionário armado liderado pelo PSRLP (soldados de lenço vermelho no capacete e imagem de Samba Sanyang na mochila). O religioso de túnica branca simboliza o carácter islâmico da revolução com os seus dois estandartes: o do PSRLP (verde) e o do futuro regime revolucionário gambiano (vermelho e estrela amarela)

sobretudo quando conta com "cobertura" para uma acção desse tipo.

Regimes neocoloniais como esses prestam-se a fazer certos "serviços" em África, que os países ocidentais, por razões bem conhecidas, preferem não executar directamente.

Recorde-se, por exemplo, o papel que o Senegal — juntamente com Marrocos e o Gabão — desempenharam no ataque mercenário, em 1977, contra a revolução do Benin. Os casos são inúmeros e bem conhecidos de todos.

Evidentemente que, no caso específico, a implantação de um regime revolucionário na Gâmbia, incrustado no interior do território do Senegal, não era certamente desejado pelas autoridades deste país. Autoridades que já têm muitas dores de cabeça, no plano interno, com os protestos populares que, periodicamente, ocorrem na região de Casamance.

Golpe de Estado ou levantamento popular?

Voltemos um pouco atrás. Os acontecimentos de 30 de Julho de 1981 nunca foram até hoje completamente esclarecidos...

Contrariamente ao que a imprensa internacional — fortemente influenciada pela BBC — fez constar, o 30 de Julho de 81 não foi um golpe de Estado mas um levantamento popular. Numa altura em que nos chegaram informações de que a polícia se preparava para efectuar uma vasta operação repressiva contra os dirigentes que, na clandestinidade, se empenhavam no trabalho de organização de massas contra o poder corrupto de Jawara, o "Comité Coordenador" do nosso Movimento decidiu, em antecipação, que as diferentes células da organização actuassem e tomassem o poder.

Não foram as "Field Force" (*) que se rebelaram. Foram as massas populares que, mobilizadas pela acção das células clandestinas (onde participavam alguns elementos daquela Força), derrubaram rápida e pacificamente o poder instituído.

Pacificamente?!...

O que quero dizer é que não houve qualquer resistência. O aquartelamento da "Field Force" em Bacao foi tomado por populares que dispunham apenas de 6 caçadeiras. Facilmente se compreende que não houve resistência.

Mas quem liderou efectivamente a revolta?

Antes dos acontecimentos de 81 havia vários grupos de oposição, como o Movimento para a Justiça em África (MOJA), liderado por Tidjan Koro Sallah, o Partido de Libertação Nacional (NLP), liderado por Pajcheyesem Seka e o Partido Socialista Revolucionário (SRP). Esta organização viria a integrar-se no nosso Partido Socialista Revolucionário Trabalhista do Povo (PSRLP), formado a 5 de Maio de 1977, na clandestinidade, e que teve como primeiro líder Bakaré Kamaná.

Depois da morte desse companheiro, ocorrida num acidente de automóvel, em 1979, o partido viveu praticamente um ano sem que tivesse sido eleito novo líder. Em 1980, considerou-se que era necessário fazer diligências com vista à unidade dos diversos grupos da oposição ou, pelo menos, à sua acção coordenada. Foi então que fui eleito.

Na sequência dos contactos então estabelecidos, formou-se um "Comité de Coordenação", o qual viria a dirigir toda a luta popular que culminou na revolta de 30 de Julho de 1981.

Um segredo bem guardado

A revolta acabaria por fracassar, graças à intervenção das tropas senegalesas...

Sim, graças à invasão de 5 mil homens, apoiados por helicópteros, blindados, morteiros, etc. Tratou-se de um ataque em larga escala, efectuado simultaneamente em quatro direcções, através de três

colunas motorizadas (Norte, Sul e Leste) e um desembarque anfíbio na nossa costa.

Com um elevado número de baixas?...

Durante os dez dias em que decorreram essas operações, calculamos que tenham morrido cerca de 1.000 populares. Quanto às baixas senegalesas, posso dizer-lhe que foram muitas, embora o número exacto seja um segredo que as autoridades de Dacar guardam bem guardado. Até hoje.

Alguns meios de informação falaram, porém, na altura, de um golpe perpetrado por aventureiros?...

Foi isso que fizeram constar. É natural, são órgãos controlados directa, ou indirectamente, pelo grande capital internacional. Apenas podemos contrapor o seguinte:

Quando se deu o levantamento popular, nenhuma resistência organizada se verificou. Enquanto que, pelo contrário, quando as tropas senegalesas atacaram o nosso país todo o povo mobilizado combatia, inclusive grupos como o MOJA e o NLP que, então, se juntaram efectivamente a nós. Penso que isso reflecte a adesão generalizada de que dispúnhamos. Um "bando de aventureiros" jamais conseguiria isso...

Alguma imprensa falou, no entanto, em "operação montada do exterior"...

Admiram-se?! Mas isso também é costume em alguma imprensa ocidental. Sempre que se dá uma revolta popular, os meios imperialistas vêm logo "a mão" de Moscovo, de Cuba, da Líbia. E, no caso da Gâmbia, chegaram mesmo a "ver" a da Guiné-Conacry ou da Guiné-Bissau, como a imprensa do Senegal chegou a divulgar.

Essa é, sem dúvida, uma das cortinas de fumo predilectas do imperialismo e dos seus agentes para justificarem as suas intervenções. Olhem para o que os EUA inventam para justificarem as suas intervenções na América Central...

Na Gâmbia, se tivéssemos esses apoios externos que nós apontam, poderíamos ter pedido auxílio estrangeiro para repelir a invasão senegalesa. Ora, aconteceu preci-

samente o contrário. Ninguém nos conhecia. Éramos essencialmente um movimento clandestino interno, sem ligações a nenhum outro país.

Um povo islamizado

Mas, no fundo, qual era — qual é — a orientação do vosso movimento? Qual o tipo de sociedade que queriam ver implantada na Gâmbia?

O objectivo da nossa luta é a criação de um Estado Socialista Islâmico Revolucionário no qual o povo venha a ser a autoridade suprema da nação.

Porquê islâmico?

Cerca de 95 por cento da nossa população é islamizada. O Catolicismo e o Protestantismo nunca conseguiram verdadeiramente penetrar entre a nossa população que se habituou a ver neles instrumentos de penetração colonial. A constituição de um Estado Islâmico vêmo-lo como uma consequência natural da nossa cultura, da nossa história.

Ao longo de toda esta entrevista, pareceu-nos que a recordação dos acontecimentos de 81 ainda se conserva extremamente viva na sua memória. Mas, ao evocá-los, transmite uma imagem nostálgica e marcada um tanto pela amargura. Tem algo a lamentar?

Não. Sobre os acontecimento em si penso que não poderíamos ter actuado de outra forma, caso não quiséssemos comprometer a nossa organização clandestina.

A única coisa que verdadeiramente lamento são as condições extremamente difíceis em que o nosso povo é obrigado a viver. Em particular, as condições verdadeiramente inumanas em que se encontram detidos alguns dos nossos companheiros mais chegados, todos já condenados à morte depois de um julgamento-farsa realizado sem quaisquer possibilidades de fiscalização por parte de instâncias internacionais.

(*) Corpo policial de 600 efectivos (dados de 1979). A Gâmbia não dispõe de exército sendo a sua defesa assegurada pelo Senegal, segundo acordo estabelecido após a independência, em 1965.

Cimeira da reconciliação ou do compromisso ?

O Sara Ocidental dominou a agenda de trabalhos da 19.ª Cimeira da organização. A África, por unanimidade, "exorta as partes em conflito — Marrocos e a Frente Polisário — a estabelecer conversações directas" com vista a um cessar-fogo que permita a realização de um referendo de autodeterminação com data já marcada: Dezembro de 83. Uma nova "dinâmica de paz" no Magrebe?

Baptista da Silva

"TRATA-SE de uma vitória da África". "Podemos regressar a casa felizes e de cabeça levantada". Estas e outras frases de evidente optimismo, se não mesmo de júbilo, ouviram-se em profusão no passado dia 12 de Julho, no African Hall, em Addis Abeba, capital da Etiópia. A 19.ª Cimeira da Organização de Unidade Africana acabava de concluir os seus trabalhos, o que significava que a terceira tentativa para a realizar tinha sido conseguida, e os resultados obtidos muito positivos.

Após as duas tentativas falhadas de Agosto e de Novembro do ano passado — e que tiveram como cenário a capital da Jamayhria Árabe Líbia Socialista — era com evidente expectativa que este terceiro ensaio de reunir a 19.ª Cimeira de chefes de Estado e de Governo africanos era encarado. Antes até das especulações sobre as eventuais conclusões a que se pudesse chegar, as dúvidas que se punham era se ela viria, de facto, a realizar-se.

Quem assim se interrogava tinha plena consciência que um terceiro falhanço poderia conduzir, a breve termo, ao desmembramento da organização pan-africana, Organização que, ao longo dos vinte anos da sua existência, mau grado todos os seus antagonismos, deficiências e contradições, desempenhou papel de inegável relevo no quase concluído processo de descolonização do continente, dando à África uma voz respeitada, tornando-a sujeito e participante activo na cena mundial, até então praticamente dominada pelas grandes potências.

A escolha de Addis Abeba, ca-

pital etíope e sede oficial da OUA, para local da realização desta terceira tentativa, o acordo prévio quanto à representação do Chade, com a opção pelo governo de D'Jamena, de Hissene Habré, em detrimento do governo combatente do ex-presidente Gukuni Ueddei — questão esta que constituirá o ponto de ruptura em Novembro passado —, eram indicadores que, à partida, pareciam fornecer bons augúrios. O clima de festividade que se vivia em torno do 20.º aniversário da organização pan-africana, parecia contribuir, também ele, para um diálogo mais construtivo, que levasse ao abrandamento das tensões entre a maioria dos países progressistas e aquilo que vulgarmente é denominado por minoria "moderada", aquele con-

junto de Estados a quem ligam laços neocoloniais muito fortes com metrópoles de diferente expressão.

Pendente ficava, porém, o conflito na Sara Ocidental, e antes mesmo do debate da questão em si, a inevitável controvérsia em torno da representação na Cimeira da República Árabe Sarauí Democrática (RASD), enquanto que 51.º membro de pleno direito da organização.

Jornalistas e observadores destacados em Addis Abeba davam mostras de cepticismo ao verificarem que, dois dias após a data marcada para o início dos trabalhos, o plenário de chefes de Estado e de Governo ainda não conseguira reunir, dada a oposição dos dois blocos quanto à presença ou não da RASD. As reuniões informais

Os presidentes Kaunda, da Zâmbia, Shagari, da Nigéria, e Arap Moi, do Quênia no African Hall da Addis Abeba: apelo à moderação e ao diálogo



entre delegações sucediam-se na busca de uma saída consensual para a crise.

Abu Diuf: um inesperado mediador

O impasse viria a ser ultrapassado no momento em que os dirigentes sarauis anunciaram "retirada voluntária" da RASD, aliás, como já o havia feito em Novembro passado, em Trípoli.

Mas se este diferendo estava ultrapassado, a discussão sobre a questão "Sara Ocidental" mal começara. Ela viria, de facto, a dominar a agenda dos trabalhos da 19.ª Cimeira que então se iniciava. A instância máxima da OUA teria de encontrar concretização prática para o acordado na anterior cimeira — de Nairobi, 1981 — em relação à antiga colónia espanhola, em que preconizava o cessar-fogo e a organização de um referendo de autodeterminação "justo e regular". A questão era inadiável, não só porque a maioria de países africanos que reconhecem "de jure" a RASD não se mostrava disposta a contemporizar com os novos adiamentos ou fugas às responsabilidades, mas também porque o comité especial, criado em Nairobi para implementação dessas resoluções — constituído pelo Quênia, Guiné, Mali, Nigéria, Serra Leoa, Sudão e Tanzânia —, se mostrava incapaz de aproximar os pontos de vista antagónicos e levar as partes em confronto a decretar um cessar-fogo.

A procura de um compromisso viria a ser delegada pelo plenário numa comissão constituída pela Etiópia, Mauritânia e Senegal,

após a interrupção dos trabalhos expressamente para esse efeito. O compromisso viria finalmente a ser obtido, cabendo o mérito, em grande parte, ao esforço empreendido pelos chefes de Estado que integravam a referida comissão, com particular destaque para o presidente senegalês Abu Diuf, a quem os analistas presentes na capital etíope apontam uma alteração de posicionamento em relação ao conflito na antiga colónia espanhola.

Efectivamente, desde o longo consulado de Leopold Senghor que o Senegal se mostrava um dos mais intransigentes defensores da política anexionista de Marrocos em relação ao Sara Ocidental. O seu território constituía mesmo — entre 1977 e inícios de 1978 — retaguarda de agressão contra os independentistas sarauis, quando o presidente Giscard D'Estaihg deu ordem às esquadrilhas de caças-bombardeiros "Jaguar" francesas, estacionadas perto de Dakar, de atacarem colunas de guerrilheiros sarauis no interior da Mauritânia, então, ainda, interveniente directa no conflito.

O papel mediador desempenhado por Diuf durante a 19.ª Cimeira, a sua intervenção ante o plenário de chefes de Estado e de Governo africanos, onde solicitava "um exame sério do problema do Sara Ocidental e o estabelecimento de datas para o cessar-fogo e para o referendo", provocaram estupefacção em muita gente presente na capital etíope. O longo encontro que o longilíneo presidente senegalês manteve com o secretário geral da Frente Polisario — que parecia impensável até há muito pouco tempo — parece também ele

querer vir dar razão aos que pensam que o Senegal pretende pôr-se a favor "dos novos ventos que sopram no Magrebe".

Marrocos — Polisario: a África exorta ao diálogo

A plataforma encontrada pela comissão dos três países viria, praticamente, a dar corpo à resolução final da cimeira sobre a questão sarauí. O texto recolheria a unanimidade das representações — quem o esperaria? —, apenas com reservas expressas por Marrocos e somente no que diz respeito ao último parágrafo, onde a OUA se "felicitava pela atitude construtiva dos dirigentes sarauis que, ao retirarem-se voluntariamente e provisoriamente, permitiriam que a 19.ª Cimeira se reunisse".

A resolução final "exorta as partes em conflito — o Reino de Marrocos e a Frente Polisario (*) — a entabularem conversações directas com vista a que seja obtido um cessar-fogo, que crie as condições necessárias à realização de um referendo pacífico e justo de autodeterminação do povo do Sara Ocidental; referendo livre de qualquer coerção administrativa ou militar, sob os auspícios da OUA e das Nações Unidas."

A resolução de Addis Abeba concede plenos poderes ao comité de implementação para, em conjunto com as partes em conflito, definir as modalidades e todos os demais detalhes pertinentes com vista à aplicação do cessar-fogo e à organização do referendo, marcado para Dezembro do corrente ano. Para esse efeito, a 19.ª Cimeira solicita às Nações Unidas a instalação, em conjunto com a OUA de uma força de manutenção de paz e segurança no território durante a organização e o desenrolar do referendo.

Uma "nova dinâmica de paz"

No final da reunião de Addis Abeba, o secretário-geral da Frente Polisario afirmava que o povo sarauí "acabava de alcançar uma grande vitória através do veredicto histórico da África" nesta 19.ª Cimeira. Aquele dirigente afirmaria ainda que a sua organização demonstra "uma vontade sincera de

Edem Kodjo sem sucessor

A PÓS doze escrutínios sucessivos, nenhum dos candidatos ao cargo de secretário-geral da OUA conseguiu reunir a maioria qualificada de 2/3 dos votos. Os candidatos melhor colocados eram o conselheiro do presidente Omar Bongo, do Gabão, Paul Okumba d'Okwatsegue, e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali, Alioune Blondin Beye, evidenciando o segundo nitida supremacia sobre o primeiro, sem que, no entanto, tivesse conseguido reunir a maioria requerida dos votos para suceder ao ex-secretário geral, o togolês Edem Kodjo.

Como solução de recurso, foi designado para o cargo interinamente o nigeriano Peter Onu, um dos cinco secretários-gerais adjuntos, e habitual porta-voz da organização.

negociar com Marrocos o fim da guerra".

Por seu turno, o Ministro dos Negócios Estrangeiros marroquino, Mohamed Boucetta, que dias antes afirmara que havia recebido instruções do rei Hassan II no sentido de "aceitar todas as condições colocadas pelo comité de implementação", declarava que o seu país "está pronto a empreender todos os caminhos que conduzam à paz". Passados três anos sobre a assinatura do tratado que pôs termo ao conflito entre a Frente Polisario e a Mauritânia, estará uma nova "dinâmica de paz" em marcha naquela conturbada região do Magrebe?

É certo que a maleabilidade das posições marroquinas se tem vindo a acentuar recentemente. Poder-se-á mesmo dizer que o reatamento de relações com a vizinha Argélia e o ponto alto que constituiu o encontro Hassan-Chadli Bendjedid estiveram na base da realização e do êxito desta 19.ª Cimeira da OUA. Mas, entre as declarações de boas-intenções e os actos que as concretizem, surgem por vezes interregnos inesperadamente prolongados, exasperantes.

Até à próxima cimeira da organização — marcada para Março de 84, em Conakri, na República da Guiné —, necessariamente, muita coisa terá que se passar. □

(*) Trata-se, efectivamente, de uma evolução significativa não só da OUA como, sobretudo, de Marrocos. Com efeito, durante a segunda reunião do comité de implementação, a 8 e 9 de Fevereiro de 1982, em Nairobi, num dos documentos apresentados por aquele organismo eram nomeados pela primeira as duas partes em conflito. O facto deu origem a um vigoroso protesto do ministro dos Negócios Estrangeiros marroquino e do presidente da Rep. da Guiné, Sékou Touré. Rabat mantinha-se na recusa de reconhecer a Polisario e de com ela negociar. O comité viria, então, a adoptar uma resolução sobre o cessar-fogo sem que, no entanto, se apontassem quais as partes em conflito.

Marrocos-Polisario Conversações secretas

DUAS delegações da República Árabe Sarauí Democrática (RASD) e do Reino de Marrocos encontraram-se durante o passado mês de Abril, o objectivo das negociações então entabuladas prendia-se "com a procura de uma solução pacífica para o conflito que opõe os dois países".

Revelado inicialmente quando das comemorações do 10.º aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação na antiga colónia espanhola do Sara Ocidental, o presidente da RASD e secretário-geral da Frente Polisario, Mohamed Abdelaziz, aproveitaria o anúncio da retirada "voluntária e temporária" do seu país dos trabalhos da 19.ª Cimeira da OUA — facto que permitiu reunir o quorum necessário de presenças — para fornecer mais pormenores sobre os referidos encontros, até então mantidos num prudente secretismo. As delegações integravam:

— Pelo lado sarauí: Mahfud Ali Beiba, primeiro-ministro da RASD e membro do comité executivo da Frente Polisario; Bachir Mustapha Sayed, membro do comité executivo da Frente Polisario (este elemento desempenhou o cargo de Secretário-geral adjunto do movimento até ao último congresso da Polisario, em Outubro do ano passado, sendo irmão do primeiro líder da Polisario — El Uali —, morto em combate em 1976); e Mohamed Salem Ould Salek, membro do bureau político e responsável pelas relações externas da Frente Polisario.

— Pelo lado do Reino de Marrocos: Ahmed Reda Guedira, conselheiro do rei Hassan II; Mohamed Boucetta, ministro dos Negócios Estrangeiros e Driss Basri, ministro do Interior.

O local onde as conversações tiveram lugar não foi revelado, embora muitos observadores afirmem ter sido Argel, a capital argelina, a cidade escolhida.

O secretário-geral da Polisario afirmaria ainda em Addis Abeba que tal evento "se inscreve no quadro de disponibilidades do governo sarauí em recorrer sempre à via da negociação e do diálogo para encontrar uma solução para o conflito", lamentando, porém, "a falta de vontade manifestada pela parte marroquina".

Para além de um evidente aproveitamento político da retirada do seu país dos trabalhos da Cimeira, factor desbloqueador do impasse a que se chegara, Mohamed Abdelaziz acrescentava um argumento de peso para a discussão que, então, mal começara, ao mais alto nível, no plenário da Cimeira. As declarações do secretário-geral da Polisario não viria a sofrer qualquer desmentido por parte da delegação marroquina.

Independência para a Namíbia

"POLÍTICA desumana contra o seu povo e contra os Estados da Linha da Frente", assim se referiu a 19.ª Cimeira da OUA ao regime do apartheid.

A cimeira considerou que se trata de "uma flagrante intervenção nos assuntos internos de um Estado soberano" o facto de o governo sul-africano, apoiado pelos Estados Unidos, condicionar a independência da Namíbia à retirada prévia do contingente cubano estacionado em Angola a pedido das autoridades deste país.

No documento final é condenada com veemência "a colaboração agressiva — em todos os domínios, especialmente no campo nuclear — entre Israel e a África do Sul", advertindo-se para os perigos daí decorrentes.

Para quando a paz?

Pressionado pela guerra e pela crise que abala a sociedade marroquina a todos os níveis, Hassan II é chamado pelo continente africano a entabular conversações directas com a Frente Polisario que possam preceder um cessar-fogo e o encontro de uma saída para o conflito. Como se irá mover o rei no complexo "tabuleiro"?

Carolina Quina

NO momento em que comemora o 10.º aniversário da criação do seu movimento de libertação — a Frente Polisario — e, simultaneamente, do desencadear da luta armada contra o colonialismo, o povo sarauí alcança uma importante vitória política e diplomática na Organização de Unidade Africana. Efectivamente, reunida durante a 19.ª Cimeira, que teve lugar em Addis Abeba, Etiópia, nos passados dias 9 a 11 de Junho, a OUA chegaria a uma inesperada unanimidade sobre o problema, unanimidade esta que nem sequer se poderá afirmar ter sido quebrada por algumas "reservas" apresentadas pelos representantes marroquinos.

No documento final desta sua 19.ª Cimeira — e no momento em que a organização pan-africana comemora também ela o seu 20.º aniversário — a OUA exorta as duas partes em conflito a negociações directas, com vista a que seja obtido um cessar-fogo que anteceda a realização de um referendo de autodeterminação (ver artigo neste número).

O documento estabelece o prazo de 6 meses para que o referendo venha a ter lugar. Perguntar-se-á: será o referido prazo cumprido? E, mesmo não sendo, poderá a resolução ser posta em prática?

Uma coisa é certa, a OUA colocou a "batata quente" nas mãos de

Hassan, que, dificilmente, poderá fugir às responsabilidades que o continente africano lhe coloca.

O 20 de Maio

Dez anos de luta de um povo, de sacrifícios e de avanços, e hoje, mais do que nunca, a certeza de que cedo ou tarde alcançará a independência total.

O 20 de Maio foi o momento de balanço sobre a trajectória de luta do povo sarauí e da Frente Polisario, mas foi igualmente o momento de reflexão sobre as inúmeras iniciativas em curso no plano regional (Magrebe) e continental. Constituiu, ainda, o momento de análise sobre a evolução ou não, das posições de Hassan II quanto à solução do conflito; já que África e a comunidade internacional, aguardam o momento que o rei Hassan II tome uma posição pela paz.

Para quando a paz? — uma interrogação constante naqueles que de perto, como o povo sarauí e a Frente Polisario, participaram nas comemorações do 10.º Aniversário do início da luta armada.

Do lado sarauí a posição está claramente definida. Mohamed Abdelaziz, Secretário-Geral da Polisario, reiterou no seu discurso de 20 de Maio, a disponibilidade do governo da RASD em dialogar com Marrocos e a sua preferência



Hassan II

por uma solução pacífica e negociada do conflito: "... Dizêmo-lo solenemente, estamos dispostos a negociar com o reino de Marrocos para pôr fim à guerra injusta imposta ao nosso povo..."; "... ao mesmo tempo que permanece inabalável a nossa determinação de prosseguir o combate até à libertação total do território nacional".

Em contraposição, vários factores levam-nos a deduzir que Hassan II continua na posição de princípio, ou seja — intransigência face a um diálogo directo e positivo com o movimento de libertação sarauí e a RASD. Mais do que sinceramente empenhado na via da solução política do conflito, o monarca marroquino parece interessado em, habilmente, como aliás é sua característica, utilizar-se das várias iniciativas, para iludir a sua posição e ganhar tempo, continuando a guerra. Deitando assim por terra algumas das expectativas de que o conflito poderia estar a aproximar-se, a bom ritmo, do seu fim.

Dois beligerantes

É inegável que Hassan II foi obrigado, pela crise interna em que o seu país está mergulhado, e mais recentemente, devido à tentativa de golpe de Estado por parte de sectores do exército (porque cada vez mais a guerra tende a identificar-se como uma aventura do Rei, e a ter

a oposição do povo e do exército) a fazer alguns recuos ao nível da sua política externa, e neste âmbito se enquadra o reatar das relações diplomáticas com a Líbia e a Argélia.

O encontro entre Hassan II e o Presidente Chadli Bendjedid assume particular significado em termos de recuo político de Marrocos, pois ficou definitivamente esclarecido, para quem ainda pretendia ignorar tal facto, que na guerra do Sara Ocidental os dois beligerantes são Marrocos e a Polisário e não Marrocos e a Argélia.

No entanto, estes bons indícios, são em grande parte anulados pela onda de especulações que Marrocos rapidamente soube activar, em torno da posição argelina.

Assim, através da imprensa que lhe é próxima, Marrocos pretendeu apresentar o encontro Hassan II — Chadli Bendjedid como um recuo argelino face ao seu apoio à Polisário, quando, de facto, o recuo foi do lado marroquino; senão vejamos: — foi Marrocos que rompeu as relações diplomáticas com a Argélia (tal como acontecera com a Líbia) quando esta reconheceu a República Árabe Saraui Democrática; — e foi Marrocos agora que pediu o encontro com o presidente argelino. Ora as especulações posteriores sobre a posição argelina, não podem deixar de desmascarar a sua verdadeira disposição — prosseguir a guerra, tentando, no entanto, quebrar o isolamento externo, nomeadamente no plano regional, dando uma nova imagem.

Conversações secretas

Outro elemento, a ter em consideração neste processo, foi o encontro de delegações da Frente Polisário e de Marrocos (ver caixa), facto revelado por ocasião do 10.º Aniversário do início da luta armada, e que poderia também ter sido considerado com um sinal de abertura por parte do monarca aluita. Contudo, nestes encontros a pouco ou nada se chegou dado novamente a posição de intransigência de Rabat.

Se estes factos não bastassem, a posição marroquina na recente Cimeira da OUA, em Addis Abeba, face à delegação da RASD,

51.º Membro de pleno direito da organização pan-africana, era suficiente para demonstrar que Hassan II parece persistir na sua recusa de aceitar negociações directas com a Frente Polisário, única via possível para a solução do conflito e proposta pelas organizações internacionais — ONU, OUA, Movimento dos Não-Alinhados e, mais recentemente, pela própria Internacional Socialista.

Por outro lado, ao nível regional, a ausência de Hassan II naquela que chegou a ser referida como a primeira "Cimeira dos Países do Magrebe" leva-nos a concluir que Marrocos, também neste plano, e apesar de apostar na nova dinâmica diplomática ao nível da região, se retraiu no último momento, com receio, possivelmente, de, estando em minoria, ser pressionado pelos restantes países magrebianos, sobretudo pela Argélia, Líbia e Mauritânia, no sentido das negociações directas com o movimento de libertação e o Estado saraui, já que não poderá haver "Grande Magrebe" sem paz e estabilidade na região e sem a inclusão da República Árabe Saraui Democrática.

Daqui se retira que, embora sendo duas questões autónomas — por um lado o luta do povo saraui pela recuperação da soberania nacional, por outro lado, o processo de edificação do Grande Magrebe, elas não deixam de se relacionar, sendo a sua evolução um sério teste às verdadeiras intenções de Hassan II.

O exército e o palácio

A compreensão da posição marroquina (que é obrigada a fazer na prática algumas concessões) só é possível à luz da análise dos factores internos — crise económica, social, política e militar, e dos factores externos — progressivo isolamento internacional.

O esforço de guerra agrava, de dia para dia, a profunda crise económica e social, a qual, desde os levantamentos populares e a onda de greves iniciada em Junho de 1981, não foi possível mais controlar ou mesmo iludir. Recordemos apenas, por exemplo, que 50% do O.G.E. vão para os gastos da guerra e que nem o



Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da Frente Polisário: uma inegável vitória em Addis Abeba

aumento substancial do apoio financeiro norte-americano (de 30 para 100 milhões de dólares) nem o apoio económico da Arábia Saudita conseguiram resolver.

Contudo, a crise mais grave que Hassan II teve e tem de enfrentar vem do seu próprio exército. Recuemos um pouco no tempo.

A partir de 1975, e após duas tentativas falhadas de golpe de Estado (1971 e 1972), às quais se seguiram grandes purgas, sendo decapitados alguns dos oficiais mais progressistas, Hassan II teve como objectivo, para garantir a sua segurança, ocupar o exército e afastá-lo do palácio.

Aliás, várias medidas tomadas pelo monarca marroquino deixam clara a sua desconfiança em relação ao exército — a título de exemplo —, os soldados não podiam nem podem ter munições para as suas armas a norte de Agadir, direito reservado às unidades de elite e à guarda pessoal do rei.

A guerra no Sara Ocidental poderia ter representado a solução. Mas, por ironia, a guerra ao fim destes anos veio mostrar que não é solução para os problemas internos marroquinos, e, pelo contrário, que se transformou num foco de contradições no seio do exército.

Também do lado marroquino muitos desejam a paz. Falámos já repetidas vezes com prisioneiros de

guerra que explicam com clareza — "... nós limitamo-nos a fazer a guerra, somos trazidos para o Sara para combater... mas aguardamos que o Rei negocie a paz..."

Se a intervenção directa dos Estados Unidos na guerra do Sara Ocidental abriu uma nova fase no conflito, seja pela introdução de armamento altamente sofisticado (radars, satélites, bombas de fragmentação...), seja pela construção do chamado "Triângulo Útil" — que obrigou a uma nova tática na luta pelos combatentes da Frente Polisario —, seja pelos graves riscos de internacionalização que veio colocar, ela não foi capaz, contudo, de resolver o problema de fundo — a guerra.

Os combatentes saraus provaram, na prática, que o "Triângulo Útil" não é a solução, nem do ponto de vista militar, nem do ponto de vista político.

Ora bem, é em parte a constatação desta realidade por muitos oficiais marroquinos que está na origem da actual crise no seio do exército marroquino, a qual só vem a lume com o assassinato do

General Dlimi. (ver artigo no n.º 53 de *Cadernos*).

Quando se fala de serviços secretos...

O General Dlimi (braço direito de Hassan II, Comandante das tropas no Sara Ocidental e Chefe dos Serviços Secretos) percebe que a solução não reside no campo militar mas sim nas negociações e no diálogo. Constatando a recusa do monarca marroquino em enveredar por essa via, põe em marcha a preparação de um golpe de Estado.

No seguimento da descoberta deste plano (Hssan II terá sido informado pela CIA), Dlimi (que segundo fontes marroquinas seria um elemento próximo dos serviços de contra-espionagem franceses e hostil à influência crescente da CIA junto do rei) é assassinado. Segue-se a prisão e execução de vários militares e um movimento considerável de transferências no corpo de oficiais superiores. Mas a crise continua em aberto.

É à luz deste quadro que podem ser entendidas as posições de Has-

san II no plano diplomático — assim, mais do que movido por sinceras intenções, ele é pressionado por uma crise a todos os níveis da sociedade marroquina, que nem com o apoio dos EUA nem com o apoio dos países africanos reacionários consegue superar.

Sendo o seu objectivo fundamental, e em última instância, o da defesa do seu trono, ele pretende ganhar tempo, testar talvez as reacções do exército, do povo marroquino e dos partidos políticos face às recentes iniciativas ao nível externo, e criar uma correlação de forças estável que lhe seja favorável.

Mas, em 20 de Maio, vimos uma vez mais um povo determinado a lutar pela sua soberania e independência nacional e contra todas as falsas soluções, sejam elas as duma "Federação", dum "Estado Sarauí fora do Triângulo Útil", ou duma "Confederação".

Vimos um povo que deseja a paz, mas que continua disposto a todo o sacrifício, como o expressa através da palavra de ordem: "Toda a Pátria ou o Martírio". □

CÂMARAS FRIGORÍFICAS DESMONTÁVEIS E EQUIPAMENTO PARA SUPERMERCADOS

Gama completa de mobiliário para AUTOSERVIÇOS, SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS, posta ao serviço por:



IRAL

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS

Sede e Complexo Industrial
3401 OLIVEIRA DO HOSPITAL CODEX • TELS 52460-52161-52193 • TELX 18761 IRAL OP
Serviço de Exportação
AV. SANTOS DUMOND, 47 R/C - 1000 LISBOA • TELS 779115-764652 • TELEX 14356 IRAL L



AMÉRICA LATINA El Salvador

Guillermo Ungo:

"O povo está a ganhar a guerra"

*O presidente da FDR afirma que a proposta de
amnistia tal como foi apresentada, não reflecte mais do
que um pedido de rendição ao movimento
revolucionário*

DURANTE a sua recente estadia no Rio de Janeiro, Guillermo Manuel Ungo, presidente da Frente Democrática de El Salvador, visitou a sede de *cadernos do terceiro mundo* e fez uma breve dissertação para o colectivo da nossa revista sobre a situação no seu país e na América Central. Dela, aqui reproduzimos

os trechos mais relevantes:

A proposta de amnistia

O avanço significativo da luta armada desenvolvida pelo movimento popular começa a provocar no exército salvadorenho um espírito de derrota, que obriga a administração Reagan a incrementar

ainda mais a ajuda militar a esse país centro-americano. Neste contexto, o governo procura impor a decisão de antecipar as eleições e lança uma proposta de amnistia.

Em relação às eleições, estamos convencidos de que é um remédio já tentado no último ano e que fracassou. Com mais razão, fracassará este ano em que a guerra

Da esquerda para a direita: Pablo Piacentini, Paulo Cannabrava, José Pedro Cardoso (presidente do Partido Socialista uruguaio), Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB, Guillermo Ungo, Moacyr Werneck de Castro e Neiva Moreira na Redacção de *cadernos* no Rio de Janeiro



se agudizou e em que o próprio governo norte-americano compromete os seus recursos económicos e militares. Quanto à amnistia, parece traduzir mais uma proposta de rendição da guerrilha do que uma intenção real de modificar a situação do país. Em El Salvador há mais de 700 presos políticos e mais de dois mil desaparecidos, aos quais não se pretende incluir em nenhuma amnistia. Portanto, interpretamos a iniciativa como um convite a uma rendição sem garantias de que no dia seguinte não sejam enterrados, depois de termos sido assassinados pelo esquadrão da morte.

É ridículo e absurdo que se peça a rendição a quem está a ganhar a guerra. E em El Salvador é o povo que está a ganhar a guerra. E quem se está a render é o exército salvadoreño. Já se renderem cerca de 400 soldados e vários oficiais, que depois foram postos em liberdade, de acordo com as Convenções de Genebra, segundo testemunhou a própria Cruz Vermelha Internacional, e entregues novamente ao exército. Com eles, caíram nas nossas mãos cerca de duas mil espingardas, além de morteiros e metralhadoras.

A resposta popular

Como afirmou o ex-procurador-geral da Justiça dos Estados Unidos, Ramsey Clark, o governo salvadoreño apenas se aguenta graças ao apoio norte-americano. Se a ajuda dos Estados Unidos tivesse cessado — como aconteceu em 1980, em Dezembro, por poucos dias — o governo teria caído em termos militares e isso facilitaria, no plano político, a instauração de um governo democrático.

Mas, apesar de vivermos num regime de terror, que imobiliza, em certa medida, a capacidade organizativa do nosso povo, o apoio popular ao movimento revolucionário mantém-se. E os sectores vacilantes afastam-se cada vez mais e mais do governo, inclinando-se para a negociação e o diálogo. Isto indica que o povo salvadoreño quer a paz, mas em vez de ser através de uma farsa eleitoral, que já foi tentada, quer-a através da negociação.

Além da resistência popular,

cabe destacar ainda a actividade heróica de uma série de instituições humanitárias como a Cruz Verde, as associações de Direitos Humanos, a Igreja — através de tantas freitas e sacerdotes comprometidos — as associações de pais e mães de desaparecidos, e a luta dos próprios prisioneiros dentro das prisões.

Solução política ou militar?

Achamos que a guerra se vai intensificar e são os Estados Unidos que a estão a regionalizar. Instalaram nas Honduras uma estação de radar que custa cinco milhões de dólares. O território hondurenho está a ser utilizado como "santuário" estratégico para a luta em El Salvador e para a coordenação das actividades contra-revolucionárias visando a Nicarágua, que se vão intensificar.

Mas nós acreditamos que, apesar de tudo isto, a solução militar vai fracassar. Lamentamos um maior custo humano, mas nem com toda a ajuda norte-americana, eles poderão derrotar o movimento popular armado. Não podem inventar soldados e oficiais em três meses. Terão de recorrer, cada vez mais, ao esquema do Vietname e acabar por intervir directamente com forças norte-americanas se é que desejam insistir na solução militar, com todo o custo político interno e externo que isso representa. Ou, caso contrário, têm de aceitar o fracasso e partir para uma solução negociada.

A teoria do dominó na América Central

A história mostra que os povos triunfam na sua luta pela democracia e pela justiça social. Se a Nicarágua venceu, El Salvador vencerá. E se El Salvador vencer, a Guatemala vencerá. Isto é o que assusta a direita norte-americana, que explica este facto através da interpretação infantil da "teoria do dominó".

É estranho: os Estados Unidos ignoraram durante décadas a América Latina, incluindo o Brasil, que é o país mais poderoso do continente. Mas quando a América Latina se recusa a ser um instru-

mento dócil dos seus interesses, o império lembra-se que somos uma "zona estratégica". Antes, os interesses estratégicos dos Estados Unidos estavam no golfo Pérsico e no sudeste asiático. Agora acontece que a América Central se transformou numa "ameaça para o abastecimento e para o desenvolvimento de todas as relações económicas" de Washington.

A igreja salvadoreña

Eu diria que existe uma igreja de extrema-direita, representada fundamentalmente por um ou dois bispos, mas com uma reduzida base de apoio na própria estrutura eclesial, e sem ligações sólidas com a grande burguesia. E uma igreja militante identificada com a opção preferencial com os pobres, onde existem muito sacerdotes e freiras, além de uma grande base católica camponesa. Esta igreja está a lutar de várias maneiras, incluindo militarmente, a diferentes níveis, integrando uma série de organizações. Um grande número de militantes desta igreja foi assassinado.

Desde a morte de monsenhor Arnulfo Romero há duas tendências em confronto: a progressista moderada, encabeçada pelo actual arcebispo, detendo actualmente a maior autoridade, com mais peso que todos os políticos juntos, contando com o apoio do Vaticano; e uma direita moderada que está, mais ou menos, em condições de igualdade de forças em relação à ala progressista a nível da igreja-instituição, mas que perde peso nesta nas bases.

A saída para El Salvador

A negociação é a única alternativa possível: estamos à procura de convergência com outros sectores políticos, económicos e sociais, que sejam como nós, a favor da paz, mas que defendam um programa democrático e de mudança. Dentro do próprio governo existem sectores que se manifestam actualmente, embora timidamente, a favor da saída. Temos que conseguir conquistar a possibilidade de formar um governo de ampla participação.

A última entrevista de Cayetano Carpio

“Uma revolução está longe de ser um processo linear. Quase sempre passa por crises e provoca choques entre os seus dirigentes, pois a descoberta do caminho a seguir muitas vezes não é óbvia, nem fácil”. A frase do ideólogo africano Franz Fanon pode ser aplicada literalmente à crise por que passa a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional em El Salvador.

As dificuldades em descobrir a saída correcta para a guerra, provocaram o surgimento de diferentes opiniões, posições e estratégias entre os vários dirigentes da FMLN. A realidade específica do país, aliada à difícil conjuntura regional criada pela interferência directa dos Estados Unidos nas tentativas de desestabilizar o governo sandinista da Nicarágua, tornou muito complexo o leque de opções a serem enfrentadas pelos dirigentes guerrilheiros de El Salvador. E se em tempo de paz a escolha já é difícil, no meio de uma guerra torna-se dramática.

Dentro da Frente Farabundo Martí surgiram duas opções principais. Uma, dando prioridade à intensificação dos esforços políticos e diplomáticos, tendo em vista o agravamento do cerco militar estrangeiro a El Salvador e principalmente à Nicarágua. Os defensores desta tese afirmam que ela não significa de forma alguma a renúncia à luta armada. A outra opção baseia-se no aprofundamento do esforço militar, a partir da ideia de que existem condições para novos avanços, dentro de uma concepção mais geral de guerra prolongada contra o inimigo.

Estas duas abordagens estão no centro da crise provocada pelo assassinato da comandante Ana Maria, ocorrido em Manágua, no final de Abril. Ana Maria, uma veterana da guerrilha, defendia a tese da redução temporária do esforço militar e foi morta por adep-

tos da corrente que defende a opção contrária. Dias depois, suicidava-se outro veterano da luta pela libertação de El Salvador, Cayetano Carpio, mais conhecido como comandante Marcial. Ambas as mortes foram provocadas pela

dramaticidade das alternativas impostas aos dirigentes guerrilheiros salvadorenhos. Principalmente, porque a realidade não forneceu ainda dados suficientes para estabelecer quem está certo e quem está errado.



Cayetano Carpio um dos fundadores das FPL: "Estamos a lutar, estamos a morrer, na determinação de tomar o poder."



POUCO antes de morrer, Salvador Cayetano Carpio, o comandante Marcial, deu uma entrevista ao repórter Ralf Leonhard, da agência noticiosa APIA. A entrevista é igualmente anterior ao assassinato da comandante Ana Maria. A transcrição da entrevista, cuja versão integral é inédita, é o último depoimento de Cayetano Carpio.

Pode fazer-nos uma breve análise da actual conjuntura político-militar em El Salvador?

— Nós temos constatado no comando geral da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), que o curso da guerra, no aspecto militar, é cada vez mais favorável às forças revolucionárias: o exército tinha como estratégia derrotar a guerrilha em poucos meses. Mas nós tomámos a iniciativa, a partir do fim de Dezembro.

Durante muito tempo, as agências internacionais falaram de um "equilíbrio de forças" em El Salvador. Esse termo dava a entender que as forças revolucionárias ainda não podiam iniciar a ofensiva estratégica. Determinadas fórmulas não reflectem exactamente a complexidade e o tipo de guerra vivido em El Salvador. Porque uma guerra popular como a que está a ser travada no nosso país, é uma combinação do confronto entre exércitos e forças militares não-regulares, e da incorporação do povo nos distintos aspectos dessa guerra.

Não se trata, para nós, de um empate mas de um conceito mais dinâmico. É uma guerra popular, onde às vezes se produzem mudanças quantitativas que se tornam saltos qualitativos dentro da correlação de forças.

Eu tive a impressão que na cidade de San Salvador há, neste momento, muito pouca disposição do povo para se integrar na luta.

— Estou a referir-me ao fenómeno global, e não a aspectos regionais. Inclusive, nos lugares em que a população parece pouco activa é difícil calcular até que grau a organização popular está a trabalhar. Em determinados lugares não se podem

utilizar métodos abertos nem legais. E a luta clandestina, a autodefesa clandestina das massas e das milícias populares não se manifestam numa forma clássica de movimento de massas. Por este motivo, nalguns sítios pode existir a impressão de que a base social está inactiva. Entretanto, talvez seja precisamente esse o lugar onde se esteja a encontrar a fórmula correcta para incorporar a população na sua autodefesa, formando aí bases sociais sem levantar suspeitas.

Em 1978 e 1979 houve uma grande mobilização de massas, ocupações de embaixadas e de edifícios. Mas quando a guerra passou a uma nova etapa — a das ofensivas cada vez mais generalizadas, visando a tomada do poder — determinados métodos de trabalho de massas não eram prudentes. Chegámos mesmo a fazer uma autocrítica. Em determinado período, não fomos suficientemente ágeis para mudar os métodos de trabalho com as massas. Houve grandes massacres nos quais os sectores mais avançados foram atingidos e nos quais caíram quadros muito importantes.

Avanço estratégico

Principalmente agora estamos a procurar que as massas mantenham a sua luta o mais aberta possível, sobretudo as organizações populares e os sindicatos, que lutem pelas suas reivindicações e rompam restrições explícitas, para manter a sua legalidade. Mas, ao mesmo tempo, as organizações revolucionárias realizam com a população outro tipo de actividades. Preparam secretamente as massas avançadas para as insurreições locais e para a insurreição geral, que tem de acompanhar os êxitos militares quando a correlação de forças nos permitir passar para uma ofensiva mais generalizada. Então, voltando ao assunto da correlação de forças, consideramos que foi um avanço estratégico das forças revolucionárias, o facto de terem mantido a iniciativa táctica e estratégica durante todo o ano de 1982. No início do ano fazíamos emboscadas contra os

pelotões do inimigo. Mas durante estes últimos meses, apanhámos companhias inteiras. Deu-se um salto de qualidade na estratégia, no tipo de golpes e no desgaste do inimigo. Isto, por seu turno, reflectiu-se no agudizar das contradições no seio do exército inimigo, no descontentamento e na desmoralização entre oficiais e tropa. Ao mesmo tempo, em consequência do tratamento humano dado aos nossos prisioneiros de guerra, produziu-se uma erosão na moral das tropas titeres e o fenómeno da entrega de armas foi cada vez maior.

No passado mês de Março o exército teve um êxito importante quando entrou no vulcão Guazapa e as tropas da FMLN foram obrigadas a abandonar as suas posições...

— Nessa ocasião, os companheiros retiraram-se numa dispersão táctica. As posições já foram reconquistadas. Torna-se difícil chamar a isto um verdadeiro êxito, analisando-o do ponto de vista dos resultados militares reais no contexto global deste conflito.

Por exemplo, em Chalatenango, eles tomaram Concepción, Quezaltepeque, um acampamento que se chama El Galinero ao sul do departamento; também atacaram Dulce Nombre. Entretanto, a gente interroga-se sobre como terá o inimigo concebido determinada mobilização de grandes forças para chegar a resultados tão pequenos, porque não causou o menor prejuízo às nossas tropas. E mais ainda: nessa ocasião o inimigo recusou-se a combater.

Assim sendo, torna-se necessário ter certas reservas quanto às operações do inimigo, que são encaradas como êxitos. É preciso ver até onde o inimigo tem necessidade de apresentar como tal uma mobilização que não teve grandes resultados. A guerra ainda não chegou ao momento de estabelecer trincheiras, de usar a táctica de posições fixas. A luta é ainda muito móvel. Então, dentro disto, os êxitos do inimigo tornam-se bastante relativos.

Esse avanço das forças revolucionárias repercute-se na luta

ao nível dos operários?

— Nos últimos seis meses do ano passado, devido à miséria e empobrecimento cada vez maiores, surgiram movimentos grevistas em diversos sectores dos empregados e dos trabalhadores industriais, da construção e de algumas instituições autónomas estatais (por exemplo, no Instituto de Habitação Urbana, no Instituto de Abastecimento, no Antel, o centro de comunicações do governo) por reivindicações imediatas. Este governo decretou há uns dois anos um congelamento de salários, mas o aumento dos preços continuou. O decreto está-se a transformar numa verdadeira corda que enforca as classes menos favorecidas.

Tudo isto, somado aos êxitos militares da FMLN, está a permitir uma reacção cada vez maior do movimento popular nas cidades, sobretudo em San Salvador.

A crise no exército

O governo quer treinar catorze batalhões para reforçar o poderio militar do exército. Isto significa que a FMLN tem que ajustar a sua estratégia ou a sua tática?

— Eles têm um projecto militar que consiste em dividir o país em cinco zonas, com uma brigada cada departamento. Cada brigada poderia ser composta por um a três batalhões, de 1000 homens cada. Ou seja, os projectos que eles têm são maiores. Por exemplo, eles pensam mandar três batalhões de mil homens móveis a Morazán e outros três a Chalatenango. Para preparar esses batalhões é preciso tempo, e na guerra há vários factores a ter-se em conta, como por exemplo o tempo e o desgaste. A preparação de 14 batalhões móveis não é coisa que possa ser feita do dia para a noite. Nós pensamos que com o aprofundamento da guerra, vão fracassar. Os primeiros novos batalhões vão substituir as forças móveis que perdem agora. Para eles, uma substituição de forças não é um avanço, sobretudo quando nós estamos a crescer.

O batalhão Ramón Beloso,



O movimento popular nas cidades é cada vez mais activo

em Chalatenango, perdeu em Janeiro uma secção de 50 homens — prisioneiros que se renderam e entregaram as suas armas. Neste momento, uma parte do batalhão Beloso está em Urazán e acaba de ser abatida, perdeu mais uma companhia e meia. Ao mesmo tempo, a outra parte andou a atacar Chalatenango, o que quer dizer que utilizaram o Beloso, simultaneamente, para dois pontos estratégicos. Isto significa que teve que utilizar até a última reserva, o que é muito grave para um exército.

A difícil negociação

Neste momento, como se apresentam as possibilidades para uma posição negociada do conflito?

— O senhor (Álvaro) Magana (presidente provisório de El Salvador) diz que não quer dialogar para que nós depois tomemos o poder. E não se trata de conversa: nós estamos a agir para tomar o poder! Estamos a lutar, estamos a morrer, esta é a expressão mais clara da determinação de tomar o poder. Também queremos dialogar, mas não vamos utilizar o diálogo para fazer uma proposta de rendição. Por exemplo, a participação nas eleições seria facilitada através de

uma amnistia. Mas essa amnistia que o líder do partido de extrema-direita, ARENA, D'Aubuisson, apresentou na Assembleia (Constituinte) declara que todo o terrorista que queira ou deseje beneficiar desse decreto de amnistia deve ir à Comissão de Paz e preencher um formulário onde constam as informações gerais sobre ele e os seus pais, onde nasceu e onde tem parentes. Em segundo lugar, a que organização pertence. E em terceiro, que quantidade de homens e de armas tem essa unidade à qual pertence e o acampamento onde esteve. Finalmente, deve entregar as suas armas e todo o material bélico que esteja em seu poder. O que eles estão a pedir é o desarmamento das forças revolucionárias.

Existem, entre os partidos legais, agrupamentos ou personalidades com as quais vocês pensam que seria possível negociar?

— A FMLN, ao iniciar o diálogo, em Outubro do ano passado, dizia ser necessário conversar com todos os sectores que, honestamente, estivessem preocupados em encontrar uma saída política. Isto incluía vários sectores, religiosos, empresariais, partidos políticos, organizações populares... Quer dizer, os sectores liberais, os sectores democrá-

O "Comandante Marcial"

SOIA, de 37 anos, é a segunda filha de Salvador Cayetano Carpio. Ao recordar os primeiros anos de vida, conta que "...quando eu nasci ele não chegou a conhecer-me porque foi capturado seis dias depois. Segundo me contou, só veio a conhecer-me com seis meses de idade".

Soia nasceu em 1946 "em condições extremamente difíceis, porque foi nos dias em que fui capturado...", relatava o comandante Marcial, fundador das Forças Populares de Libertação (FPL). Carpio nasceu em San Salvador a 6 de Agosto de 1919. Desde os primeiros anos conheceu a miséria e a injustiça. O pai, José Carpio, era sapateiro, e a mãe, Marcos Carros de Carpio, doméstica.

Em Dezembro de 1919, quando tinha apenas quatro meses e meio de idade, o pai de Salvador morreu. As difíceis condições e às necessidades económicas veio juntar-se, no lar dos Carpios, de repente, a falta do sustento da família. A mãe teve que se dedicar ao serviço doméstico para ganhar "uns poucos centavos" que ajudavam a sustentar os filhos.

A família Carpio passou a depender da caridade de uma associação religiosa chamada Senhora da Caridade de São Vicente de Paula. Carpio diria, ao recordar essa época: "Tinham uma casa para os pobres aos quais davam alojamento, mas eles precisavam de trabalhar para conseguir a alimentação. Lembro-me que praticamente eram só velhos que lá viviam, não admitiam pessoas do sexo masculino, só crianças: quando estas cresciam eram retiradas do asilo. Essa casa fica defronte do que é hoje o Mercado Central, na Rua 20 de Agosto...".

A sua infância foi marcadamente religiosa. Aos 12 anos de idade ingressou no seminário e cursou as primeiras matérias da formação sacerdotal.

Posteriormente, foge do seminário e inicia uma vida independente. Antes de completar 15 anos, vai

para o México e é capturado na Guatemala "por falta de documentos" e permanece vários dias na prisão, até que é libertado e resolve voltar a El Salvador. Ai incorpora-se naquela que viria a ser a sua profissão: padeiro.

Um lutador

Já dentro do sindicato da sua categoria, inicia em 1943, um trabalho para organizar a associação de padeiros e chega a ser o seu primeiro secretário-geral. Quando tem início em El Salvador a série de governos militares, Carpio conhece de perto a repressão e participa, juntamente com os padeiros, no derrube do ditador Maximiliano Hernández Martínez, em Abril de 1944.

Em 1949, ingressa no Partido Comunista de El Salvador e dois anos mais tarde é eleito secretário da Organização. Na década de 50 é capturado novamente e permanece na prisão pouco mais de um ano. Assume pessoalmente a sua defesa e, devido à pressão exercida pelos operários, é posto em liberdade.

Carpio viaja para a União Soviética e estuda na Escola de Quadros de Moscovo. No fim de 1950, regressa a El Salvador e é eleito secretário-geral do PC.

No início de 1970, abandona o Partido Comunista "por discordar da sua linha política". Funda, com sete companheiros salvadorenhos — operários e estudantes universitários —, em Abril de 1970, uma organização político-militar que dois anos depois tomaria o nome de Forças Populares de Libertação (FPL) "Farabundo Martí", a qual, posteriormente, com outros movimentos armados e grupos políticos salvadorenhos, integram a FMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional).

ticos ou os sectores simplesmente sensíveis à problemática do país.

Nicarágua: acção solidária

Segundo uma versão, a contra-revolução na Nicarágua poderia servir de instrumento para que os Estados Unidos iniciem um diálogo regional. Isto é, tratar-se-ia de vincular uma negociação com a FMLN em El Salvador com negociações com a FDN (Frente Democrática Nicaraguense), na Nicarágua.

Nós verificamos que o imperialismo age de diferentes maneiras e tem diferentes variantes que utiliza como forma de chanta-

gem. Mas estamos preparados para não nos deixarmos surpreender pelas suas manobras. Porque verdade é que a Nicarágua e El Salvador são dois países diferentes e duas revoluções diferentes. Mas Reagan está a tentar agredir os nossos dois povos. Então, a mínima solidariedade obriga-nos, como revolucionários, a defender a revolução nicaraguense. E o povo nicaraguense defende igualmente o povo salvadorenho.

Há um ano atrás, quando houve eleições em El Salvador, a FMLN atacou mesas de votação e tentou evitar que as pessoas

votassem. Isto não deu muito bons resultados, politicamente falando.

— O ataque às urnas eleitorais não estava previsto como um objectivo importante dentro da ofensiva. Era apenas um aspecto parcial de uma estratégia a nível nacional que tinha os seus objectivos próprios. Entre esses objectivos contavam-se a ocupação de algumas cidades, a interrupção de estradas, a sabotagem e o ataque à periferia da capital. Do ponto de vista militar, a ofensiva foi-nos extremamente positiva.

Mas do ponto de vista político disse-se no exterior que a FMLN

atacou e, no entanto, as pessoas foram às urnas.

— O governo manipulou alguns meios de propaganda. Primeiro, disse que tínhamos tentado impedir que as pessoas fossem votar. Em segundo lugar, que o povo havia virado as costas à guerrilha, que agora estava isolada. Em terceiro lugar, que a votação tinha sido considerável.

O que é que a FMLN vai fazer em Dezembro?

— Estamos a desmascarar as eleições como uma manobra, uma farsa para encobrir uma militarização ainda maior. Mas daqui até Dezembro faltam muitos meses, e seria prematuro dizer o que vai ser planeado para o futuro.

Há actualmente muitas disputas no seio do exército. O que pensa dessas contradições?

— Em primeiro lugar, há dentro do exército uma contradição básica e estratégica, porque está a perder a guerra. Isto provoca conflitos no alto comando e gera impulsos de golpe de Estado que se centraram principalmente em torno da figura do ministro da Defesa, José Guilherme Garcia. Há uma contradição bem mar-



cada entre Garcia e alguns membros do alto comando que querem substituí-lo, como por exemplo, o general Carlos Eugénio Vides Casanova,¹ o coronel Flores Lima (actual vice-ministro da Defesa), o coronel Bustillo (chefe das forças armadas), e o coronel Blandón (comandante de brigada). O descontentamento dentro da oficialidade surge porque eles consideram que a guerra se está a tornar mais convulsionada e porque não têm protecção, se ficarem prisioneiros. Em 1981, eles pensavam que iam derrotar a guerrilha em poucos meses — agora há uma grande desmoralização. □

¹ Dois anos após esta entrevista, o general Guillermo Garcia foi substituído no Ministério da Defesa pelo general Carlos Vides Casanova, tal como havia previsto Salvador Carpio. A mudança aprovada pela embaixada norte-americana coincidiu com a divulgação da notícia do assassinato da comandante Ana Maria por dirigentes guerrilheiros vinculados a Carpio.

Crescem as contradições e a desmoralização no seio do exército





CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1983



«INTERNATIONAL TROPHY FOR QUALITY» - 1979-1980-1981-1982
«INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT» - 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS
- TRANSPORTES

EXPORTADOR PARA

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE
- MARROCOS

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.
TELEF. 73604/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas - 2840 Seixal - Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 2217231/30

A alternativa popular

Ramón Ortiz, dirigente das Forças Armadas Rebeldes (FAR), propõe a unidade das organizações insurrectas e traça um balanço de 20 anos de luta

Martín Morazán

Em 7 de Fevereiro de 1963, Luís Augusto Turcios Lima e outros companheiros decidiram incrementar a luta armada como via revolucionária para a Guatemala e fundaram as Forças Armadas Rebeldes (FAR). Foram dias difíceis, duros. A incipiente guerrilha de então, isolada do povo, não pôde resistir aos ataques do exército e perdeu muitos dos seus melhores homens: o poeta Otto René Castillo, o chinês Marco Yon Sosa e o próprio Turcios Lima, entre outros.

Vinte anos mais tarde, *cadernos do terceiro mundo* conversou com Ramón Ortiz, membro da Direcção Nacional das Forças Armadas Rebeldes: "Aprendemos que a principal causa dos golpes recebidos era a desvinculação do povo. Na década de 70, sem abandonar as armas, dedicámo-nos ao trabalho político com as massas. Hoje, os militares teriam que acabar com a grande maioria da população guatemalteca para acabar com a nossa base social de apoio", afirma o dirigente.

Isto foi em 1971, "quando se elaborou uma série de estudos sobre a realidade nacional — que hoje constituem o nosso guia político — e fizemos um profundo estudo crítico". A partir daí "Demo-nos conta de que a guerrilha devia emergir da própria população, como produto do trabalho político", assinala Ortiz. A seguir, cita Pablo Monsanto, fundador e actual comandante-em-chefe das FAR: "As massas não se vão lançar numa insurreição enquanto não contarem com uma força militar que seja capaz de neutralizar o

poder repressivo do inimigo". E acrescenta: "Os últimos cinco anos são a melhor prova de que o terror não consegue dobrar um povo decidido a vencer. Nenhuma política genocida nos afastará deste povo, porque somos parte dele e lutamos pelos seus interesses".

Por outro lado, também em 1971, "nos convencemos da necessidade da unidade das organizações revolucionárias, como elemento indispensável para garantir a união de todo o povo e constituir a vanguarda político-militar do processo". Nesse sentido — explica Ramón Ortiz — a criação da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) e do Comité Guatemalteco de Unidade Patriótica (CGUP), "abriu a pos-

sibilidade de implementar uma ampla e flexível política de alianças, com base não em definições ideológicas, nem em compromissos principistas, mas sim partindo de coincidências programáticas".

Em que etapa se encontra actualmente a luta revolucionária?

Neste momento, a recuperação do armamento e equipamento militar é um objectivo fundamental das forças insurrectas. A consecução sistemática deste objectivo permitir-nos-á, a médio prazo, passar de uma atitude de resistência para outra de confronto. Por outro lado, dar-nos-á a possibilidade de dar um salto qualitativo e infligir derrotas mais contundentes ao inimigo.

Enterro colectivo de camponeses guatemaltecos



A unidade revolucionária. Uma alternativa real

Quais têm sido os resultados da unidade das FAR com o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização do Povo em Armas (ORPA) e o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT)?

A proclamação da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) teve incidências muito fortes na situação política que vivia o país. A divulgação oficial da criação da URNG criou grandes expectativas a nível nacional e internacional.

A formulação de um programa de governo definiu, pela primeira vez nos últimos 22 anos, uma alternativa concreta que possibilita a unidade do movimento popular. Por outro lado, neste momento, criou-se o Comité Guatemalteco da Unidade Patriótica (CGUP), sig-

nificando isto, um avanço mais na unidade.

Este projecto revolucionário, com a força que expressa o movimento insurreccional, permitiu aglutinar várias personalidades, a maioria das quais residentes no estrangeiro, representantes de diferentes sectores, que se identificaram com o programa revolucionário e constituíram o Comité Guatemalteco de Unidade Patriótica. A proclamação da URNG e a formação do CGUP, somadas ao incremento da actividade guerrilheira, criaram novas expectativas a nível nacional e internacional, e constituíram-se numa alternativa real para o povo da Guatemala.

O Socialismo não se constrói do dia para a noite

No caso de tomarem o poder, que tipo de governo propõem as

Forças Armadas Rebeldes?

De acordo com uma das definições do companheiro Pablo Montano, "nas condições concretas em que se encontra o nosso país, não é possível a construção do socialismo do dia para a noite", ou seja, é necessário um processo no qual se vão preparando as condições materiais para que o socialismo possa ser construído.

Então, que propõem para uma primeira etapa?

Depois da vitória inclinamo-nos para um governo popular, revolucionário, democrático e patriótico.

E quais seriam as suas características?

A principal é a presença de todos os sectores do povo guatemalteco. Só serão excluídos aqueles que tiveram o poder nas mãos e o utilizaram para explorar e reprimir. □

Povoados indefesos são atacados e destruídos pelas forças governamentais



A Miami dos pobres

Na fronteira mexicano-guatemalteca a concentração de refugiados cria problemas geopolíticos, evidencia as barbáries da repressão mas exprime um manifesto de solidariedade entre pessoas que carecem de tudo

Juan Quispe

OS 850 quilômetros de fronteira entre o México e a Guatemala são pouco povoados, com exceção de Soconusco, próximo da cidade de Tapachula. Mas a demografia da região mudou significativamente nos últimos meses. Em Janeiro de 1982, um comunicado à imprensa do Partido Revolucionário Institucional (PRI) em plena campanha presidencial de Miguel de la Madrid, anunciava a existência de 90 mil guatemaltecos e salvadoreños na fronteira sul do país. Em Outubro, a minúscula aldeia fronteiriça de Puerto Rico havia-se transformado num aglomerado de 7500 refugiados guatemaltecos. Ao longo duma faixa fronteiriça de 20 quilómetros de largura, existem hoje em dia tantos refugiados do país vizinho como mexicanos.

A publicidade dada a esta situação durante a campanha presidencial e a atenção dispensada pelos bispos mexicanos do "Pacífico Sul" que tiveram um encontro num acampamento guatemalteco em território mexicano (Fevereiro de 1982) transformaram os refugiados guatemaltecos num problema internacional. Assim, a ONU, através do seu Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), a ajuda individual a nível mundial através de diversos organismos governamentais e movimentos humanitários e, posteriormente, a opinião mexicana, pressionaram os governos mexicano e guatemalteco no final de 1982, no sentido de tomar medidas em benefício dos refugiados.

A partir de 1983, fala-se cada vez mais de uma "militarização da fronteira", que consistiria na formação de uma terra de ninguém, uma faixa de 20 quilómetros de largura, que obrigaria a deslocação

de toda a população — mexicana e guatemalteca — para "evitar problemas". As consequências humanas e sócio-económicas desta deslocação são apresentadas como um remédio tão perigoso (e explosivo) quanto o mal que se pretende curar.

Incidentes fronteiriços

As violações guatemaltecas da fronteira mexicana continuaram num ritmo crescente ao longo dos últimos vinte meses.

Helicópteros da Guatemala sobrevoam constantemente as cidades do estado mexicano de Chiapas que acolheram os camponeses do

país vizinho. Os *kaibiles* (forças anti-guerrilheiras guatemaltecas) preocupam-se em estabelecer uma diferença entre os seus conterrâneos e os camponeses estrangeiros. Entre as vítimas mexicanas, mortas no seu próprio território, encontravam-se os membros de uma brigada de luta contra o paludismo integrada por funcionários da Secretaria de Saúde Pública. Noutra ocasião, tropas guatemaltecas capturaram um mexicano e a família de refugiados que ele havia amparado, torturaram-nos e atiraram-nos ao rio, embrulhados num mesmo pacote. O piloto mexicano de uma avioneta que transportava alimentos para um acampamento



Os refugiados guatemaltecos recebem no México toda a solidariedade possível dos seus irmãos camponeses



de guatemaltecos em Chiapas foi sequestrado e levado para a Guatemala. Recentemente, diversos jornalistas europeus e norte-americanos testemunharam uma incursão de tropas guatemaltecas em território mexicano. Simultaneamente, na região de Usumacinta, oficiais guatemaltecos desceram do seu helicóptero e "deram uma lição" aos mexicanos que abrigavam os seus conterrâneos.

A escalada de violações territoriais foi interpretada por muitos mexicanos como uma manobra deliberada do governo da Guatemala, que estaria assim a orquestrar uma provocação.

No cenário internacional, o México defende uma posição irrepreensível: exige respeito pela autodeterminação dos povos, recusa-se a aplicar sanções diplomáticas ou económicas contra Cuba ou Nicarágua, respeita o direito de asilo, e esforça-se por manter relações amistosas com os vizinhos, tentando encontrar uma solução pacífica para a América Central. O prestígio crescente da sua posição naquela região oferece uma alternativa válida para a estratégia de "solução militar" impulsionada pelo presidente Reagan.

Tudo parece indicar que Ríos Montt pretenderia levar o México a perder a paciência e o equilíbrio, abandonar as respostas diplomáticas e recorrer à acção armada. Fi-

caria caracterizada, assim, uma "internacionalização do conflito". O México seria acusado de "nacionalista" ou "expansionista", o que o faria perder o seu prestígio internacional.

Os refugiados

Do lado guatemalteco da fronteira, os crimes governamentais lembram as atrocidades do nazismo. Populações inteiras trancadas nas suas casas, nas salas de aula e até na igreja da aldeia, são incineradas vivas, como vermes. Os polícias (*kaibiles*) ou os militares (*pintos*) jogam *rugby* com as crianças vivas, na presença das mães. Os rios transformam-se, segundo a expressão corrente, em *rios de morte*, riachos de sangue que arrastam corpos mutilados. Os fetos são retirados do seio materno (violado previamente) e costurados em cima do ventre do pai, ainda vivo. Testemunhos independentes (publicados por *Dial*, *Herodoto* e *Noticias de Guatemala*, da Costa Rica, que têm fontes de informação diferentes) referem-se a casos de antropofagia: aos militares guatemaltecos seriam dados a comer cérebros de crianças. Os refugiados órfãos perguntam-se: "Porque é que eles matam as crianças e comem o que têm dentro dos crâneos?"

Do lado mexicano da fronteira, a hospitalidade dos camponeses para com os refugiados é exemplar. Ela manifesta a solidariedade, como também a identidade económica (camponesa) ou cultural (etnias, língua). Choupanas chiapanecas construídas para uma família de nove pessoas chegam a alojar 31 refugiados. Pouco a pouco, as aldeias mexicanas organizam a recepção: desbastam as matas para abrir clareiras, oferecem madeira para a construção de casas, destinam um terreno para o cemitério guatemalteco (a população emigrada chega num estado físico e psíquico deplorável), contratam pessoas para a colheita do café.

A generosidade é enorme em todo o país, por parte da igreja católica, dos partidos políticos, do Instituto Nacional Indigenista e dos diversos comités de solidariedade. Mas esta acção nem sempre é bem coordenada; os donativos de alimentos ou roupas ficam às vezes nas mãos de intermediários, ou sofrem problemas de armazenamento ou transporte. O organismo estatal, COMAR (Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados) procura controlar este fluxo e pede que os donativos em dinheiro ou espécie sejam canalizados exclusivamente através das suas estruturas, o que nem todos os grupos solidários aceitam.



A desculpa de subversão justifica constantes massacres com os quais se quer exercer um "controle demográfico" sobre a maioria indígena

Os mal-entendidos teriam levado, inclusive, à expulsão da zona de médicos mexicanos que não pertencem à COMAR. Estes desentendimentos são graves, dado que a varíola, o paludismo e outras doenças contagiosas, estimuladas pela miséria e pela subnutrição, geram uma situação epidémica que extrapola os serviços oficiais e ameaça a população mexicana.

O fluxo guatemalteco representa um grave problema político para o México. Se não surgirem estruturas adequadas para resolver o problema dos refugiados, Chiapas poderá transformar-se numa "Miami dos pobres", assim como a Florida serve de abrigo aos *gusanos* ricos de Cuba ou da Nicarágua.

Existem, contudo, diferenças notáveis: a população refugiada em Chiapas é composta principalmente por mulheres, velhos e crianças e não por homens ou gente jovem, mobilizados provavelmente pela luta popular... ou vítimas da repressão guatemalteca.

Esta realidade choca com as leis relativas à regulamentação da

imigração mexicana que apenas prevêem a entrada maciça de guatemaltecos para trabalharem na colheita do café. Para sair do impasse, recorre-se frequentemente à corrupção. Circulam versões de que diversos refugiados conseguem os seus papéis com dois ou três mil pesos, ou com uma dúzia de tábuas de mogno que não são difíceis de conseguir, pois a floresta é rica em madeiras de boa qualidade.

Em todo caso, o fluxo migratório tende a continuar, pois as condições de vida — ou a simples possibilidade de continuar a viver — são melhores no México.

Os militares guatemaltecos são os verdadeiros proprietários das "terras nacionais", oferecidas pelo Governo, em princípio, aos camponeses, mas ocupadas de facto pelos oficiais ao longo da fronteira. Fala-se, em Chiapas, que existem situações semelhantes do lado mexicano. Os camponeses mexi-

canos que "colonizam" a selva em Marques de Comillas teriam tido que pagar o seu *ejido* (terreno comunitário) a um tenente reformado que administraria os bens dos comandantes e coronéis.

Mesmo que admitamos que situações como esta podem acontecer, os camponeses guatemaltecos têm motivos para invejar a sorte dos seus irmãos mexicanos. Na Guatemala, quando chega o exército ou os *kaibiles*, as colheitas, se pertencerem aos camponeses, são incendiadas. Quando as terras pertencem a um oficial, como em San Francisco (300 mortos), só pegam fogo à povoação.

Como explicar o comportamento do governo guatemalteco? Porque razão se arrisca à violação de fronteiras de um país muito mais poderoso? O que lucram eles com o massacre de crianças? Por que matam até os fetos?

Patrulhas civis, espécie de milícias camponesas, são recrutadas à força para impedir o êxodo em direcção ao México e para reter a população indígena na Guatemala. Mas esta última, no território na-

EU SOU O GENERAL RÍOS MONTT, PRESIDENTE DA GUATEMALA E HOMEM DE FÉ CRISTÃ



AS NOTÍCIAS DE QUE AS MINHAS TROPAS ASSASSINARAM MILHARES DE CAMPONESES SÃO FALSAS!

ESTOU TENTANDO TRAZER OS ENSINAMENTOS DO EVANGELHO A ESTE PAÍS ATRASADO



MANDAMOS TODOS ELLES PARA O CÉU...



WASSERMAN
© 1983 LOS ANGELES TIMES SYNDICATE

cional e até mais além da fronteira, é objecto de um genocídio. Porquê?

A imagem indígena da Guatemala é importante para a nação. Numa entrevista concedida a jornalistas da revista *Nacla*, Ríos Montt gaba-se da sua pele morena, das suas origens étnicas, da sua

cultura diferente, de preferir um prato diário de feijão preto aos *hamburgers* e ao *corn flakes* "gringos".

Para se manter no poder, um governante da Guatemala deve identificar-se claramente com 60% da população indígena. Para não passar por vassalo dos Estados

Unidos, deve reivindicar a particularidade cultural que a sociedade camponesa lhe concede. O índio é o símbolo da Guatemala.

Mas o índio recusa-se a concentrar-se em aldeias. Prefere as paragens dispersas noutras áreas rurais ou na floresta, o que o torna incontrolável. E as etnias da Guatemala falam 15 línguas que podem impedir os esforços de qualquer polícia secreta para as decifrar.

Para resolver a contradição é preciso dizer ao índio que ele é o verdadeiro guatemalteco, e reduzir ao mesmo tempo o contingente da população indígena de 60 a, digamos, 40%. Não os exterminar pois seria ameaçar a existência da nacionalidade, mas controlá-los (particularmente as mulheres grávidas e as crianças). Em suma, manter ao mesmo tempo o poder sobre o índio e a imagem indígena que justifica o poder, sem ameaçar a sua autoridade. O governo utiliza o argumento do "quadro subversivo" que vive o país para justificar e tornar possível este "controlo demográfico".

E nisto consiste a estratégia aplicada metodicamente: uma mistura sábia entre a operação de sedução indígena (para a qual Ríos Montt convidou a imprensa e os observadores estrangeiros) e os massacres sistemáticos com a ajuda de peritos internacionais: norte-americanos, israelitas, argentinos.

Enfim, um equilíbrio impossível de manter durante muito tempo e condenado a cair por terra a partir do momento em que — superando as previsões das próprias organizações revolucionárias — os indígenas resolverem incorporar-se em massa na guerra popular. □

cadernos do
terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA,

Restantes Países 28 dólares USA

Na encruzilhada

São urgentes definições na área económica capazes de orientar o país para a consolidação da sua soberania

Miguel Conde

HÁ, no ambiente político mexicano, uma interrogação relacionada com o futuro do país e com o destino do seu projecto histórico como nação: poderá a nova administração superar os obstáculos que se lhe apresentam?

Esta expectativa é alimentada por numerosos factores, o mais importante dos quais é a crise económica com que o país se defronta, a mais aguda dos últimos 50 anos, segundo reconhecem as próprias autoridades.

Paralela a esta crise concorre a composição do novo governo, cujo gabinete económico — sobre o qual recai a mais grave responsabilidade do momento — é integrado por funcionários de grande qualificação académica mas que, por outro lado, demonstram pouca experiência nos cargos da alta política. Nenhum de entre eles havia dirigido antes — a título de responsável directo por um sector — áreas da administração pública.

Diversos grupos sociais interrogam-se se os títulos, pós-graduações, doutoramentos e mesmo mestrados obtidos em Harvard, Cambridge, Yale, Melbourne, Paris ou Otava, constituem uma garantia de que estes jovens poderão tirar o país da crise económico-financeira, fortalecendo-o na sua soberania e independência, tornando-o vitorioso na defesa da sua autodeterminação e dos seus recursos naturais, consolidado no seu sistema democrático, incorporado a um modelo próprio de desenvolvi-

mento que o aproxime do seu anseio de justiça social e que o engrandeça na sua política externa.

"Estratégico" para o tio Sam

Acontece que nunca no México, tanta coisa estivera em jogo em tão pouco tempo. Além dos problemas económicos, graves por si mesmos, a nação está a ser acossada pelos Estados Unidos e, internamente, por uma reacção que procura impor ao país, a todo o custo, o seu próprio projecto.

A firme oposição do México às pretensões hegemónicas dos Estados Unidos na América Central, fere profundamente a sensibilidade imperialista, além de representar uma barreira incómoda e às vezes

intransponível, ao seu carácter autodesignado de dono e guia dos destinos da América Latina.

Mas a arrogância norte-americana procura não somente sobrepor-se à política externa do México mas também a defesa dos recursos naturais do país. A reserva petrolífera do México (a quarta do mundo) é a grande alternativa à dependência estratégica norte-americana das fontes de abastecimento do Próximo Oriente.

Há muitas provas disto. Uma delas é a mudança significativa do conceito do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas dos Estados Unidos sobre o México, tal como se expressa nos orçamentos de 1982 e 1983. Enquanto no de 82 de considerava o México um

Miguel de la Madrid: pressionado pelos empresários e pelo clero



país mais dentro do conjunto latino-americano, no de 1983 o país aparece colocado no primeiro plano do seu interesse "estratégico".

A história petrolífera mundial e a mexicana, em particular, demonstram que os mecanismos de poder tradicionalmente utilizados pelo "colosso do norte" se têm baseado no estabelecimento de relações bilaterais que permitam o controle, por parte dele, sobre as decisões de produção e distribuição do petróleo. Isto tem-se conseguido, geralmente, aprofundando o endividamento externo das economias dos exportadores ou estabelecendo um maior controle sobre o mercado interno, o que facilita o acesso às matérias-primas.

Não é de estranhar, então, que esta dependência estratégica norte-americana impulsiona o desenvolvimento de esquemas econômicos e geopolíticos destinados a aprofundar ainda mais a já notória dependência mexicana em relação a Washington.

Cifras alarmantes

Os sintomas da gravidade da si-

tuação são múltiplos. A economia do México é das mais endividadadas do mundo, (a dívida é da ordem dos 85 mil milhões de dólares); o país está virtualmente descapitalizado (calcula-se que entre Fevereiro ou Março e o dia 1 de Setembro de 1982, houve uma evasão de 50 mil milhões de dólares). O comércio externo depende em 96% dos países industrializados e em mais de 80% dos Estados Unidos; o petróleo representa 75,3% das exportações (com a redução do preço do *crude* em quatro dólares por barril, calcula-se que o México perderia anualmente dois bilhões e 190 milhões de dólares com a exportação de 1,5 milhões de unidades por dia); importa-se muita tecnologia (engenharia básica, construção de fábricas, instalação de equipamentos, tecnologia de processamento, uso de marcas e autorização de patentes, etc.), cuja grande maioria é fornecida pelos Estados Unidos; e o déficit acumulado em conta corrente foi, entre 1977 e 1981, de 26 bilhões e 676,8 milhões de dólares.

A administração Reagan contribuiu para agravar esta situação, impondo o *dumping* a doze artigos

agrícolas e pesqueiros, que o México exporta para os Estados Unidos.

Além disso, Washington endurece a sua política de migração para com os trabalhadores sem documentos. Calcula-se que, em 1982, um milhão e 500 mil mexicanos atravessaram a fronteira com os Estados Unidos à procura de trabalho e sem documentação em ordem. Calcula-se que, em 1983, a cifra será de dois milhões.

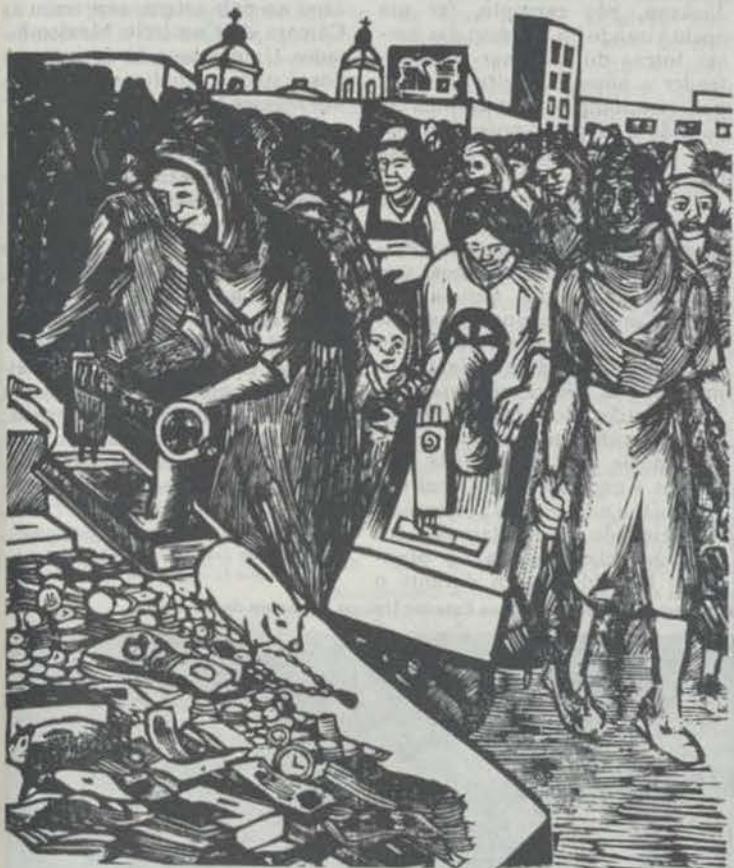
Aproveitando a crítica situação financeira do México, os norte-americanos negociaram, em 1982, um crédito de um bilhão de pesos, em troca da entrega de 40 milhões de barris de petróleo até 1983. O México é actualmente o principal fornecedor de petróleo dos Estados Unidos, pois, ao cobrir 14,7% das importações norte-americanas, superou a Arábia Saudita.

Inimigos externos e internos

Como se isso não bastasse, há quem, nos meios políticos latino-americanos, considere que as constantes incursões do exército guatemalteco em território mexicano foram autorizadas e mesmo

Camponeses mexicanos: as suas condições de vida deterioraram-se seriamente nos últimos anos





O esforço popular apoiou a nacionalização do petróleo há meio século. Actualmente, o México necessita de definições semelhantes às defendidas por Lázaro Cárdenas

promovidas pelos Estados Unidos, com o objectivo de comprometer os mexicanos num conflito bélico que enfraqueça a sua posição pacifista e de negociação política em relação aos problemas da América Central.

A situação interna do México também é complexa e difícil. Pela primeira vez na história do país, a direita — a reacção — encabeçada pelos grandes capitais locais e estrangeiros (estes através de testas-de-ferro) e pela alta hierarquia

católica, iniciou uma vasta ofensiva contra as posições progressistas do governo e da classe trabalhadora, principalmente a partir do dia 1 de Setembro do ano passado, data em que o então presidente José López Portillo nacionalizou a banca privada e estabeleceu o controlo generalizado do câmbio.

Enquanto os empresários promovem campanhas de boatos e se mobilizam por todo o país para pressionar o novo governo do presidente Miguel de la Madrid através das reuniões "O México em liberdade", e ameaçam paralisar a produção por falta de divisas que eles mesmos saquearam ao país, o clero interfere cada vez mais nas decisões da vida nacional, apesar de tal ser expressamente proibido pela Constituição.

A situação repercutiu-se seriamente nas condições de vida da classe trabalhadora e marginal. Enquanto os preços subiram anualmente, entre 1977 e 1982, em 20,7, 16,2, 20, 29,8, 78,9 e 100%, os salários foram aumentados no mesmo período em 10, 12, 15, 21,5, 29,5 e 33,55%.

Enfim, o destino histórico do México está seriamente ameaçado e impõe a definição da estratégia económica, não como um fim em si, mas como um instrumento para o desenvolvimento nacional.

Pode-se prognosticar a curto prazo um período de contínuas pressões políticas, económicas e mesmo militares dos Estados Unidos visando desviar o país do seu curso legítimo.

Desta complexidade decorre a importância vital da nova administração do presidente Miguel de la Madrid, que assumiu o cargo em 1 de Dezembro passado, e cuja responsabilidade mais grave recai no gabinete económico, por ser este o instrumento que pode assegurar a soberania, a independência e a livre autodeterminação do país.

O México está a entrar numa etapa da sua história que não exige apenas uma maior consolidação das suas relações com os países do Terceiro Mundo e com os produtores de matérias-primas — principalmente com a OPEP — mas também definições nacionais, similares às formuladas pelo general Lázaro Cárdenas, há quase meio século. □

Uma parede para separar vizinhos

Para poder viver em paz com o poderoso país do norte, o México precisa de romper primeiro com os laços de dependência

Alicia Sepúlveda*

OS mexicanos estão, infelizmente, habituados a ser objecto, pretexto e destino de numerosas declarações provenientes dos Estados Unidos. Com a justificação da vizinhança, os norte-americanos criticam a manipulação dos recursos, indicam a forma de solucionar os problemas financeiros, divergem do rumo da sua política internacional. Trata-se de uma situação completamente irregular e que, atendendo aos factos, constitui uma total falta de respeito pela soberania mexicana.

Nos primeiros meses de 1983, esta chuva de conselhos transformou-se em dilúvio. A queda iminente dos preços do petróleo, gerador de 80% das dívidas mexicanas, tornará mais aguda a crise económica interna e, deste modo, o mal-estar social. Este foi o denominador comum das observações feitas, na sua maioria, por sectores extremamente conservadores, preocupados com a even-

tualidade de saídas revolucionárias para a crise. O senador Henry Jackson, por exemplo, fez um apelo visando "o regresso das nossas forças do ultramar para defender a nossa fronteira", porque poderá eclodir no México uma revolução e "deparar-nos-emos com um governo castrista na nossa fronteira".

Estas declarações poderiam, no entanto, ser minimizadas, dizendo-se que se trata de mais um desses lunáticos ultramontanos, que pululam na política norte-americana. Contudo, apenas dois dias depois, o subsecretário de Estado Thomas Enders admitiu diante dos membros da *American Legion*, sólido bastião do anticomunismo mais feroz, que existe a possibilidade de, em 1987 ou 1988, "estarmos a combater, no Canal (do Panamá) e na fronteira mexicana". A seriedade da declaração era apoiada pela presença do presidente Ronald Reagan durante o

mesmo acto. Como desfecho, John Gavin, embaixador norte-americano no país azteca, expressou na Câmara de Comércio México-Estados Unidos, que "é do interesse dos Estados Unidos contar com um México forte, livre e próspero" pois "o que é prejudicial para os mexicanos, também o é para nós".

Qualquer extraterrestre que apenas se baseasse nestas declarações, chegaria à conclusão de que os investimentos estrangeiros no México corriam um sério perigo, que existia um forte movimento revolucionário perfeitamente organizado e, finalmente, que as massas, em marés incontidas, estavam a ponto de tomar de assalto o poder. Não há, actualmente, nada mais falso. Pelo contrário, ao capital estrangeiro oferece-se, actualmente, todo o tipo de facilita-

* Analista e encarregada das publicações do Congresso do Trabalho (CT) do México, que agrupa 12 milhões de operários.

Trabalhadores mexicanos emigram diariamente para os Estados Unidos à procura de emprego



des, chegando mesmo a ser discutidos mecanismos que permitam tornar mais flexível a aplicação da lei que regulamenta os investimentos estrangeiros.

Por seu turno, o movimento operário encontra-se, em geral, desarticulado, encurralado no falso dilema "empregos-salários", na defensiva, lutando ao nível sindical mais imediato, carente de soluções globais para a crise. A situação dos partidos de esquerda também deixa muito a desejar.

Qual a razão, então, de tantas declarações?

Em primeiro lugar, pretende-se amedrontar os sectores que promovem o nacionalismo revolucionário como saída para a crise, acenando com o fantasma da intervenção estrangeira, que as suas acções acarretam. A utilização deste tipo de suja chantagem é bastante antiga e torna-se evidente cada vez que surgem problemas no México. Em segundo lugar, porque se trata de desacreditar as políticas interna e externa, para evitar que o "mau exemplo" se espalhe, como acaba de acontecer uma vez mais depois da nacionalização da banca e do estabelecimento do controlo total do câmbio, a 1 de Setembro do ano passado. Embora os mexicanos tenham esquecido o papel que desempenharam depois de 1910 e na década de 30, os Estados Unidos não o esqueceram. É imprescindível, para o êxito da sua

actual política belicista, provocar um distanciamento entre o México e o resto do Terceiro Mundo, especialmente no que diz respeito à América Central. O México é, senão o único, pelo menos um dos mais importantes obstáculos à política norte-americana de agressão contra Cuba e Nicarágua.

Fortaleza e prosperidade

Por último, trata-se de destruir, até ao último tijolo, a parede que separa o México dos Estados Unidos. É evidente que não se trata de uma parede tangível. Ela é formada por uma série de tradições, de princípios, que permitem aos mexicanos manterem uma linha própria de comportamento, apesar de serem vizinhos da mais poderosa nação — e mais intervencionista — do mundo moderno. Trata-se da luta incessante travada por milhões de mexicanos para construir um país economicamente independente, baseado nos seus próprios recursos e que visa satisfazer as necessidades das grandes massas trabalhadoras. Trata-se da recusa de os integrar totalmente na economia norte-americana e de uma obstinada decisão de independência que sobrevive até hoje, embora com um custo muito alto.

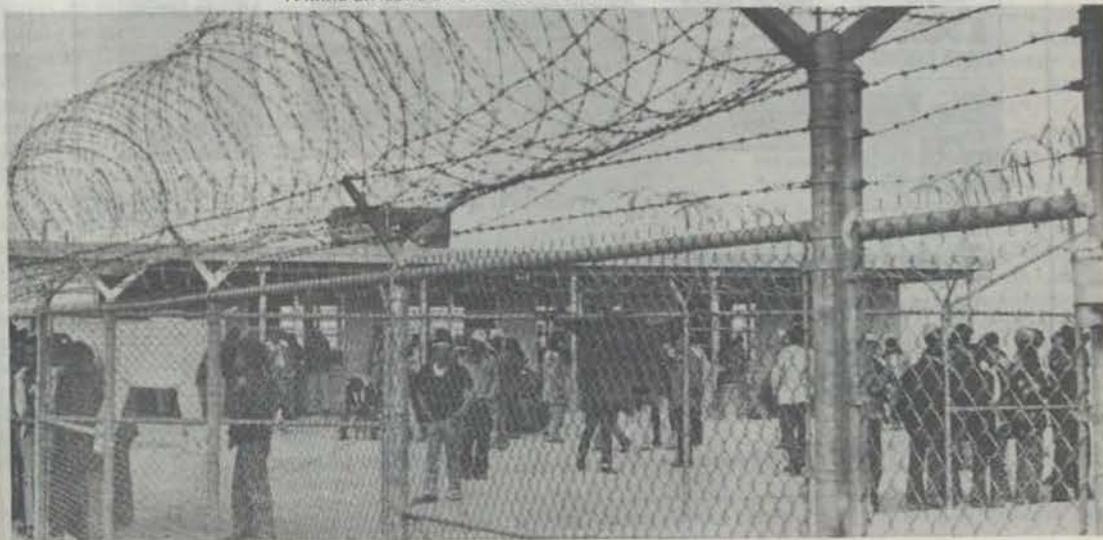
Trata-se da defesa da sua soberania e da de outras nações aliadas. É isso que se pretende mudar. É esse o motivo das monstruosas

pressões contra a moeda, contra o sector produtivo, contra as finanças mexicanas. Daí as declarações e outras chantagens mais directas, como as expulsões de cidadãos sem documentos. E, como em todas as chantagens, ceder, fazer o primeiro pagamento, ser escravo para sempre.

A saída para os problemas mexicanos é, certamente, construir um país forte e próspero, mas não como pensa John Gavin. Um México forte e próspero só é viável se se acabar com a miséria e a marginalização de muitos milhões de mexicanos. Esse objectivo não pode ser atingido fazendo novas e mais onerosas concessões ao capital estrangeiro.

Com efeito, a boa vizinhança não pode existir entre desiguais, entre um amo e um subordinado. Para viverem em paz com o poderoso vizinho, os mexicanos têm de reforçar a parede norte, tornando a economia independente, fortalecendo o mercado interno, comerciando com outras nações. O princípio da autodeterminação das nações precisa de se tornar realidade. É necessário fortalecer-se internamente, dando alimentação, trabalho, habitação, educação e saúde ao povo. Pode-se começar por fazer um enérgico protesto, cada vez que os pró-consules se intrometerem em assuntos que dizem exclusivamente respeito aos próprios mexicanos. □

A linha divisória entre os Estados Unidos e o Terceiro Mundo



TORNE LUCRATIVOS OS SEUS TEMPOS LIVRES

EM 10 LIÇÕES

A COLEÇÃO DA FAMÍLIA DOS ANOS 80

Livros sobre saúde, electricidade, «bricolage», pesca, jardinagem, «karaté», ioga, arranjos florais, costura, etc.



**POUPE DINHEIRO!
VIVA COM SAÚDE!
OCUPE OS TEMPOS LIVRES!**



EM 10 LIÇÕES

os livros que tornam
a sua vida mais fácil
e agradável

 Uma edição
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Desejo receber informações mais detalhadas sobre a coleção EM 10 LIÇÕES. Queiram enviar-me folheto explicativo sobre a mesma.

Nome _____

Profissão _____ Morada _____

Código Postal _____ Localidade _____

 PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
Apartado 8 - 2726 Mem Martins Codex

12.18

A resistência cultural

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Fretilin fala do seu povo e dá uma visão pouco conhecida da reacção maubere à invasão indonésia

Cláudia Neiva

MARI Alkatiri, um jovem de 31 anos, não tem a imagem tradicional de um ministro, mas há anos que exerce o cargo, como responsável dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste. Durante a sua recente viagem pela América Latina concedeu uma entrevista a "cadernos" na qual abordou a resistência cultural do seu povo frente à invasão indonésia. (Ver "A resistência maubere, na edição Fevereiro/Março 1983, n.º 51).

"A princípio, a Indonésia procurou justificar a invasão de Timor-Leste com a alegação de que, na verdade, não havia diferença entre o povo maubere e o indonésio e que constituíamos um único povo. Destruímos esta falsa tese através do estudo de antropólogos de todo o mundo, principalmente norte-americanos". Estes estudos comprovaram a diferença de origem dos dois povos: a do indonésio é malaia, e a do maubere, melanesia, ou seja, a mesma dos povos do sul do Pacífico.

Além disto, há um dado na história de Timor-Leste que não pode ser esquecido: os quase 500 anos de colonização portuguesa. O desenvolvimento de Timor-Leste foi muito diferente do dos países da área que foram colónias holandesas, como a Indonésia, por exemplo. "Timor-Leste é o único país daquela região cuja cultura tem uma grande dose de latinidade", salienta o ministro.

Mari Alkatiri acrescenta que o esforço do governo indonésio em impor a teoria de "um mesmo

povo" esbarrava com factos muito concretos: 75 a 80% dos indonésios são muçulmanos, enquanto em Timor-Leste, a maioria da população é animista, cerca de 1/3 é

A nação maubere tem a sua própria identidade cultural



composta por católicos e existe um número muito pequeno de muçulmanos. "Não há como falsear estes dados", assinala Alkatiri. "A diferença do conjunto do desenvolvimento histórico dos países daquela região fez com que nascesse em Timor-Leste uma nova nação, com identidade cultural própria".

"Cruzada islâmica"

Alkatiri faz referência a um outro facto interessante: o carácter de "cruzada" islâmica da invasão indonésia. "Inicialmente, a maioria dos mortos eram católicos, chegando muitos a serem tirados de dentro das próprias igrejas e depois assassinados". Isto forçou a uma reacção da Igreja, que passou a assumir uma posição patriótica. "Desde então — continua Alkatiri — ela passou a desempenhar um importante papel na luta de libertação e no apoio à Fretilin".

A repressão aberta, paralelamente a outras medidas mais "subtis", como a recompensa aos que se convertessem ao islamismo, só fez aumentar o número de católicos, como uma forma mais de resistência ao invasor. A partir desse momento, o povo passou a identificar a religião islâmica com o poder ocupacionista, e a encarar a conversão ao catolicismo como uma atitude patriótica.

Cultura popular: em vitrines

Ao longo de todos estes anos de ocupação, as poucas notícias que

circulam sobre Timor-Leste realçam o aspecto militar da invasão e o desenvolvimento da resistência armada. Mas a repressão não parou aí tendo atingido as diferentes manifestações da cultura popular maubere. "Desde a dança e a música, até ao animismo, que é a crença predominante no país, todas são combatidas. Por todos os meios, os indonésios forçam uma assimilação", denuncia Alkatiri.

"Só permitem que a nossa cultura popular se manifeste quando isso é do interesse deles. Por exemplo, quando visitantes estrangeiros vêm ao país. Nessas ocasiões, as nossas formas de expressão popular são mostradas, como produtos dentro de uma vitrine. Ou então quando, para 'provar' que temos a mesma cultura, levamos grupos de dança maubere para se apresentarem em Jacarta... ao som de músicas indonésias. Enfim, procuram de todas as maneiras extrair o conteúdo patriótico das nossas manifestações e dar a impressão, mediante artificios como este, de que não existe qualquer diferença entre a cultura indonésia e a maubere".

A repressão chega até aos tradicionais acontecimentos sociais. O casamento entre os mauberes, por exemplo, passou a só ter validade se for realizada uma nova cerimónia diante de autoridades indonésias.

Outro alvo dos invasores, aliás, um dos principais, é a língua. Tanto o português, como o *tetum* (língua local), embora não oficialmente proibidos, são desestimulados por de todas as formas. Por isso, quando uma criança maubere fala em português ou *tetum*, sabe que pratica um acto de rebeldia. E quando um pai contrata um professor particular de português, tem consciência de que também isso é uma forma de resistência.

Outro método mais "subtil" utilizado pelos indonésios para facilitar a ocupação do país, é estimular o casamento entre rapazes mauberes e jovens indonésias, que chegam a Timor-Leste em, aparentemente, inocentes excursões. O inverso por seu turno, dá-se já de maneira directa e violenta: os soldados indonésios forçam o casamento com raparigas mauberes.

"Tanto num caso como noutro — afirma Alkatiri —, fracassam: pouquíssimos rapazes se casaram com indonésias, e as nossas jovens passaram a casar-se muito cedo, entre os 14 e os 16 anos (coisa que antes não era frequente), para evitar um casamento forçado com os invasores indonésios na idade adulta".

Alkatiri salienta que, "apesar da forte e sistemática campanha do governo indonésio no sentido de provocar uma assimilação cultural do nosso povo, os mauberes têm grande consciência da enorme diferença entre ambos os povos, e do absurdo de usar este argumento para justificar a ocupação do país. Há anos que a Fretilin vem desenvolvendo um trabalho de consciencialização, sem chauvinismo, para afirmar a identidade do nosso povo. Esta consciência é, aliás, uma das explicações para a tenacidade da resistência do povo maubere".

Televisão: instrumento de dominação

Os poucos meios de comunicação social existentes em Timor-Leste estão ao serviço do governo indonésio. Num país onde a maioria da população é analfabeta, a televisão, introduzida depois da invasão, tem sido um dos principais instrumentos de alienação e propaganda do ocupante estrangeiro. Com o objectivo de contrariar o entusiasmo da resistência maubere, a televisão procura exaltar sempre o poder da Indonésia, realizando programas sobre a capacidade militar das suas forças armadas, o poderio do seu armamento, etc. Utilizam a televisão também para veicular a falsa tese da identidade comum entre ambos os povos. "Enfim, mediante uma campanha psicológica subtil, tentam impor a sua ideologia. Até as pessoas concentradas nas chamadas 'aldeias estratégicas' (na realidade, campos de concentração onde encerram os que resistem à invasão) são obrigadas a assistir a estes programas", afirma Alkatiri.

Como a maioria das formas de diversão populares são, quando não reprimidas, desestimuladas, a televisão acaba por ser o meio natural de lazer do povo. Daí a sua

força e o perigo da sua manipulação.

Indonésia: investir nos jovens

O ministro Alkatiri chama a atenção para o facto de que um dos principais alvos dos indonésios tem sido as novas gerações. "Criaram órgãos especiais para os jovens, além de estarem a investir muito nas crianças".

Mas todo este esforço acaba por se voltar contra eles mesmos. Alkatiri explica: "Um bom exemplo da falta de visão dos indonésios foi a decisão de se encarregarem dos órfãos de guerra. Estas crianças e jovens eram levados e criados na Indonésia. Naturalmente, quando cresciam, começavam a interrogar-se sobre a razão porque eram órfãos, porque tinham morrido os pais, e passavam a tomar consciência do papel da Indonésia nisso. Estes jovens estão a causar sérios problemas ao governo de Jacarta, ao fundarem, dentro do próprio país, núcleos clandestinos de resistência".

Além destes órfãos, o governo do general Suharto procura atrair os estudantes mauberes que, terminado o curso médio, não têm onde prosseguir os seus estudos (em Timor-Leste não há universidade). "Este método — continua o ministro Alkatiri — também se revelou um erro, pois estes jovens passaram toda a sua vida em Timor-Leste, muitos com activa militância na Fretilin. Como quase todos têm algum parente ou amigo morto (numa população que de um milhão de habitantes, quase 250 mil morreram desde a invasão, é muito difícil que isto não ocorra), fazem um julgamento muito lúcido sobre o papel da Indonésia. Logicamente, o trabalho de 'assimilá-los' fracassa redondamente e, pelo contrário, a exemplo do que ocorreu com os órfãos mauberes, passam a desenvolver um trabalho de consciencialização no seu círculo de amigos universitários, junto dos pais e assim por diante".

Frequentemente, estes rapazes e moças acabam por ser os melhores alunos das turmas, e por isso mesmo, impedidos de voltar para Timor-Leste. Há ainda muitos casos de deportação para outras ilhas indonésias: não interessa ao go-

verno de Suharto formar quadros qualificados que depois colocarão os seus conhecimentos ao serviço da Fretilin. "A médio e longo prazos, estas deportações deixam um saldo positivo, pois permitem 'furar' o bloqueio informativo e fazer um trabalho de consciencialização junto da população destas ilhas indonésias", afirma Mari Alkatiri.

Novas formas de resistência

O trabalho desenvolvido pelo governo de Jacarta através dos meios de comunicação social e a adopção de formas mais subtis de repressão, paralelamente à ocupação militar, forçaram a Fretilin a um trabalho de consciencialização mais profundo. Assim, a Fretilin está a promover estudos e pesquisas sobre a origem cultural do povo maubere, para que não reste a menor dúvida do seu carácter nacional, específico. "Mostramos ao povo os reais objectivos dos indonésios de tentar destruir o maior factor de separação entre os nossos dois povos, ou seja, a diversidade cultural. Temos que esclarecer o que está por detrás destes esforços para mostrar ambas as culturas como sendo uma só. Tentamos manter viva a identidade cultural do povo", assinala Alkatiri.

A Fretilin está a impulsionar transmissões de rádio e a publicação clandestinas de folhetos em português e *tetum*, além de desenvolver um trabalho de alfabetização nestas línguas nas áreas libertadas. "Outra coisa importante é mostrar a ligação entre a cultura indonésia e a repressão, que em Timor-Leste estão intrinsecamente ligadas. Os 250 mil que já morreram, tombaram por serem mauberes. O nosso povo tem a sua própria identidade, que pretendem destruir com a imposição da cultura indonésia. Não há, portanto, como separar ambas as coisas".

À medida que a guerra se prolonga, a consciencialização do povo maubere aumenta, ao contrário do que esperavam os indonésios. "Paralelamente à luta armada, que se está a intensificar (este ano pode mesmo ser considerado o da contra-ofensiva), os patriotas estão a descobrir novas formas de resistência. Por exemplo,



Leonel Brizola, governador do Estado do Rio de Janeiro, o nosso editor Neiva Moreira e Mari Alkatiri, quando da recente estadia do dirigente maubere no Brasil

as associações de bairro, as cooperativas, os clubes desportivos — lugares que fogem um pouco ao controlo indonésio — estão a ser usados para a discussão da situação que o país atravessa, e como espaços de manifestação da identidade cultural maubere. Ai são estimulados danças, músicas, jogos, realmente populares, como também o uso do português e do *tetum*. Enfim, há uma resistência intrínseca à ocupação"

A vitória trabalhista na Austrália

A recente mudança de governo na Austrália tem sido acompanhada com muita atenção pela Fretilin. A Austrália tem uma grande influência sobre os países daquela região, e a vitória do Partido Trabalhista pode afectar directamente o desenvolvimento da guerra em Timor-Leste. Para Mari Alkatiri, as perspectivas são boas, "porque pior do que está, não pode ficar". Há um sector no governo e no Congresso Australianos que apoia a luta de Timor-Leste, e, por isso, o ministro Alkatiri acredita que a Fretilin terá, de agora em diante, novas condições de trabalho na Austrália e a nível regional. "Uma das primeiras medidas que deve ocorrer, — diz ele — será a revogação do veto à entrada de membros da Fretilin no país. Por

enquanto, o máximo que nos concedem é um visto de 24 horas, o que equivale a uma proibição de entrar na Austrália".

Mari Alkatiri lembra que nos últimos anos a diplomacia australiana tem dado um apoio muito grande ao governo indonésio: "Quando a questão de Timor-Leste era colocada em discussão nas Nações Unidas, o governo australiano fazia pressão sobre os países da área para votarem contra o nosso país. O ex-primeiro-ministro australiano chegava a telefonar directamente para Suharto, oferecendo-lhe apoio".

Um dos argumentos que a Indonésia usa para dificultar o reconhecimento da Fretilin pelos demais países, é o de que ela não contaria com o apoio de nenhum governo da região. Na verdade, países como a China, o Vietname e Vanuatu, reconhecem a Fretilin. Neste contexto, qualquer mudança de posição da Austrália teria um peso muito grande, primeiro porque desarmaria a tese da Indonésia e depois porque influenciaria pelo menos seis países da região, entre os quais a Nova Zelândia. "No campo internacional — conclui Alkatiri — o governo australiano poderia actuar, por exemplo, junto de Portugal, ainda considerado pelas Nações Unidas como o responsável por Timor-Leste". □

A democracia blindada

O precário equilíbrio entre as forças favoráveis à presença dos militares na vida política e os grupos civílistas força uma aliança de ambas as correntes, face à indiferença da maioria da população

Narinder Koshla

TALVEZ a Tailândia seja o único país onde uma derrota eleitoral dos partidários dos militares, tenha originado a formação de um governo presidido por um general e mantenha uma forte influência castrense na condução do Estado. Trata-se de um paradoxo se tivermos em conta certo tipo de actos. Os últimos consistiram nas eleições de 18 de Abril último, quando os três partidos que preconizavam a diminuição dos poderes militares, aumentaram consideravelmente a votação, enquanto os grupos pró-castrenses saíram derrotados.

O lógico teria sido que os três partidos formassem governo. No entanto, o primeiro-ministro, general Prem Tinsulanond, anunciou no dia seguinte a sua retirada da política, ameaçando, com esta jogada, o desmoronamento dos delicados equilíbrios que sustentam o regime tailandês. O acto seguinte foi a suspensão desta atitude, através de reuniões e cabalas. Finalmente, Prem arquivou a renúncia e encabeçou uma coligação de centro-direita composta por quatro partidos, dos quais dois pró-militares, e que tomou posse no dia 7 de Maio.

Um país fortemente militarizado

Para entender estas contradições é necessário recuarmos até 1932, altura em que foi deposta a monarquia absolutista a favor de um regime constitucional, que relegou a corte para um papel meramente decorativo. Mas este episódio seria apenas o começo de uma longa

instabilidade política caracterizada pelo golpismo crónico. Por outro lado, o desmesurado crescimento do aparato militar, impulsionado primeiramente para combater a guerrilha e, posteriormente, para o fortalecimento das forças armadas nesta estratégica nação, vizinha do Laos e do Kampuchea.

A militarização da Tailândia foi instrumentalizada pelos Estados Unidos durante a guerra do Vietname com o objectivo de fazer frente aos combativos países da Indochina e, depois da derrota, para fortalecer um país que utili-

zam como base para combater o governo socialista do Kampuchea.

O peso militar deste país é, pois, desmesurado e condiciona a política interna, num contexto em que a tônica dominante é o anticomunismo e a manutenção do *status quo*. Para se fazer uma ideia da influência das fardas, basta dizer que controlam 139 das 231 emissoras de rádio do país.

Tal como nalguns países da América Latina, pode-se dizer que, para os militares tailandeses a chefia do governo constitui o último degrau da sua carreira. Assim,

General Prem: jogadas políticas para se manter no poder



quando após uma brilhante carreira, o general Prem assumiu o comando do exército, em Outubro de 1979, alcançou a antecâmara do governo. Um ano e dez meses depois, em Março de 1980, chegou a sua vez e ocupou o cargo do então primeiro-ministro Kriangsak Chamanand, evidentemente, também ele general.

O mandato de Prem não seria efêmero. Em termos tailandeses, a sua duração no governo era já considerada excepcional antes das eleições de Abril, pois batera já o recorde de longividade para um primeiro-ministro, o que não acontecia desde 1945. O seu segredo, além do seu ascendente castrense, consiste na sua paciência de mediador e na sua habilidade para manter o equilíbrio entre os poderosos grupos militares e económicos e os partidos políticos, dos quais nenhum tem peso preponderante na vida nacional, estando portanto em desvantagem em relação aos militares e ao lobby económico.

Os "jovens turcos"

A sequência deste equilíbrio superestrutural — que absorve a maior parte das actividades políticas — foi o desleixo relativamente aos graves problemas sociais e económicos do país, entre os quais a corrupção ocupa lugar destacado. Contra este estado de coisas irrompeu, a 1 de Abril de 1981, uma revolta de jovens oficiais, os "jovens turcos", decididos a exterminar a corrupção e a reformar a sociedade. Prem abandonou Bangucoque e refugiou-se em Kobat, onde recebeu o apoio da família real e de unidades capitaneadas por chefes conservadores. Em pouco tempo, recuperou o controlo e regressou à capital. A tentativa de revolta debilitou-o mas não o impediu de continuar no cargo. No entanto, a existência de numerosos jovens oficiais descontentes, introduziu um novo factor na realidade nacional, que passaria pelo equilíbrio do primeiro-ministro.

Prem assumiu a bandeira de um regresso gradual e lento à normalidade institucional, conseguindo assim converter-se em árbitro entre militares e políticos do estado vi-



As eleições pouca importância têm para os tailandeses

gente.

Nas eleições de Abril estava em jogo a abolição ou o prosseguimento das cláusulas provisórias da constituição que, sob um regime parlamentar, haviam consagrado o predomínio castrense. Uma destas cláusulas referia-se ao senado, cujos membros não eram eleitos por voto, mas sim pelo poder militar. Uma outra consistia na instituição dos círculos eleitorais nominais que favoreciam a fragmentação do panorama político-partidário e, portanto, realçavam a influência castrense. Outra ainda, ao ser abolida, obrigaria os oficiais detentores de cargos governamentais a regressarem aos quartéis, terminando a autorização de duplo emprego.

Os partidos que centraram a sua campanha na "desmilitarização" avançaram em 18 de Abril. O Partido de Acção Social (PAS), que tem 83 lugares na Assembleia Nacional, obteve 93, o Partido Democrático tinha 34 e conseguiu 56 e o Chart Tai (Nação Tailandesa) passou de 38 para 73 lugares.

Estes três partidos integravam a coligação que sustinha Prem e, portanto, tudo indicava que estas forças civis, conservadoras e moderadas, estariam em condições de reduzir a influência das forças armadas. Este ascenso contrastou com o minguado papel dos partidos pró-militares, encabeçados pelo Prachakorn Tai, que no total lograram 57 lugares, ou seja, apenas 17% dos assentos em disputa.

Mas a renúncia de Prem fez temer o cenário político e possibilitou uma reacção golpista que



acabaria com o equilíbrio, as soluções democráticas e imporia o poder militar directo sem subterfúgios.

Foi assim que os vencedores se dividiram e, por fim, o resultado foi o regresso de Prem ao governo, apoiado por quatro partidos: dois da anterior coligação — o SAP e os democratas — e dois direitistas favoráveis às forças armadas, o Partido dos Cidadãos Tai e o Partido da Democracia Nacional.

Portanto, o equilíbrio e a imobilidade política prosseguem.

Resta acrescentar que nestas condições, as eleições não preocupam grandemente os tailandeses. O regime apresentou como grande triunfo o aumento de votantes no acto de Abril e, com efeito, este foi grande, mas no âmbito de uma afluência irrisória. Nas eleições de 1979 tinham votado menos de 20% dos recenseados e este ano votaram 32%. Ou seja, a esmagadora maioria da população assiste com indiferença aos malabarismos do general Prem e às pequenas quizílias entre militares e políticos. □

Memória de uma ilha agrilhoada

A razão de um livro que relata a experiência de dez anos em Robben Island do prisioneiro 885/63, Indress Naidoo, posta em prosa por Albie Sachs

Sol Carvalho*

COMO nasceu este livro? Albie Sachs: Há uma série de coisas que acontecem quando pensamos em escrever um livro. Uma das coisas óbvias para mim era que este livro deveria ser feito. O que não era óbvio era como. A ideia resultou da própria situação política geral e também de factores particulares. Neste caso, foi a interacção entre Indress e eu em Maputo. Eu cheguei em 1977 e ele chegou pouco tempo depois. Começamos a trabalhar juntos numa série de coisas e, muitas vezes, Indress contava histórias às pessoas, muito espontaneamente, acerca da sua experiência como prisioneiro em Robben Island. Não exactamente da sua experiência, mas a experiência de Robben Island tal como ele a viu. As histórias eram muito fortes e reais e muito ricas em episódios da história da luta do nosso povo.

Comecei a sentir que estas histórias que eram contadas e que passavam de pessoa em pessoa espontaneamente, deveriam ser gravadas. Nós não tínhamos nenhuma gravação. Existiam depoimentos contados por ex-prisioneiros de Robben Island mas eram muito gerais. Falavam das brutalidades dos fascistas mas não tinham a fins-de-semana. Algumas vezes mais depressa, outras mais devagar, por vezes era Indress que "puxava" outras era eu.

Tivemos de enfrentar alguns problemas. O principal era o de escrever um livro cujo epicentro seria a nossa luta através dos olhos de um indivíduo.

Uma série de pessoas tinha dúvidas sobre isso. Porquê a história

qualidade da experiência tal como ela era vivida humanamente, de modo a poder sensibilizar mais as pessoas.

Essa foi uma das dimensões.

A outra dimensão foi resultado de uma questão pessoal.

Eu estive detido na África do Sul em 63/64 e escrevi um livro chamado "Diário da Cadeia" que foi publicado na Brã-Bretanha e do qual se fez uma peça que a BBC adoptou mais tarde num filme de elevado nível técnico.

Mas, neste caso, era a experiência de um indivíduo que tinha um passado relativamente privilegiado, de pele branca, respondendo ao desafio da prisão e do isolamento.

Era um bom livro mas não era a história da nossa luta. Apenas a história de uma das pessoas dessa luta. Uma história que precisava de ser contada, que eu estou contente por o ter sido, e que ganhou algum apoio para a nossa luta geral, mas não era suficiente.

Uma geração de prisioneiros

Era mais necessário contar a história geral e foi na pessoa de Indress que essa oportunidade apareceu.

Não era a história de um indivíduo repetindo alguns dos seus pensamentos, sensações, angústias e dúvidas, mas a história de uma geração de prisioneiros incluindo alguns líderes da nossa luta.

Trabalhámos durante cerca de três anos. Como eu trabalho a tempo inteiro na Universidade e Indress está muito ocupado, trabalhámos durante a noite e nos

de Indress? Há tantos outros porque escolheu-o a ele? Porque personalizar quando se trata de uma história colectiva?

Mas estava persuadido de que apresentando uma história de um modo fácil de ler, como uma narrativa vista através dos olhos de uma pessoa, teria uma mais larga audiência e seria muito mais acessível do que fazer uma espécie de análise objectiva anónima. Personalizando a história, os elementos subjectivos ganhavam força e seria possível ao leitor identificar os sentimentos, as emoções, os pontos de vista do narrador e daria também uma espécie de narrativa contínua. O narrador está presente todo o tempo e o leitor pode envolver-se nas suas emoções e sentimentos.

Era necessário convencer os camaradas que tinham dúvidas sobre isso. Felizmente quando já tínhamos quase dois terços do manuscrito apresentamo-lo ao presidente do ANC, camarada Oliver Tambo, e a sua resposta foi muito positiva desde o princípio. Isso foi um enorme encorajamento para nós e eliminou todas as dúvidas que pudésemos ter sobre o facto de ser uma história personalizada. A partir do momento que tínhamos o apoio da organização ficou claro que era uma história política acerca da experiência do ANC. Recebemos uma série de comentários específicos do presidente que foram muito úteis para a apresentação da história.

Indress, quer acrescentar algo?

* Jornalista da "Tempo", de Maputo



Indress Naidoo (à esquerda) e Albie Sachs: páginas de história do ANC

Indress Naidoo: A questão que deveria ser colocada é a razão porque o livro só foi feito anos depois de eu ter saído da prisão. Fui libertado em 1973 e forçado depois a abandonar a África do Sul. Ora, na África do Sul as prisões de militantes do ANC não podem ser citadas por nenhum órgão de informação. A censura torna impossível que se escreva uma história destas.

Talvez nos pudessem pormenorizar essas noites e tardes em que trabalharam juntos. Como foi?

Albie Sachs: É uma coisa estranha quando se tem de conviver dois ou três anos de perto com uma pessoa nesta situação. Tinha de conhecer a pessoa como ela era na ilha, as relações dela com as outras pessoas, tem de se conhecer a ilha e

tem de se conhecer a pessoa como ela é agora.

O trabalho foi duro, mas numa vida assim nós testamos a amizade e, no caso, nós sobrevivemos como bons amigos. Esse foi um aspecto.

A questão do estilo era importante e difícil. Indress é muito bom falador e isso é que me cativou desde o princípio. Mas se passarmos para o papel tal e qual, a coisa não resulta. Quando se fala, é a espontaneidade que dá força e salta nas frases e nas ideias, mas isso resulta muito confuso para o leitor, porque se vai da frente para trás lembrando isto, lembrando aquilo.

Um livro precisa de ser estruturado, precisa de um princípio, um meio e um fim e um sentido de progressão. Por isso, a dimensão do tempo era sempre uma dificuldade para nós. Eram dez anos de

angústia, dez anos de sofrimento, dez anos de luta. Mas não os queríamos apresentar abstractamente mas sim no concreto e com um sentido de uma progressão. Tivemos de o dividir em termos de tempo e de sequências de desenvolvimento. Mas também não podíamos ir ao pormenor de discriminar os dias da semana porque tinham sido dez anos e isso soma muitos dias. Então, o objectivo não era recordar tudo, mas, na medida do possível, as experiências dominantes e a direcção principal de cada coisa, de cada estágio particular. □

"A Ilha agrilhoada", de Indress Naidoo e Albie Sachs. Recebeu o "Martin Luther King Memorial Prize for 1982". Ver "cadernos" n.º 51, Fevereiro/Março 83.



A confirmação de um poeta



Helder Proença que se estreira como poeta em "Mantidas para quem luta/A nova poesia da Guiné-Bissau" em 1977, com "Não posso adiar a palavra" dá um passo decisivo na poesia guineense.

Longe vai a necessidade de uma poesia circunstancial e urgente para os homens do continente africano de expressão portuguesa.

Longe vai a palavra poética descarnada da própria essência, tornada fogo nos "anos de brasa".

"Não posso adiar a palavra" é a explosão da vontade de um povo, contando a história muito antiga do velho colono "Deus Pai todo poderoso criador dos céus e da terra", contracenando no espaço africano da Guiné-Bissau, entre palmeiras e fogueiras, com o negro "lágrimas suor e sangue desafiando mortes e séculos". É o desafio do futuro contra o passado, construindo o presente. É o grito de liberdade contra a repressão colonial, a resistência, a guerra, a morte e, finalmente, a vitória do guerrilheiro e a independência. Espe-

rança concretizada com certeza.

Obra poética com uma estrutura bem definida, ciente não só dos mecanismos de uma realidade vivida com sangue, lágrimas e sonhos, como ainda da própria voz epopeica que canta os feitos heróicos do seu povo.

A maneira do poema épico, adivinha-se a proposição, "o hastear eterno do nosso sangue para um amanhecer diferente; a dedicatória "in memoriam" aos combatentes/às mães enlutadas e aos que tombaram de pé/sobre ti mamãe terra/em sinal de homenagem". A evocação da Mãe-África, símbolo da africanidade, reflectida na terra pátria (À memória de Kanh Nan Tungue). Evocação dos mártires que morreram em luta pelos ideais sagrados de libertação; evocação também da própria identidade do seu povo ("Nós somos").

A narração que é toda a história da guerra, a resistência, a esperança, a promessa e, finalmente, a certeza.

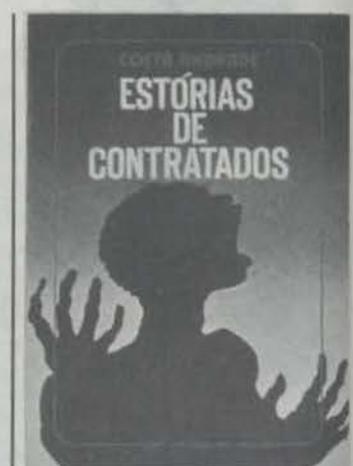
Não termina, porém, com a euforia da vitória, mas com a lucidez das dificuldades da reconstrução, com a mágoa dos que traíram, partindo para o outro lado e com a convicção de que só é possível cumprir o futuro se o povo marchar unido no presente.

Helder Proença, um jovem poeta ainda com algumas verduras, mas com muito para dar, a imaginar pela ciência poética que já demonstra, assinalando, sem dúvida, um marco na literatura guineense.

"NÃO POSSO ADIAR A PALAVRA"

Autor: Helder Proença
Prefácio: Manuel Ferreira
Editor: Sá da Costa
Lisboa, 1982

Estórias antigas para recordar



"Estórias de contratados" são relatos da vida das pessoas que conheci na minha infância. Escritos nos anos de 1958 e 59, a sua ingenuidade, tão evidente quanto sincera, marca os meus primeiros passos para a opção que segui".

Assim abre Costa Andrade a sua nota a este volume. Ideia que Petetela, no prefácio, retoma ao escrever: "Estórias da juventude, não só do autor; também de uma luta e de uma literatura (...) Estórias de um desmoronamento da sociedade ancestral, baseada na pequena produção e no comércio de cera, corroída pela civilização cristã e ocidental". Estórias de fome, de escravatura, arbitrariedade e, sobretudo, da enorme desorientação perplexa do povo".

Costa Andrade que, ao longo da sua vida de militante, utilizou vários pseudónimos literários (Angolano de Andrade, Africano Paiva, Fernando Emilio, Nando Angola, entre outros), nascido em Lépi, Angola, em 1936, guerrilheiro e membro do MPLA, é dos escritores angolanos de carreira mais prolongada e actuante. Desde

E.R.S.

"Terras das Acácias rubras", publicado pela Casa dos Estudantes do Império, em 1961, até este volume, agora editado pela União dos Escritores Angolanos e passando pelo polémico "No velho ninguém toca, Poema dramático com Jika", a sua actividade na literatura e na defesa da independência da sua terra natal nunca deixou de estar presente no processo de autonomia e liberdade levado a cabo pelos resistentes angolanos.

Estas histórias curtas, algumas de breves páginas, marcam um estilo e um género raros na literatura de expressão portuguesa. Decorrendo na região ocidental do Huambo, o coração do Planalto Central de Angola, as suas figuras protagonistas como Jonga, Kaualela, Nangeve, Paulino Kambulu e outros são, como o próprio autor afirma, protagonistas reais que viveram os dramas descritos. "Eles foram, entre um povo inteiro subjugado, vítimas imediatas e directas do colonialismo nos anos 45 a 56, através da prática criminosa do contrato, aplicado na região do Longonjo, Cuma e Yava, por chefes de Posto, em combina com os chamados angariadores".

Livro curto, de cerca de 100 páginas, o seu interesse é, simultaneamente, documental e literário pela capacidade de Costa Andrade em pequenas frases, ritmadas na musicalidade da **mbulumbumba**, nos transmitir toda a dramaticidade dos protagonistas e do seu conflito com a estrutura opressora existente.

"ESTÓRIAS DE CONTRATADOS"

Autor: Costa Andrade
Editor: União dos Escritores Angolanos
Colecção: Contemporâneos

O. L.

Do Tarrafal com dor e esperança

"Nos momentos mais vivos de esperança, sempre pensei sair com vida e, então, julgava, poderia ser a hora de seleccionar e publicar algo de tudo o que escrevi nos quase 13 anos de cadeia. Mesmo que ainda houvesse pides. Logo-lo. Felizmente, não foi. 74/75 era tempo de muito mais luta, mais

dinâmica, nada tão aparentemente morta e estagnada, como, por vezes, a cadeia parecia ou o desânimo favorecia".

António Cardoso, o autor das palavras acima, angolano de Luanda, foi preso pela Pide em 1959 e, de novo, em 1961 para só ser libertado a 1 de Maio de 1974, com dez anos de Tarrafal. Apesar dos "Poemas de circunstância" publicados em 1961 e ainda "São Paulo", no mesmo ano, só após a libertação de Angola pôde começar a reunir os seus inúmeros versos, quase todos escritos na cadeia e reveladores, por isso, de uma forte componente de angústia que nunca, todavia, abafou a extraordinária esperança deste poeta militante.

Esta recolha de poemas, "Chão de exílio", publicada pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco de Luanda compreende, para além do texto preambular que dá o título ao volume, três ciclos de poemas que correspondem a cada um dos anos de 1970 a 1972.

Um excelente e orientador prefácio de Fernando J. B. Martinho abre a colectânea tornando-se um texto importante para a compreensão deste Poeta de quem Manuel Ferreira disse: "António Cardoso, personalidade literária plasmada numa vida inteiramente dada ao mundo da mudança; ou seja a revolução.(...) E se a sua obra poética nos impressiona, o certo é que não é nada fácil desligá-la da vida vivida pelo homem que a subscreve".

"CHÃO DO EXÍLIO"

Autor: António Cardoso
Prefácio: Fernando J. B. Martinho
Editor: Instituto Nacional do Livro e do Disco de Luanda

O. L.

Luta de um povo de África

País africano situado no golfo da Guiné, a República Unida dos Camarões é formalmente independente desde 1960. Proveniente de territórios administrados pelos ingleses e franceses, em 1971, a República Unida dos Camarões adoptou uma estrutura unitária em vez de federal e a actual designação. Desde a data da independência que o Presidente da República



é Ahmadou Ahidjo e que a sua política se caracteriza pela sujeição ao neocolonialismo.

Em 1948 foi fundada a União das Populações dos Camarões, movimento de libertação encabeçado por Ruben Um Nyobé e ilegalizado em 1955. Ruben Um Nyobé foi assassinado em 1958; posteriormente, foram assassinados os seus sucessores na chefia do movimento que, não obstante, subsiste e permanece vivo.

Com Ferdinand Oyono, Mongo Beti é um dos dois grandes escritores dos Camarões e um dos maiores da África senão até de toda a literatura do nosso tempo.

"Remember Ruben" é, pois, um romance enraizado numa concreta realidade histórica, espécie de fresco épico sobre um povo africano em luta, construído, literariamente, segundo o estilo dos grandes romances populares que são, simultaneamente, obras de arte e cartilhas exemplares para consciencialização de um povo.

Lendo-se com emoção e indignação, "Remember Ruben" é de leitura obrigatória para quem queira conhecer a fundo a realidade da luta de alguns povos africanos na busca da sua verdadeira dignidade.

"REMEMBER RUBEN"

Autor: Mongo Beti
Editor: Editorial Caminho
Tradutor: José Saramago
Colecção: Uma terra sem amos
Lisboa, Abril de 1983

O. L.



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

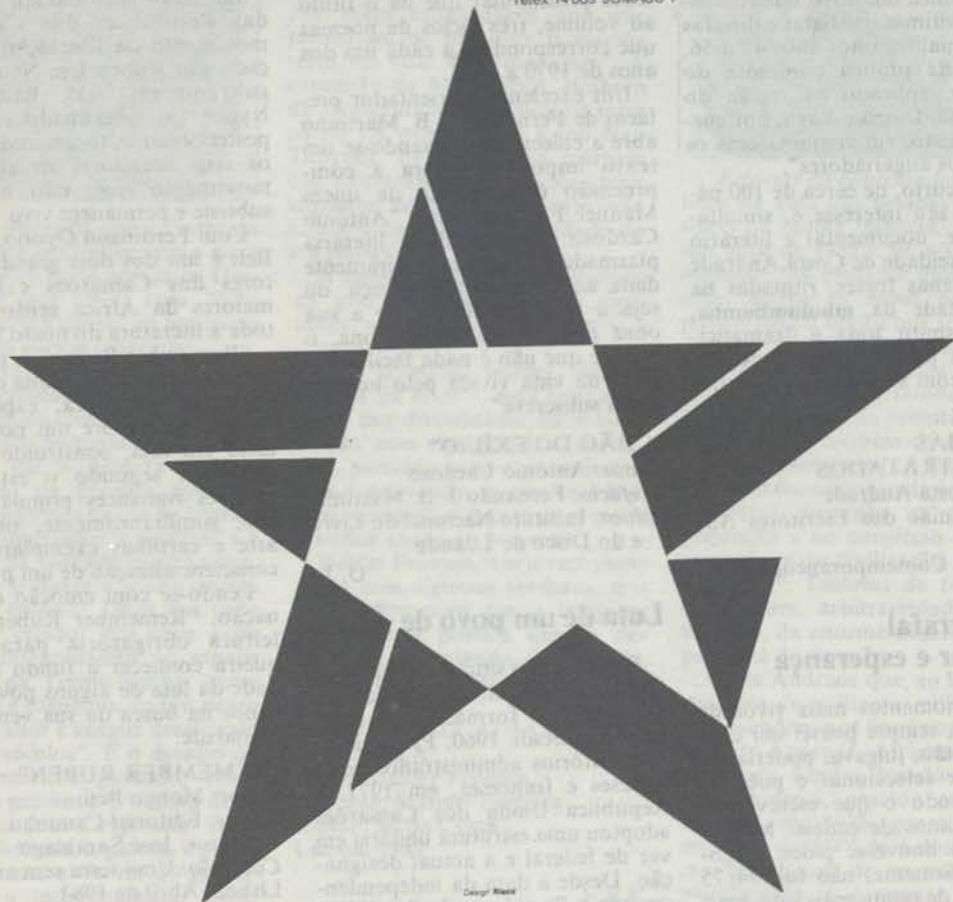
Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.

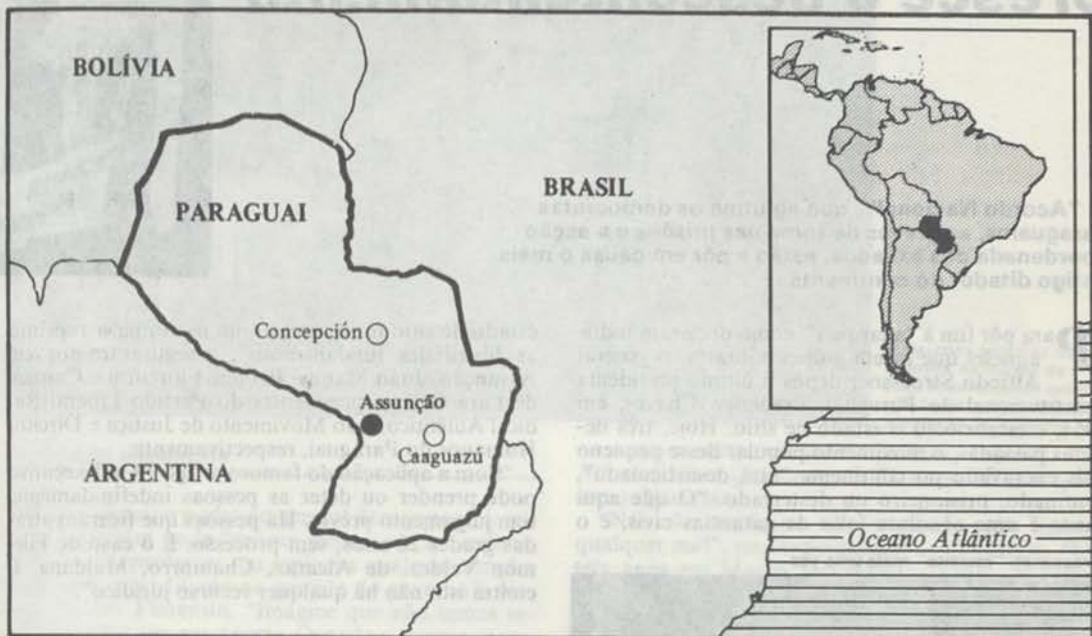
1000 LISBOA Portugal

Telefs. 731123 | 731323 | 731423

Telex 14069 JOMASU P



Uma ditadura pouco lembrada



Perseguição, tortura, desterro, falta absoluta de liberdades civis, morte de opositores políticos. Este é o panorama do Paraguai, ao completarem-se 29 anos de ditadura do general Alfredo Stroessner.

"O mundo tem uma grande dívida para com o povo paraguaio", afirma com razão um dirigente da oposição no exílio. Na verdade, a opinião pública mundial — incluindo as tendências progressistas — poucas vezes se pronuncia sobre este regime tirânico.

Com os presos políticos e os exilados mais antigos do continente americano, o regime do general Stroessner acaba de comemorar 26 anos de estado de sítio. Pela sétima vez, o ditador foi "reeleito" presidente da República.

Stroessner, actualmente com 70 anos, depois de dizimar as forças opositoras mantém no cárcere figuras como Filemón Valdéz, Antonio Maidana, Chamorro, Alcaraz entre mais de um milhar de prisioneiros.

Muitos deles estão há duas décadas a

aguardar um julgamento, que nunca chega.

Outros, condenados a longas penas, cometeram o crime de as cumprir, mas o tribunal do silêncio apanhou-os e já ninguém se lembra deles.

Com todo este terror, forjou-se o "império do contrabando" ou a "Hong Kong" latino-americana, como também ficou conhecido o Paraguai. A Coreia do Sul e o Japão, entre outros, têm em Assunção o seu melhor armazém.

O país converteu-se em refúgio dos terroristas da direita europeia e de alguns conhecidos líderes do nazismo e criminosos de guerra.

cadernos do terceiro mundo conseguiu entrar no sistema paraguaio, que se auto-proclama de "regime democrático e reublicano". Héctor Escobar, enviado especial, visitou as prisões e conviveu com dirigentes políticos — tanto em Assunção como no exílio. Sentiu o clima repressivo e ouviu diversas opiniões. Esta é a reportagem que ele nos oferece, quando Stroessner inicia o seu sétimo mandato.

Cresce o descontentamento

O "Acordo Nacional", que aglutina os democratas paraguaios, as greves de fome nas prisões e a acção coordenada dos exilados, estão a pôr em causa o mais antigo ditador do continente

Para pôr fim à "anarquia", como declaram todos aqueles que fazem golpes militares, o general Alfredo Stroessner depôs o último presidente constitucional do Paraguai, Frederico Chaves, em 1954, e estabeleceu o estado de sítio. Hoje, três décadas passadas, o movimento popular desse pequeno país encravado no continente "está desarticulado", confinado, prisioneiro ou desterrado. "O que aqui existe é uma absoluta falta de garantias civis, e o

Stroessner: "reeleito" mais uma vez



estado de sítio foi o mecanismo usado para suprimir as liberdades fundamentais", asseguraram-nos em Assunção, Juan Manuel Benítez Florentín e Carmen de Lara Castro, presidentes do Partido Liberal Radical Autêntico, e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Paraguai, respectivamente.

"Com a aplicação do famoso artigo 79, o Executivo pode prender ou deter as pessoas indefinidamente, sem julgamento prévio. Há pessoas que ficaram atrás das grades 20 anos, sem processo. É o caso de Filemón Valdez, de Alcaraz, Chamorro, Maidana. E contra isto não há qualquer recurso jurídico".

Um simples pedaço de papel

Napoleón Ortigoza, designado em 1982 o "Preso do Ano" pelas sociedades latino-americanas de Direitos Humanos e o sargento Escolástico Obando, condenado em 1968 a 20 anos, são o melhor exemplo de que aqui não há justiça. Ortigoza está louco, denuncia Lara Castro, "e se recorrermos a um recurso de habeas-corpus para ele, Supremo Tribunal de Justiça indefere, alegando que durante o estado de sítio é prerrogativa exclusiva do presidente prender as pessoas, pelo tempo que julgue mais conveniente".

"Com a eliminação prática do habeas-corpus, a Constituição esvaziou-se, ficou reduzida a um simples pedaço de papel", assinala o dr. Benítez Florentín, acrescentando: "Não se respeita qualquer garantia. A correspondência, os documentos particulares, o direito de propriedade e de residência são violados. Só depois da morte de Somoza, houve mais de cem mil violações dos direitos humanos em Assunção. Com a operação Pente-Fino, o exército e a polícia invadiram milhares e milhares de residências, sem ordem judicial."

Sem qualquer defesa legal, as pessoas são expulsas e desterradas. É o caso dos dirigentes democratas-cristãos e liberais, Luis Resk, González Casaviana, Domingo Laino e Mario Mayorquín, que tentaram regressar ao país no dia das eleições. Mesmo quando, devido à realização do pleito, tinha sido levantado o estado de sítio, não lhes permitiram sequer sair do avião. Foram expulsos novamente.



Nalgumas secções do interior, as mesas de voto funcionaram assim: não havia cabine individual, a votação foi pública

Um regime absolutista

No Paraguai, o poder do general Stroessner é total. Aqui, ninguém pode sequer sonhar em ser militar, polícia, juiz, professor, ou aspirar a qualquer simples cargo sem estar filiado no partido do governo", destaca Benítez Florentín. "Imagine que não temos sequer direito a um passaporte. Quando o conseguimos, mediante uma acção legal, a polícia tira-nos o documento ao voltarmos ao país. Só é válido para sair uma vez."

Até pensar, está proibido. Não se permite discordar, nem em casa. "O dr. Mario Milciades Melgarejo e o advogado Rubén Darío León, membros da direcção do partido governamental, estão presos há sete meses, por discordar", assinala Lara Castro. "Quem não pensa como o ditador é subversivo", acrescenta.

"A Santíssima Trindade do Paraguai", formada pelo exército, o governo e Stroessner, tem tudo sob controlo. Além de estar proibida a organização em sindicatos, cooperativas ou ligas camponesas, as forças policiais e paramilitares, conhecidas como *pinandi* — "pés descalços", em guaraní —, estão infiltradas em todas as organizações sociais, profissionais e estudantis.

Túneis sem saída

Atrás das grades, os inimigos da ditadura costumam ser divididos em várias classes: os do "artigo 79, do estado de sitio; os da lei 209, condenados por crimes contra a democracia; os do departamento de investigações, e finalmente, os condenados por uma pesada sentença". Os presos incluídos nas três primeiras categorias, seriam conhecidos como "reféns" políticos em qualquer parte do mundo.

"Estamos atrás das grades à toa, não fizemos nada", asseguraram-nos três detidos da prisão de "Tucumbú", dois adolescentes, os irmãos Centurión

— o mais velho, vítima de paralisia infantil —, e Alfonso Silva Quintana, de 51 anos, 13 dos quais sem julgamento.

"Nós não matámos, não roubámos, não fizemos qualquer mal", responderam-nos os Centurión. "Fez três anos em Março que estamos aqui". A polícia procura o pai, Victor Centurión, um líder camponês, refugiado na Venezuela. "Levaram-nos a tribunal e não sabíamos que dizer, não fizemos nada". Na prisão, "trabalhamos duro para pagar a comida".

O número de presos políticos no país é grande. Há sete meses trouxeram a última remessa de 34 prisioneiros e estão todos aqui", disse Silva Quintana. "A minha mulher e eu ficámos 13 anos presos, sem ter feito nada. Ela foi expulsa do país, desterrada recentemente. Chama-se Saturnina Almada. Foi expulsa para a Alemanha".

"Os companheiros mais jovens fizeram uma greve de fome em Dezembro, para tentar forçar o governo a tomar uma decisão relativa ao nosso caso", acrescenta. E, ao que tudo indica, essa foi a primeira vitória dos presos políticos paraguaios. "Os tribunais viram-se pressionados e soltaram sete, entre os quais a minha mulher", continua Alfonso Silva Quintana. "O método consiste, neste caso, em protelar durante anos o julgamento, e embora a pessoa não tenha sido condenada, não sabe quando vai sair".

E mais, considerados "inimigos da democracia", os que têm a sorte de um dia serem condenados, ao cumprir a pena "passam automaticamente para o departamento de investigações", sob o controlo do qual podem passar anos. O caso mais conhecido é o do sargento Escolástico Obando. Há cinco anos cumpriu a pena de 15 anos que lhe havia sido imposta e está à espera que um dia o chamem para prestar declarações.

Apesar de já ter passado "uma vida" na prisão, Silva Quintana diz orgulhoso: "Eu sou comunista e isso, aqui, é considerado como grave delito". E acrescenta: "Eu não peço por mim, mas pelos companheiros mais jovens. Em 30 de Maio, Eustacio

Rodriguez vai cumprir três anos de prisão. Gostaria que se fizesse uma campanha mundial para que não o deixem morrer preso, no departamento de investigações".

"Nós não estamos num presídio a ser tratados como presos políticos. Estamos num presídio comum, e recebemos o mesmo tratamento que os demais detidos. E denuncia: "Levamos uma vida muito dura, de trabalho, porque a assistência e os serviços são terríveis, e a comida é péssima".



Maidana: preso há mais de 20 anos

Interrogado sobre a "péssima alimentação", Silva Quintana explica: "É nojenta, uma vergonha, pode-se dizer! Por isso temos que trabalhar em artesanato, para poder comprar a nossa própria comida".

"A comida é uma mistura de feijão com *locro*", esclarece, "o *locro* (prato paraguaio) é feito com milho amarelo-avermelhado, usado anteriormente apenas para alimentar animais. Estamos a comer comida de cavalo. E não há carne". O governo manda uma ração de carne para alimentar os prisioneiros, "mas isso nunca chega aos presos". É negociada com alguns "privilegiados", uma espécie de companhia anónima, onde se distribuem os ganhos com alguns chefes, em metade-metade.

O pequeno-almoço é um cozido negro, feito de mate e açúcar, com dois biscoitos. O almoço consiste em *locro* com ossos, sem carne. E à noite servem uma mistura de feijão com milho. "Isto explica o motivo da subnutrição das pessoas".

"Aqui quem manda é a força bruta, a força viva. Estamos como os presos políticos da Irlanda, sem

qualquer direito. E a imprensa aqui é amarela, nunca diz nada. Isto é o esquecimento..."

A prisão de "Tucumbú" é considerada privilegiada. Pior é a situação no Presídio Central e na prisão de mulheres. No Presídio Central, estão Antonio Maidana e Miguel Angel Soler. Maidana, depois de 20 anos de prisão, refugiou-se na Argentina, mas foi trazido de novo, clandestinamente, para a prisão.

É um facto bem conhecido que para as polícias das ditaduras militares da América Latina não há fronteiras. O "caso Maidana" não é uma excepção para as forças de segurança do general Stroessner. Até no Brasil foram realizadas incursões, nos estados do Paraná e Santa Catarina, onde sequestraram e torturaram refugiados políticos, com grande facilidade segundo denúncias às quais tivemos acesso durante a nossa estadia em Assunção.

"A polícia paraguaia estava na pista de um suposto levantamento, uma invasão que os refugiados iriam fazer", afirma o "Negro", um exilado que há 26 anos vive no Brasil. "Eles vieram e sequestraram-nos. Mantiveram-nos presos durante várias semanas, torturando-nos. Por pouco não saíamos vivos. Procuravam vincular-nos a essa suposta conspiração".

"Acusavam Carlos Andrés Pérez, o ex-presidente venezuelano, de ser o 'cérebro' da invasão", diz o "Negro". Queriam saber "onde estavam as armas e o dinheiro que Pérez teria enviado para a invasão. Na verdade, não havia nem invasão nem nós sabíamos de nada. Graças às denúncias internacionais do nosso caso, salvámos a pele", afirma o "Negro", acrescentando que "no Paraguai, Pérez é considerado um terrorista perigoso".

"Somos uns 20 mil exilados políticos e um milhão e meio de refugiados económicos e sociais, a viver na Argentina, Uruguai e Brasil. Um número elevado para uma nação de apenas três milhões de habitantes."

O "Acordo Nacional": uma alternativa

Apesar do poder que exerce com mãos de ferro e do notório apoio da administração norte-americana, a ditadura paraguaia está a enfraquecer e a resistência interna fortalece-se. Com essa afirmação, concordam tanto os líderes da oposição paraguaia entrevistados em Assunção como os exilados. "Nós não temos um projecto unipartidário, mas procuramos um estatuto democrático aprovado por todos, o que foi concretizado no Acordo Nacional.

Esse acordo é uma frente política "criada em 1979 por todas as forças democráticas paraguaias". Dele fazem parte desde os liberais e democratas conservadores até aos comunistas e membros de outras tendências revolucionárias.

O Acordo Nacional fez um apelo à abstenção nas eleições passadas, nas quais Stroessner se "auto-eleveu pela sétima vez. "Não existe nem a mais remota possibilidade de participar numa eleição com o ditador. Seria fazer o papel dos *Doldan* e dos *Celauro*", garantiu Benítez Florentín. "Aqui, sabe-se com cinco anos de antecedência quem vai ganhar e com que percentagem". Um método que superou a electrónica...

A oposição consentida

Ao reconhecer o governo como ditatorial e autoritário, os dirigentes dos partidos tolerados pelo regime de Stroessner mostram as contradições da sua polémica actuação política



Doldán e Celauro (na foto) são considerados pelos sectores progressistas como "instrumentos" do regime

O Partido Liberal (PL), dirigido por Fulvio Celauro, e o Partido Liberal Radical (PLR) são duas organizações não-governamentais que actuam na legalidade. Acusados pelos partidos que estão na clandestinidade — como o Partido Liberal Radical Autêntico, liderado por Domingo Laino, e o Acordo Nacional — de contribuírem para manter a fachada de democracia que levou o general Stroessner a reeleger-se pela sétima vez, os seus dirigentes são muitas vezes designados pelo próprio presidente.

As declarações que publicamos a seguir, dos "candidatos" à presidência da República por esses dois partidos, ajudarão o leitor a formar um juízo sobre o papel que eles desempenham no processo paraguaio.

Enzo Doldán, o exótico candidato à presidência da República pelo Partido Liberal Radical, é um senhor gordo, de bigode à mexicana, de gestos e estilos folclóricos e sonoros. O seu currículo é digno da sua suposta condição oposicionista: ex-sargento do exército durante a guerra do Chaco, 15 prisões e um atentado à mão armada. Além do mais, ele é advogado e senador.

Doldán recebeu-nos na sede central do seu partido. Uma antiga construção verde, enfeitada por meia dúzia de cartazes de 30 por 30, que exibem a cara sorridente do candidato. Dezsasseis horas antes das eleições, o local estava vazio: só avistámos o contínuo, que passava pelas brasas, e o próprio candidato.



Porque razão resolveu disputar as eleições?

— Fui candidato por um imperativo do meu partido. Participámos no processo eleitoral à espera de que o país pudesse desembocar num regime democrático, num Estado de direito, a que todos nós aspiramos.

E como esperam conquistá-lo?

— Lutando.

Lutando, como?

— A luta é pacífica. Usamos a imprensa, o Congresso, a rádio, e todas as oportunidades que se nos apresentam.

Acha que houve realmente eleições no Paraguai e que havia condições para a sua vitória?

— Bem, podem-se organizar em qualquer parte do mundo eleições como as que houve aqui no Paraguai. Mas não são eleições reais, de acordo com a constituição e a lei.

Pode dar-nos alguns pormenores da sua campanha eleitoral?

— Só organizámos quatro comícios de alguma importância devido às limitações.

Onde, na capital?

— Não, no interior, visitámos mais ou menos 50 localidades.

Qual é o tipo de governo que existe no Paraguai?

— Bom, pode-se dizer que está na fronteira de um governo muito forte e uma ditadura.

Então não existe democracia?

— Há uma democracia relativa, onde os partidos funcionam, mas condicionados às necessidades do governo.

E qual é a situação actual dos direitos humanos?

— Os direitos humanos são respeitados na medida dessas necessidades. Há algumas liberdades e respeitam-se alguns direitos, mas não podemos afirmar que os direitos humanos sejam respeitados em toda a extensão do conceito.

Há perseguição política?

— Dominuiu muito. Contudo, há limitações, exílios e algumas prisões, para não se perder o hábito (solta uma gargalhada).



O senhor participa na mobilização pelo regresso dos exilados?

— Eu não peço o regresso de ninguém. Peço apenas o cumprimento da lei e da constituição.

Mas se Doldán estava sozinho, em companhia do contínuo da sede do partido, quando entrevistámos Fulvio Hugo Celauro, candidato à presidência da República pelo Partido Liberal, este encontrava-se na companhia de um livro que fingia ler, na sala da sua casa, enquanto umas quantas galinhas cacarejavam pelo jardim. Ninguém perturbava o ambiente.

Porque razão se candidatou?

— Acho que isto é uma democracia, segundo o conceito do governo.

E segundo o seu conceito?

— Para os comunistas, a democracia popular é

uma democracia. Nós pensamos de outra maneira. Se temos uma democracia, embora incipiente, e tomarmos conta dela algum dia acabaremos por ter uma democracia liberal.

Segundo o conceito, o seu conceito, o que é o Paraguai de hoje?

— Uma democracia, tal qual é entendido pelo governo. Uma democracia — repete — com uma atenção especial à ordem, em relação à qual existe um paternalismo exagerado.

Não há controlo da administração pública e exige-se filiação partidária, tanto no exército como para exercer qualquer cargo público. Há liberdade na imprensa independente, nas actividades individuais, que são sempre corajosas, e no facto de que cada um fazer o que quer, sempre e desde que não atinja o governo.

Como definiria o governo do seu país?

— Não posso defini-lo como a ditadura de uma só pessoa, mas como a ditadura de um partido, com o apoio do exército.

Então, concorda que existe uma ditadura no Paraguai?

— Sim, do ponto de vista de um liberal, é uma ditadura; qualificada segundo o conceito que teria um conservador, ou a administração Reagan ou qualquer outra similar, poder-se-á considerar simplesmente como um governo autoritário.

Se confirma que "existe uma ditadura" e que não há a mais remota possibilidade de vencer Stroessner, qual o sentido da sua candidatura?

— Teve o sentido de fazer com que a liberdade não seja extinta, que a democracia se instale e possa melhorar. Se o senhor considera que não existem condições para actuar em política, só restam duas alternativas: a não-participação política — que é uma forma de castração psicológica — ou a alternativa armada. E isso significaria, para nós, levar o país a um estado que eu chamaria de "centro-americano".

Até agora ainda não consegui entender por que razão afirma existir uma ditadura e simultaneamente que actue para que as liberdades não sejam extintas. Se não existem, como podem ser extintas?

— Bem, não há liberdade absoluta mas há uma série de pequenas liberdades. Agora, a *Liberdade* em abstracto é a defendida pelo Partido Liberal, e precisamos para isso de uma liberdade plena, precisamos de todas as pequenas liberdades, que configuram, somadas, a grande liberdade. E ela pode-se desenvolver de forma a haver respeito pelo direito alheio, dignidade do indivíduo, e justiça social, que é fundamental para que desapareçam as grandes diferenças sociais: os privilegiados, extremamente ricos e os humildes, que são explorados. Acho que a liberdade é uma pequena árvore e é preciso saber conservá-la ou ela murcha. Para nós, a democracia paraguaia, embora incipiente, pequena e mirrada, é a única que temos, e por isso devemos conservá-la, cultivá-la e fazer com que cresça.

"Stroessner é anticomunista como o Santo Padre"

Augusto Montanaro, ministro do Interior, define a "democracia" paraguaia

O regime paraguaio, conduzido pelo general Stroessner, vai completar 30 anos. Ao cabo de todos estes anos, o Paraguai conseguiu um recorde nada recomendável: tem os presos políticos mais antigos do continente. Nesta entrevista, o ministro do Interior dá pormenores sobre este fenómeno.

Senhor ministro, como segundo homem do país, poderia definir-nos a actual situação do Paraguai?

— Exerço as funções de ministro do Interior — a pasta política do gabinete — mas temos todos a mesma responsabilidade, o mesmo sentido de servir a nossa pátria e o nosso partido, a Associação Nacional Republicana, Partido Colorado. Dizer-me que sou o segundo homem é um pouco exagerado da sua parte. Sou mais um colaborador do presidente.

Quanto à sua pergunta, posso afirmar que graças a um período de 28 anos de estabilidade e de efectiva acção governamental do presidente Stroessner, o país vive hoje numa democracia representativa e republicana, segundo a Constituição.

E qual é a situação dos direitos dos cidadãos e liberdades públicas?

— Está sob a minha jurisdição o respeito pelos direitos e liberdades das pessoas. No país reina o pleno gozo das instituições democráticas e republicanas. Os inimigos atacam-nos pela vigência do estado de sítio. Mas este é uma faculdade conferida ao poder executivo que permite deter — por tempo indefinido — pessoas suspeitas de actividades contra a segurança do Estado. De resto, os partidos e as pessoas desenvolvem-se com toda a liberdade de acção e movimento.

Há quanto tempo está o Paraguai sob estado de sítio?

— Bom, entendo que durante a época liberal, com

40 anos de governo, durante 37 esteve vigente o estado de sítio. Agora, no período do governo do preStroessner, sidente há 26 anos que o estado de sítio está em vigor.

E por quanto tempo mais vai ser "necessário" esse estado de sítio?

— Durante o tempo em que o poder executivo ache conveniente. Pela preservação da paz, da tranquilidade e da ordem do país. Não queremos ser responsáveis, amanhã, levantando o estado de sítio, por actos e violências que possam ocorrer. Teríamos então que apelar novamente para o estado de sítio, para poder prender as pessoas.

Depois de quase três décadas de estado de sítio consecutivo, não acha que o regime está suficientemente consolidado? Ainda precisa de se apoiar em leis de excepção?

— Achamos que o país está em condições de prescindir delas — admite o ministro, de mau humor —, mas não queremos ser responsáveis por mortes de inocentes em consequência de actos de sabotagem e terrorismo, como acontece noutros sítios onde, depois de levantado o estado de sítio, se teve que o aplicar novamente no sentido de defender as instituições democráticas e republicanas.

Como qualifica a situação dos presos políticos no Paraguai?

— Não existem!

E essas pessoas que se comenta estarem condenadas a prisão perpétua?

— São processados, condenados, não são presos políticos, são delinquentes. E são dois, o capitão Ortiga e o tenente Obando. Este último cumpriu a sua pena há cinco anos e continua preso. São os únicos processados. Peço-lhe que me diga o nome de um





O ministro do Interior (ao lado) considera Domingo Laino, dirigente político exilado (em cima), um "elemento nocivo"

preso político e eu dir-lhe-ei se está realmente detido e se é por actividade política ou por outro delito.

No entanto, a Amnistia Internacional pronunciou-se em Dezembro passado sobre uma greve de fome que há mais de um ano se encontram atrás das grades...

de presos políticos paraguaios, gente — É verdade, é verdade. São processados pela Lei 209, pela defesa da democracia. Esses que o senhor aponta estão na Penitenciária Nacional e a cargo de um juiz de primeira instância. Alguns meses antes do fim do ano

passado, tentaram uma greve de fome e quiseram, com isso, forçar uma decisão do magistrado, mas levantaram a greve e lá estão tranquilamente. O senhor pode inclusive, ir falar com eles, na Penitenciária Nacional, amanhã ou hoje à tarde, que é dia de visita.

A propaganda do governo fez um apelo à votação "pela paz e pela democracia". Isso significa que no próximo período haverá abertura política? Os exilados poderão voltar?

— De acordo com os seus comportamentos e de acordo com os seus planos e actividades no país. Se eles abandonarem os planos subversivos para perturbar a ordem e a tranquilidade do país, poderão voltar.

Como vai ser feita essa selecção? Haverá algum juramento?

— Eu já disse numa conferência de Imprensa que eles não precisam dar nenhuma garantia, mas sim adaptarem-se à Constituição e às leis, e realizar actividades públicas abertas, amigas da democracia e do livre jogo das instituições da República.

Mas, onde? Lá fora ou aqui dentro do país?

— Aqui dentro.

Então, porque razão não os deixaram entrar nas diversas oportunidades, em que tentaram voltar?

— Não, porque tentaram voltar subversivamente, com aquilo que chamam de "Operação Regresso". Se eles solicitarem autorização um a um, como já manifestei, não haverá nenhum impedimento para Liberal que regressem.

Quer dizer que, um a um, poderão voltar?

— Poderão voltar.

Inclusive Domingo Laino, o presidente do Partido Radical Autêntico?

— Não. Laino e Resk (este último é o presidente do Partido Democrata Cristão, no exílio) foram expulsos do país. No momento não existe nenhuma penalidade contra eles, mas consideramo-los elementos nocivos à vida institucional.

O doutor Luís Resk é marxista ou democrata-cristão?

— Ele diz que é democrata-cristão, mas nós suspeitamos existirem vinculações com o socialismo europeu de esquerda. Nós expulsámo-lo por o considerarmos um agitador. Por isso foi expatriado. Pusemo-lo fora do país por ser um agitador.

Na sua opinião, a quem se deve o êxito do general Stroessner, mantendo-se há 28 anos no poder? Como conseguiu reeleger-se?

— Devo dizer-lhe com toda a honestidade que o êxito se deve ao facto do povo estar satisfeito com a posição firme que o candidato do Partido Colorado, o general Stroessner, adopta. Defende uma posição anticomunista e é inimigo do terrorismo, tal como o santo padre João Paulo II também o é. □

A luta pela terra

O Movimento Camponês Paraguaio está a ter êxito na organização e na defesa dos direitos dos camponeses, segundo declara o seu responsável máximo, Gabriel García

Paulo Cannabrava Filho

O Movimento Camponês Paraguaio (MCP) é actualmente a maior organização de massas no país. Prestes a transformar-se numa grande federação unitária, o movimento começou a ganhar força a partir de 1962, com as Ligas Agrárias e a Juventude Agrária Católica, organizações que actuaram até 1976, altura em que a repressão terminou não apenas com elas como com todos os partidos políticos do país.

Em 1977, a Juventude e as Ligas Agrárias rearticularam-se numa acção unitária que originou o Movimento Camponês Paraguaio, actualmente dirigido por Gabriel García.

Na semi-clandestinidade, o MCP tem como principal bandeira de luta a defesa dos direitos sociais e políticos do povo. Tem ainda, como objectivos fundamentais conseguir a legalização da organização e chegar à formação de uma grande federação de camponeses que garanta a autonomia e a independência do movimento em relação aos partidos políticos e às instituições governamentais.

Gabriel García, responsável nacional do MCP esteve recentemente no Brasil acompanhado por Luís O. Alonso, do Acordo Paraguaio no Exílio (*ver caixa*) e de Santiago Rolón e Porfíria Mendoza, exilados políticos que representam o movimento camponês e o movimento pelos direitos humanos.

Encarando com grande optimismo o desenvolvimento da luta democrática no seu país, Gabriel García considera ser determinado por dois factores: um, vital, é o desenvolvimento da frente interna de luta; outro, é a correlação internacional de forças, ou seja, o factor externo.

Acção solidária

O dirigente camponês paraguaio considera natural que o processo de redemocratização que se dá nalguns países, particularmente no Brasil, se repercuta e tenha influência no desenvolvimento político do Paraguai. Mas está convencido de que isso apenas não basta e é necessária uma acção solidária do conjunto da sociedade de todos os países, em apoio ao povo paraguaio na sua luta contra a ditadura.



Para Gabriel García, o factor determinante é o desenvolvimento das forças sociais internas, através dos sindicatos classistas, da organização de intelectuais, da actuação e do desenvolvimento dos partidos políticos e das organizações populares em geral.



O dado mais positivo nesse sentido, é o de todos os sectores da sociedade se estarem a organizar, criando as bases para uma grande frente nacional de luta democrática.

Como exemplo desse espírito unitário, Gabriel García mencionou o próprio movimento camponês que se rearticula e os 17 sindicatos operários que formam a *Solidariedade Intersindical*, um passo significativo em direcção à organização de uma nova Confederação Operária independente e, o *Acordo Nacional Paraguuaio*, uma frente composta por quatro partidos políticos.

As transnacionais entram no campo

O Paraguai é um país agrícola com farta disponibilidade de excelentes terras para a agricultura. Entretanto, apesar de ter 406 752 km² e apenas três milhões de habitantes (uma proporção de sete habitantes por quilómetro quadrado aproximadamente) um dos principais problemas do país é a terra. Mais de um terço da população paraguaiosa teve que emigrar por razões económicas.

Em 1940, foi ditada uma Lei de Reforma Agrária que além de orientar a distribuição de títulos de propriedades, previa a repatriação dos emigrados para ajudarem na ocupação dos espaços territoriais vazios do país. Entretanto, a Lei e a prática das instituições do Estado favorecem prioritariamente o imigrante estrangeiro.

Nos últimos anos, esse problema agravou-se com o ingresso do capital transnacional na actividade agrícola, expulsando os pequenos produtores para dar lugar à produção extensiva de soja ou algodão, operada com maquinaria agrícola sofisticada.

A concentração de propriedade da terra piorou de tal forma que, actualmente, dois por cento das propriedades ocupam 85% das terras paraguaias. Isso origina permanentes conflitos entre os pequenos proprietários e os novos proprietários estrangeiros que são privilegiados pelas instituições de crédito e que, muitas vezes, têm títulos falsos de propriedade.

Na fronteira com o Brasil, num território de dois mil quilómetros de extensão por 65 quilómetros de profundidade, concentra-se a maioria das empresas e dos colonos estrangeiros. Entre 300 e 400 mil brasi-

As vítimas da repressão

RELAÇÃO dos cidadãos paraguaios mortos e desaparecidos em virtude da repressão política, bem como dos que se encontram presos. Esta relação foi elaborada de acordo com a documentação fornecida pelo Movimento Camponês Paraguuaio, pela Comissão Paraguuaia de Defesa dos Direitos Humanos, do Comité de Igrejas e da Juventude Paraguuaia pelos Direitos Humanos. Os dados referem-se a casos ocorridos desde 1974.

- 1) **Mario Arzamendia Flores** — das Ligas Agrárias, 61 anos, morto na tortura no dia 11 de Abril de 1976;
- 2) **Doroteo Silvano Flores** — dirigente das Ligas Agrárias, filiado no Partido Liberal Radical. A sua casa foi invadida em Abril de 1976 pelo exército e pela policia. Foi detido, espancado e degolado diante da sua mulher e filhos.
- 3) **Juan de Dios Salinas** — militante da Juventude Agrária Católica. Pai de seis filhos. Foi detido e morto em Junho de 1976.
- 4) **Arturo Bernal** — dirigente das Ligas Agrárias, filiado no Partido Democrata Cristão, pai de cinco filhos. O seu cadáver foi entregue à família dois meses após a sua detenção.
- 5) **Alejandro Falcón** — membro da Juventude Agrária Católica. Morto em 17 de Maio de 1976.
- 6) **Dionisia Rodas** — membro das Ligas Agrárias. Morto a tiro pelas forças paramilitares (Maio de 1976).
- 7) **Albino Vera** — membro das Ligas Agrárias, pai de seis filhos, morreu na tortura na sede da Delegação de Governo de Paraguari.
- 8) **Sixto Melgarejo** — membro da Juventude Agrária Católica, 25 anos, morto na tortura.
- 9) **Juan Manuel Cabral** — pai de oito filhos. Brutalmente torturado, morreu de tuberculose na prisão sem receber assistência médica, em Outubro de 1976.
- 10) **Ignácio Martínez** — pai de oito filhos. Morreu por

falta de assistência médica e em consequência de torturas. Membro das Ligas Agrárias.

11) **Victor Leguizamón** — 16 anos, morreu na prisão por falta de assistência médica.

12) **Doroteo Brandel** — 30 anos, esteve preso dois anos e quando foi libertado denunciou as torturas. Em Agosto de 1978 foi assassinado numa emboscada paramilitar.

13) **Blas Rodas** — desde 1977 que trabalhava na reorganização dos camponeses. Foi assassinado pela policia política em Abril de 1980.

14) **Leonidas Bogado, viúva de González** — acusada de pertencer ao Partido Comunista foi presa e morreu na colónia penal de mulheres por falta de assistência médica em Fevereiro de 1983.

15) **Evasio Benitez Armoa** — morreu na sala de tortura em Novembro de 1974.

16) **Benicio López Quinónez** — herói da Guerra do Chaco, morreu na tortura em Dezembro de 1974.

17) **Juan Carlos da Costa del Castillo** — dirigente da organização Primeiro de Março, morto num confronto com a policia, em Abril de 1976.

18) **Mario Raúl Schaefer Prono** — era professor ligado a comunidades de base. Morreu na tortura em Abril de 1976.

19) **Julio Román** — operário. O seu corpo apareceu no rio Paraná dias depois de ter sido detido em Setembro de 1977.

20) **Jorge Agustín Zavala Esquivel** — 27 anos, dirigente da Organização Primeiro de Março, foi morto a tiro em Assunção, em Janeiro de 1978.

Em 8 de Março de 1980, cinco mil efectivos do exército e de forças paramilitares realizaram uma operação contra os camponeses da comunidade de Acaay-mi, no departamento de Caguzú. Esta é a relação dos camponeses mortos no massacre:

leiros (10% ou mais da população do Paraguai) estão fixados nos departamentos de Concepción, Canediyú, Amambay, Alto Paraná e Caaguazú, onde se encontram as melhores terras para a agricultura.

Reforma agrária imediata

A produção agrícola no Paraguai, até há pouco tempo assente em torno da pequena e média propriedade, está a ser gradual e rapidamente desarticulada por essa política de privilegiar o capital e o colono estrangeiros, orientados para a grande propriedade fundiária. Como consequências, houve um agravamento da questão social no campo e nas cidades, onde desaguardam levas de camponeses expulsos das suas terras e sem nenhuma perspectiva de sobrevivência.

Apesar desta situação de abandono — no campo não existem escolas nem qualquer tipo de assistência social — o campesinato paraguaio está a conseguir progressos consideráveis na organização deste sector maioritário da população.

O Movimento Camponês Paraguaio (MCP), a



- 21) *Estanislao Sotelo* — membro das Ligas Agrárias; 22) *Mario Ruiz Dias* — membro das Ligas Agrárias; 23) *Secundino Segovia Brites* — agricultor; 24) *Feliciano Verdun* — membro das Ligas Agrárias; 25) *Federico Gutiérrez* — camponês; 26) *Reinaldo Gutiérrez* — membro das Ligas Agrárias; 27) *Adolfo César Britos* — membro das Ligas Agrárias; 28) *Concepción González* — membro das Ligas Agrárias; 29) *Fulgencio Castillo Uliambre* — membro das Ligas Agrárias; 30) *Gumerindo Brites* — membro do PC-C; 31) *Marcelino Casco* — membro das Ligas Agrárias.

Relação de cidadãos desaparecidos no Paraguai, vítimas da repressão política. Todos os casos registados estão documentados pela Comissão Paraguaia de Defesa dos Direitos Humanos e pelo Comité de Igrejas do Paraguai tendo ocorrido a partir de 1970:

- 1) *Lorenzo López* — membro das Ligas Agrárias, detido em Abril de 1970. Foi visto pela última vez no quartel do Regimento Escolta Presidencial.
2) *Torres de Quintana* — detida em Assunção em Março de 1970.
3) *Carlos José Mancuello* — estudante de engenharia. Preso em 74, desapareceu no Departamento de Investigações em Setembro de 76.
4) *Amílcar Oviedo* — estudante, detido em 74, desapareceu em 76 no Departamento de Investigações. Militante do Exército Revolucionário Paraguaio.
5) *Carlos Rodolfo Ramirez Villalba* — membro do ERP, detido em 74, desapareceu em 76 no Departamento de Investigações.
6) *Benjamín Ramirez Villalba* — irmão de Carlos Rodolfo, desapareceu nas mesmas circunstâncias.
7) *Bienvenido Arguello* — carpinteiro, detido em Maio de 75.
8) *Miguel Angel Soler* — advogado, secretário-geral do PC de Maidana. Detido em Novembro de 1975.

9) *Derlis Villagra* — jornalista, secretário da Juventude Comunista, detido em Novembro de 75.

10) *Octavio Ruben González Acosta* — membro do PC de Maidana, preso na fronteira com o Brasil em Dezembro de 75.

11) *Ramón Pintos* — agricultor, detido em Maio de 76.

12) *Diego Rodas* — agricultor, detido em Maio de 1976.

13, 14, 15, 16) Os irmãos *Francisco, Adolfo, Policarpo e Elixto López*, camponeses no departamento de Misiones, foram detidos em Maio de 1976.

17) *Martino Rolón Centurión* — dirigente das Ligas Agrárias, detido em Abril de 1976.

18) *Juan José Panayo* — militante do PC (Maidana), detido em Janeiro de 1977.

19) *Castulo Vera Baes* — militante do PC (Maidana), detido em Dezembro de 1977.

Relação dos dez camponeses que se encontram detidos ilegalmente no Paraguai: *Eliodoro Jiménez; Andrés Centurión; Luciano Centurión; Ramón Paiva; Arcadio Flores; Gil Santos Dure; Mariño Martínez; Felipe Flores; Francisco Solano Dure; e Vidal Martínez*. Membros das Ligas Agrárias, foram detidos em Março de 1980.

Existe ainda um grupo de 30 camponeses que estão a ser julgados em Assunção, acusados de pertencerem ao Partido Comunista de Oscar Creydt. Foram detidos entre Janeiro e Março de 1982. Legalmente, não poderiam continuar na prisão sem que fosse provada a sua culpabilidade.

A relação inclui 56 cidadãos que desapareceram na Argentina e dois desaparecidos no Brasil: *Soledad e Jorge Barret Viedma, Soledad*, grávida de vários meses e o seu irmão *Jorge*, foram vistos pela última vez no Recife, Pernambuco, em 1973.

principal organização de massas do país, está a efectuar um levantamento minucioso da situação real do campo e do campesinato. O MCP já conseguiu também articular as reivindicações básicas dos camponeses na actual conjuntura, que estão contidas num documento subscrito pela representação no exterior da organização:

1) reforma agrária integral e imediata; 2) liberdade de organização para todos os trabalhadores do

campo; 3) legalização do Movimento Camponês Paraguai; 4) assistência técnica e creditícia justa e efectiva para o produtor rural; 5) livre comercialização dos produtos; 6) esclarecimento sobre a situação dos desaparecidos no Paraguai (na sua maioria camponeses); 7) amnistia geral para todos os camponeses presos e asilados e para todos os compatriotas que se encontrem nessa situação; 8) entrega aos familiares dos cadáveres dos camponeses mortos. □



Apesar da situação de abandono, o campesinato paraguaio está a conseguir consideráveis progressos na sua organização

O acordo paraguaio no exílio

UM milhão e meio de paraguaios vivem actualmente no exílio e cerca de 50 mil tiveram que abandonar o país em virtude da repressão exercida pela ditadura do general Alfredo Stroessner. A maioria dos exilados (um milhão na Argentina, 200 mil no Brasil) teve que abandonar o país por motivos económicos, ou seja, pela absoluta impossibilidade de conseguir trabalho e meios para sustentar a sua família no país.

O Acordo Paraguai no Exílio (APE) é uma frente democrática e unitária de exilados paraguaios (basicamente residindo na Europa e na América Latina) e existe desde Dezembro de 1981. O objectivo do APE é a luta contra a ditadura e a conquista de um regime democrático para o Paraguai.*

O APE apoia e complementa, no âmbito internacional, a luta que o Acordo Nacional do Paraguai (ANP) trava no interior do país contra a ditadura e o imperialismo. O ANP, ao contrário do APE — que é uma frente de personalidades —, é uma frente de quatro partidos que lutam pela criação de um espaço legal de actuação política no país: o Partido Febrerista, o Partido Liberal Radical Autêntico, o Partido Democrata Cristão e o Movimento Popular Colorado (MOPOCO).

Actualmente, participam no Acordo Paraguai no Exílio as seguintes forças políticas: Febreristas no exílio, Liberais e Liberais Radicais, ex-oficiais do exército paraguaio exilados, independentes, o Partido Comunista Paraguai de António Maidana, o Partido Comunista Paraguai de Oscar Creydt e Colorados no exílio.

Coordenado pelo advogado Arturo Acosta Mena, o APE tem cinco propostas básicas para a sua acção política: 1) libertação de todos os presos políticos e esclarecimento de todos os casos de desaparecidos; 2) amnistia geral e regresso imediato de todos os exilados políticos; 3) levantamento do estado de sítio e extinção das leis repressivas 294 e 209; 4) liberdade de organização para todos os sectores políticos, associativos e sindicais; 5) eleições livres e imparciais para iniciar o caminho da democratização do Paraguai.

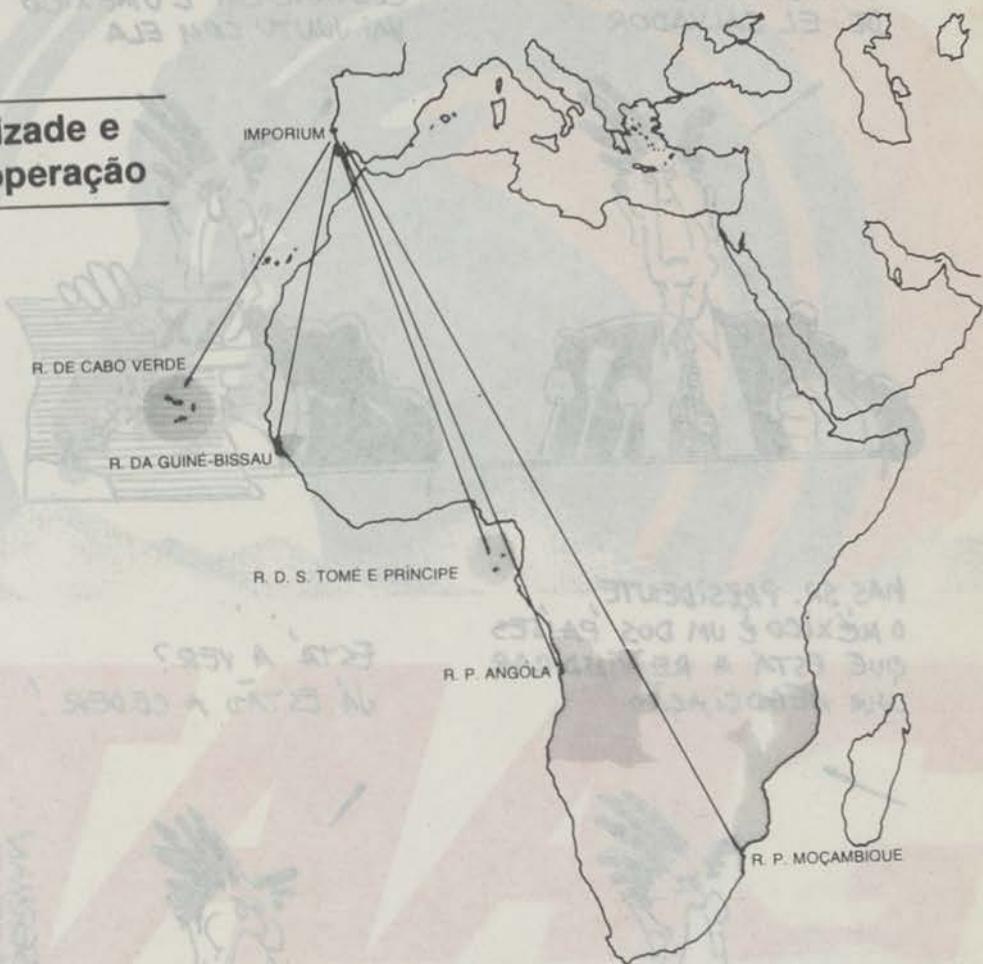
* O endereço da sua Coordenadora Geral é: APE — Abends-trasse, 30/99, Berna 3018 — Suíça.



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO, LDA

**Amizade e
Cooperação**



International Trading

REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 ● 1900 LISBOA ● Portugal
Tedi. 851290/850098/850148 ● Telex 43 448 P

NÃO PODEMOS ACEITAR
UMA NEGOCIAÇÃO
COM OS REBELDES
DE EL SALVADOR



SE LHEZ DERMOS NEM QUE SEJA
UM DEDO, TODA A AMÉRICA
CENTRAL CAI E O MÉXICO
VAI JUNTO COM ELA



MAS, SR. PRESIDENTE,
O MÉXICO É UM DOS PAÍSES
QUE ESTÁ A REIVINDICAR
UMA NEGOCIAÇÃO



ESTA A VER?
JÁ ESTÃO A CEDER!



WASSERMAN
© 1985 LOS ANGELES TIMES SYNDICATE



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



ANGOLA AIRLINES

Hum

Os diamantes de Angola são mais brilhantes



*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola